



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA

***A AGRICULTURA DA REGIÃO ALENTEJO
NOS ÚLTIMOS 25 ANOS E PERSPETIVAS NO
QUADRO DA PAC PÓS 2013***

Susana Pelúcio Pimenta

Orientador: Luís António Domingues dos Santos Fernandes

Co-orientador: Manuel Joaquim Piteira Minhoto

Mestrado em Zootecnia

Dissertação

Évora, 2014

“Os agricultores são os fundadores da civilização humana”.

DANIEL WEBSTER

RESUMO

A Agricultura da Região Alentejo nos Últimos 25 Anos e Perspetivas no Quadro da PAC Pós 2013

Susana Pelúcio Pimenta

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o estudo da evolução da agricultura da região Alentejo desde a adesão de Portugal à União Europeia e está organizado em quatro capítulos principais. O primeiro enquadra a região do Alentejo relativamente ao Continente português, com destaque para a estrutura das explorações agrícolas, atividades de produção vegetal e animal e características dos produtores. O Capítulo II retrata a agricultura do Alentejo e portuguesa no contexto da PAC. A análise estatística a nível de desagregação geográfica de concelho constitui o Capítulo III, para o que foram construídas três bases de dados - explorações agrícolas, atividades vegetais e pecuária com terra -, sobre as quais se procedeu a análise univariada e multivariada; as bases de dados tiveram como suporte principal os resultados dos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009 publicados pelo INE. O Capítulo IV perspetiva a agricultura do Alentejo na PAC pós 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura, Alentejo, PAC, análise multivariada, desenvolvimento rural

ABSTRACT

Alentejo Region Agriculture in the Last 25 Years and the PAC Horizons After 2013

Susana Pelúcio Pimenta

The target of this work presentation is to contribute for the study of the evolution of the agriculture in Alentejo region since Portugal joined the European Union and is organised in four principle chapters. The first chapter fits the Alentejo region in relation with the Portuguese continent, with emphasis for the structure of the agriculture farms, vegetal and animal production activities and producers features. The second chapter withdraws the Alentejo and Portuguese agriculture among the PAC context. The statistic analysis on the geographic splitting level of the area forms the third chapter, for which three databases have been created - agriculture farms, vegetables and livestock farming activities - in which we have carry out on the singlevariate and multivariate evaluation; these databases have been major holded on the results of the Agriculture census of 1989, 1999 and 2009 published by the INE. The fourth chapter gives a point of view for Alentejo agriculture, after 2013 with the PAC.

KEYWORDS: Agriculture, Alentejo, PAC, multivariate analysis, rural development.

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
ÍNDICE	iii
ÍNDICE GRÁFICOS.....	v
ÍNDICE QUADROS	viii
ÍNDICE FIGURAS	ix
INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO.....	1
CAPITULO I.....	5
A Agricultura do Alentejo no Contexto do Continente Português	5
1.Explorações Agrícolas.....	6
1.1. Número de Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada.....	6
1.2. Dimensão Média das Explorações e Composição da SAU.....	8
1.3. Explorações e SAU Segundo a Natureza Jurídica do Produtor	10
1.4. Orientação Técnico-Económica (OTE) Das Explorações.	11
1.4.1. Número de Explorações e SAU – Orientação Técnico-Económica	11
1.4.2. Número de Explorações e SAU das Diferentes OTE	13
1.5. Número de Explorações e Área das Culturas Temporárias e Permanentes..	15
1.6. Área e Produtividade das Principais Culturas Temporária e Permanentes....	16
1.6.1. Área das Principais Culturas Temporárias	16
1.6.2. Área das Principais Culturas Permanentes (ha).....	19
1.6.3. Produtividade das Principais Culturas Temporárias	20
1.6.4. Produtividade das Principais Culturas Permanentes.....	21
1.7. Superfície Irrigável	21
1.8. Modo de Produção Biológico	22
1.9. Margem Bruta Total por Superfície Agrícola Utilizada (€/ha)	24
2.Produção Animal	26
2.1. Número de Cabeças Normais.....	26
2.2. Número de Vacas Reprodutoras e Vacas Leiteiras.	30
2.3. Número de Explorações com Animais (espécie), no Alentejo.....	31
2.4. Número de Animais por Classes de Superfície Forrageira.	31
3.Características dos Agricultores ou Produtores.....	34
3.1. Mão-de-Obra Agrícola.....	34
3.2. Tipo de Mão-de-Obra das Explorações Agrícolas	34
3.3. Sexo, Grupo Etário e Natureza Jurídica do Produtor	35
3.4. Nível de Escolaridade do Produtor Agrícola	36
3.5. Rendimento das Famílias	37
3.6. Unidade de Trabalho Ano Médio por Exploração Agrícola (UTA)	38
3.7. Valor da Produção Padrão (€/UTA)	39
4. Alentejo: Sinopse de Dados Estatísticos mais Marcantes.....	40
CAPITULO II.....	43
Agricultura do Alentejo e de Portugal no Quadro da PAC	43
1.Origem e Objetivos da PAC.....	44
2.Situação de Portugal no período de integração na CEE	46
3.As Mudanças na PAC.....	48
3.1. 1ª Reforma da PAC – 1992.....	48
3.2. Agenda 2000.....	50

3.3. Revisão Intercalar 2003	50
4. IFADAP – INGA – IFAP	52
5. Programas Comunitários de Ajuda ao Desenvolvimento Rural.	55
6. Evolução de Alguns Indicadores Agro Económicos.....	60
6.1. Principais Estatísticas da Produção.....	60
6.2. Comércio Externo de Bens Agrícolas e Alimentares.....	63
6.3. Consumo.....	68
6.4. Autoaprovisionamento	69
CAPITULO III.....	72
Análise Estatística de Indicadores Agrícolas a Nível de Concelho para a Região Alentejo.....	72
1. Material e Métodos	73
1.1. Base de Dados para Análise.....	73
1.2. Metodologia	75
2. Resultados e Discussão	77
2.1. Explorações Agrícolas	77
2.1.1. Análise Univariada.....	77
2.1.2. Análise Multivariada	78
2.1.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis	78
2.1.2.2. Análise Classificatória Hierárquica	79
2.2. Produções Vegetais.....	82
2.2.1. Análise Univariada.....	82
2.2.2. Análise Multivariada	84
2.2.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis	84
2.2.2.2. Análise Classificatória Hierárquica	85
2.3. Pecuária com Terra.....	88
2.3.1. Análise Univariada.....	88
2.3.2. Análise Multivariada	90
2.3.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis	90
2.3.2.2. Análise Classificatória Hierárquica	91
2.4. Índice Multivariado RV	95
CAPITULO IV	97
Região Alentejo e PAC pós 2013.	97
1. Alguns Dados Sobre a Situação do País e do Alentejo	98
1.1. Valor da Produção e Trabalho no Complexo Agroflorestal (CAF).....	98
1.2. Produto Interno Bruto e Valor Acrescentado Bruto	101
1.3. Qualidade de Vida e Ambiental.....	102
2. Mudanças e Estratégias para o Alentejo	105
CONCLUSÕES	112
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS WEB	118
ANEXOS.....	123

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de explorações agrícolas por região.....	6
Gráfico 2: Superfície Agrícola Utilizada total por região.	6
Gráfico 3: Superfície total por região, ano 2012	7
Gráfico 4: População residente por região, ano 2012	7
Gráfico 5: Número de explorações agrícolas segundo classes de SAU no Alentejo..	8
Gráfico 6: Superfície Agrícola Utilizada média das explorações agrícolas.	8
Gráfico 7: Composição da Superfície Agrícola Utilizada no Continente.	9
Gráfico 8: Composição da Superfície Agrícola Utilizada no Alentejo.	9
Gráfico 9: Número de Explorações Segundo a Natureza Jurídica do Produtor, no Alentejo.....	10
Gráfico 10: SAU Segundo a Natureza Jurídica do Produtor, no Alentejo.	11
Gráfico 11: Número de explorações especializadas em produção animal.	11
Gráfico 12: SAU das explorações especializadas em produção animal.	11
Gráfico 13: Número de explorações especializadas em produção vegetal.	12
Gráfico 14: SAU das explorações especializadas em produção vegetal.	12
Gráfico 15: Número de explorações com produções combinadas ou mistas.	12
Gráfico 16: SAU das explorações com produções combinadas ou mistas.....	13
Gráfico 17: Número de explorações com produção especializada em vegetais ou animais, no Alentejo.	14
Gráfico 18: SAU da produção especializada em vegetais ou animais, no Alentejo..	14
Gráfico 19: Número de explorações e SAU da OTE combinadas ou mistas no Alentejo.....	15
Gráfico 20: Número de explorações agrícolas com culturas temporárias e permanentes.....	15
Gráfico 21: Área das culturas temporárias e permanentes.....	16
Gráfico 22: Área da cultura do trigo (ha).....	17
Gráfico 23: Área das culturas do milho, arroz e batata (ha).	17
Gráfico 24: SAU das culturas para indústria (ha).	18
Gráfico 25: Área das culturas forrageiras e dos prados temporários (ha).	18
Gráfico 26: Área das culturas da vinha e do olival (ha).	19
Gráfico 27: Área de pomares, citrinos e frutos casca rija (ha), no Continente.....	19
Gráfico 28: Área de pomares, citrinos e frutos casca rija (ha), no Alentejo.	20
Gráfico 29: Produtividade de culturas temporárias (kg/ha), no Alentejo.	20
Gráfico 30: Produtividade das culturas permanentes (kg/ha), no Alentejo.	21
Gráfico 31: Superfície irrigável (%).	22
Gráfico 32: Produção vegetal em MPB no Alentejo (Culturas mais representativas).	22
Gráfico 33: Produção vegetal em MPB no Alentejo (Culturas menos representativas).	23
Gráfico 34: Produção animal em MPB no Alentejo.....	23
Gráfico 35: Número de produtores que praticam culturas biológicas.	24
Gráfico 36: Margem bruta total por superfície agrícola utilizada (€/ha).	24
Gráfico 37: Superfície florestal na região Alentejo - 1995 e 2005.....	25
Gráfico 38: Número de cabeças normais de bovinos, por classes, no Alentejo.	26
Gráfico 39: Número de cabeças normais de caprinos, por classes, no Alentejo.	26
Gráfico 40: Número de cabeças normais de ovinos, por classes, no Alentejo.	27
Gráfico 41: Número de cabeças normais de suínos, por classes, no Alentejo.	27
Gráfico 42: Número de cabeças normais de equídeos, por classes, no Alentejo.	28

Gráfico 43: Número de cabeças normais de aves, por classes, no Alentejo.	28
Gráfico 44: Número de cabeças normais de coelhos, por classes, no Alentejo.	29
Gráfico 45: Número de CN de todas as espécies, no Alentejo.	30
Gráfico 46: Efetivo de vacas reprodutoras e leiteiras, no Alentejo.	30
Gráfico 47: Número de explorações com animais (espécies), no Alentejo.	31
Gráfico 48: Número de animais por superfície forrageira, no Alentejo.	33
Gráfico 49: Número de indivíduos no Alentejo (tipo de mão-de-obra e regime de duração de trabalho).	34
Gráfico 50: Número de produtores autónomos por faixa etária e sexo, no Alentejo.	35
Gráfico 51: Número de produtores empresários por faixa etária e sexo, no Alentejo.	36
Gráfico 52: Nível de escolaridade na região Alentejo.	37
Gráfico 53: Número de explorações agrícolas no Continente e fonte de rendimento.	37
Gráfico 54: Número de explorações agrícolas no Alentejo e fonte de rendimento. ..	38
Gráfico 55: Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola e classes de SAU, no Continente.	38
Gráfico 56: Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola e classes de SAU, no Alentejo.	39
Gráfico 57: Montante total distribuído, na região Alentejo, nas campanhas INGA entre 1997 – 2007.	53
Gráfico 58: Número de beneficiários, da região Alentejo, das campanhas INGA, entre 1997 – 2007.	54
Gráfico 59: Montante total distribuído, na região Alentejo, nas campanhas IFAP entre 2010 – 2013.	54
Gráfico 60: Projetos aprovados, na região Alentejo, entre 1994 e 1999.	57
Gráfico 61: Projetos aprovados, na região Alentejo, entre 2000 e 2006.	57
Gráfico 62: Projetos aprovados na Instalação de jovens agricultores.	58
Gráfico 63: Montantes na instalação de jovens agricultores.	58
Gráfico 64: TOP de produções em Portugal (2011)	62
Gráfico 65: TOP valor da produção em Portugal (2011).	63
Gráfico 66: Saldo comercial do complexo agroflorestal, agroalimentar e florestal (Milhões de euros)	64
Gráfico 67: Evolução em valor da produção, consumo e comércio internacional de bens alimentares entre 2000 e 2011 (2000 = 100)	64
Gráfico 68: Valor da produção dos produtos agrícolas.	65
Gráfico 69: Valor da produção dos produtos agrícolas (valores abaixo de 12.000.000).	65
Gráfico 70: TOP de exportações em Portugal (2011)	67
Gráfico 71: TOP de importações em Portugal (2011)	67
Gráfico 72: Top do valor de exportações em Portugal (2011)	68
Gráfico 73: Top do valor de importações em Portugal (2011)	68
Gráfico 74: Consumo per capita em Portugal.	69
Gráfico 75: Consumo per capita em Portugal.	69
Gráfico 76: Grau de autoaprovisionamento	70
Gráfico 77: Grau de autoaprovisionamento	71
Gráfico 78: Peso do VAB ⁷ do CAF na economia - NUT III (%)	98
Gráfico 79: Peso do emprego do CAF na economia - NUT III (%)	99
Gráfico 80: Composição e evolução do VAB _{CF} , preços correntes (milhões de euros)	100

Gráfico 81: Rendimento líquido das empresas agrícolas dos doze Estados Membros.	100
Gráfico 82: Evolução do rendimento líquido das empresas agrícolas em Portugal.	101
Gráfico 83: Distribuição do VAB - 2012	102
Gráfico 84: Consumo de água.....	103
Gráfico 85: Consumo de Final de Energia na Agricultura e VAB Agrícola, em Volume	104
Gráfico 86: Os Estados Membros ganhadores e perdedores com a futura repartição dos pagamentos diretos aos produtores.....	109

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1: Valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA).....	39
Quadro 2: Repartição regional dos pagamentos aos agricultores 2009	53
Quadro 3: Estruturas da produção agrícola e respetiva variação (%)	62
Quadro 4: Grau de Autoaprovisionamento ¹ de Bens Alimentares ² (%)	70
Quadro 5: Variáveis da base de dados «Explorações Agrícolas».....	73
Quadro 6: Variáveis da base de dados «Produções Vegetais».....	74
Quadro 7: Variáveis da base de dados «Pecuária com Terra».....	74
Quadro 8: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Explorações Agrícolas».....	78
Quadro 9: Variabilidade das componentes principais, base «Explorações Agrícolas».....	78
Quadro 10: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Explorações Agrícolas».....	79
Quadro 11: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Produções Vegetais».....	83
Quadro 12: Variabilidade das componentes principais, base «Produções Vegetais».....	84
Quadro 13: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Culturas Vegetais».....	84
Quadro 14: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Pecuária com Terra».....	89
Quadro 15: Variabilidade das componentes principais, base «Pecuária com Terra».....	90
Quadro 16: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Pecuária com Terra».....	91
Quadro 17: Análise de dados multivariados, base «Explorações Agrícolas».....	95
Quadro 18: Análise de dados multivariados, base «Produções Vegetais».....	96
Quadro 19: Análise de dados multivariados, base «Pecuária com Terra».....	96
Quadro 20: Sistema de pagamentos diretos à produção do 1º Pilar da PAC.....	107
Quadro 21: Prioridades definidas para as políticas de desenvolvimento rural (2º Pilar da PAC).....	108
Quadro 22: Viabilidade futura das explorações agrícolas.....	109

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Explorações Agrícolas).	80
Figura 2 Análise classificatória «Explorações Agrícolas» (base 2009).....	82
Figura 3: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Culturas Vegetais).86	
Figura 4: Análise classificatória «Produções Vegetais» (base 2009).	88
Figura 5: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Pecuária com Terra).	93
Figura 6: Análise classificatória «Pecuária com Terra» (base 2009).....	95

INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO

A região do Alentejo tem a sua história estreitamente associada ao mundo rural, em que as atividades económicas diretamente ou indiretamente ligadas à agricultura sempre tiveram um papel fundamental. Se isto é verdade para muitas regiões até meados do século XX, a partir daí muitas regiões divergiram, primeiro pela industrialização, mais tarde pelo crescimento contínuo do sector terciário.

No caso do Alentejo a industrialização nunca teve expressão significativa, a estratégia do país foi localizar essas atividades na faixa litoral a partir da península de Setúbal. Apesar do contínuo decréscimo de percentagem de contribuição para o PIB e de população ativa do complexo agro-florestal (CAF), constituído pelos quatro elementos (i) agricultura, (ii) silvicultura, (iii) indústrias agroalimentares (iv) indústrias florestais, para a região Alentejo este conjunto de atividades económicas continua a ser fundamental no presente e no futuro. Daí a justificação do tema deste trabalho, cujo objetivo fundamental é o de contribuir para a análise e conhecimento da evolução da agricultura do Alentejo nos últimos 25 anos, considerando que esse período teve início em 1986 com a integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia que ficou constituída por 12 países.

A paisagem do Alentejo é caracterizada pelos montados, inteiramente construída devido à história agrária e ao trabalho humano que ao longo dos séculos foram alterando o ecossistema mediterrâneo original, na sua estrutura e biodiversidade, num sistema de uso agro-silvo-pastoril extensivo associado a grande exploração fundiária.

Os montados são áreas de azinheiras e sobreiros nos quais se podem associar outras culturas e produções pecuárias. Associado a este sistema de produção os povoamentos rurais estão, normalmente, aglomerados nos montes e em aldeias compactas. Devido a todos estes fatores observa-se uma heterogeneidade da paisagem e das estruturas produtivas na região do Alentejo.

SILBERT (1966) apresenta um quadro realista da economia, estrutura agrária e da paisagem desta região no início do século XIX que permaneceu, em grande parte, válido até às grandes transformações da paisagem agrária do fim do século XIX. De acordo com este autor, estas transformações são parcialmente retratadas nas cartas agrícolas de G.A.Pery, levantadas nos anos 1880 e 1890, bem como nas respetivas

memórias estatísticas. Podemos considerar que os anos 1880 modificaram radicalmente a paisagem alentejana com a devastação de baldios e terras cobertas de giestas e estevas, a transformação de terras cobertas de matos para cultivo, as novas técnicas culturais, o progresso dos caminho-de-ferro, a densificação da rede de estradas, as mudanças profundas verificadas na situação demográfica, as primeiras leis protecionistas para culturas de cereais, foram fatores decisivos na constituição de um montado cultivado ao lado de um montado tradicional, onde primava a presença do gado.

Na transição do século XIX e XX a evolução das áreas de montado foram notórias na região do Alentejo, com 370 000 ha de sobreiros e azinheiras em 1867 para 868 850 ha em 1902 (VIEIRA, 1991). Assim podemos chegar à conclusão que muitos dos montados atuais têm um século ou menos.

Para melhor perceber a evolução da pecuária, nos montados eram os ovinos os que mais rendimentos davam ao agricultor, por aproveitarem a lande e a bolota como alimento e a lã ser comercializada. Com a desvalorização da lã passaram a ser os suínos os líderes dos montados, visto serem os que melhor aproveitamento tiravam do consumo da lande e da bolota. Em meados do século XX, com a peste suína africana, houve uma grande taxa de abandono desta atividade, que se conjugou com a grande transformação através da intensificação das culturas de cereais, mecanizadas, que levaram à destruição de grandes áreas arbóreas ou à substituição do montado por sistemas agrários mais compensadores em termos estritamente económicos e numa perspetiva meramente conjuntural.

A paisagem atual é resultado desta transformação que sofreu pressões antrópicas e diversas substituições que romperam o equilíbrio do sistema, acelerando a sua fragilidade ou mesmo o desaparecimento.

Nos anos de 1960 dá-se o início de uma mudança socioeconómica e demográfica que acelerou o abandono das atividades agrícolas e o desenvolvimento das regiões rurais. Este acontecimento fez com que matos invasores reaparecessem nas pastagens e pousios.

Nos últimos vinte anos a tendência para o crescimento da área de montado aumenta com o êxodo rural e as políticas incentivadoras da extensificação que em certa medida foram preconizadas pelas sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC).

É dentro desta paisagem alentejana, tão característica ao longo dos séculos, que se pretende identificar e caracterizar as alterações agrícolas nos últimos 25 anos e contribuir para a análise da sua evolução. O estudo do aumento ou diminuição das produções agrícolas e a existência ou ausência de diversas atividades e respetivas localizações poder-nos-á mostrar as dinâmicas que estão subjacentes a esta região e quais as perspetivas com a nova reforma da PAC que se prevê coincidente com o Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020.

O trabalho está organizado em quatro capítulos principais, complementados por esta Introdução e pelas Conclusões.

O Capítulo I tem o propósito de enquadrar a agricultura do Alentejo no contexto nacional sobretudo ao nível do Continente (Açores e Madeira apresentam características agrícolas muito específicas).

A informação estatística é disponibilizada principalmente pelo INE, quer em publicações e estudos, quer em bases de dados, encontrando-se também documentos com muito interesse produzidos e editados pelo Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura. A informação estatística está desagregada a diferentes níveis entre variáveis, algumas em NUTS I (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - Continente, Açores, Madeira), NUTS II (5 no Continente, onde consta o Alentejo), NUTS III (28 no Continente, onde consta Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo), Concelho e Freguesia. Com implicações ao nível de NUTS II existem duas divisões geográficas identificadas por NUTS-2001 e NUTS-2002, que se distinguem por na primeira constar Lisboa e Vale do Tejo e na segunda Lisboa; neste último caso as NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, que integravam anteriormente a NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, foram transferidas para a NUTS II Centro (as duas primeiras), tendo a Lezíria do Tejo passado para a NUTS II Alentejo. Neste trabalho deu-se preferência à divisão geográfica NUTS-2001 por se mostrar mais adequada para efeitos de análise do sector agrícola.

O Capítulo II visa interligar a agricultura do Alentejo e do Continente português com a PAC e respetivas reformas ocorridas desde a adesão de Portugal.

No Capítulo III será feita uma abordagem mais específica e com desagregação geográfica a nível de concelho. As variáveis a considerar serão sobretudo provenientes ou calculadas a partir dos Recenseamentos Agrícolas 1989, 1999 e 2009 e abrangerão “Estruturas e Explorações Agrícolas”, “Atividades de Produção

Vegetal” e de “Produção Pecuária com Terra”. A produção animal predominantemente intensiva, caso dos suínos, aves e coelhos, não foi tratada neste trabalho por ter reduzida relação com o factor terra nos planos de explorações e consequentes tecnologias e itinerários técnicos associados a essas atividades; no caso de produção de suínos em sistemas tendencialmente extensivos, nomeadamente ao nível da raça Alentejana, não existe informação ao nível de concelho nos resultados publicados a partir dos Recenseamentos Agrícolas.

Pretende-se avaliar a evolução das variáveis selecionadas para cada base de dados durante os últimos três Recenseamentos Agrícolas, procedendo-se para tal a análise univariada e multivariada, incluindo nesta última análise classificatória hierárquica e o índice multivariado RV.

No último Capítulo pretende-se perspetivar o futuro da agricultura do Alentejo num contexto de médio prazo, coincidente com a PAC pós 2013 e QCA 2014-2020. Para tal procurar-se-á colocar a questão no quadro económico do complexo agroflorestal e nas orientações estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020, assim como noutros trabalhos disponíveis.

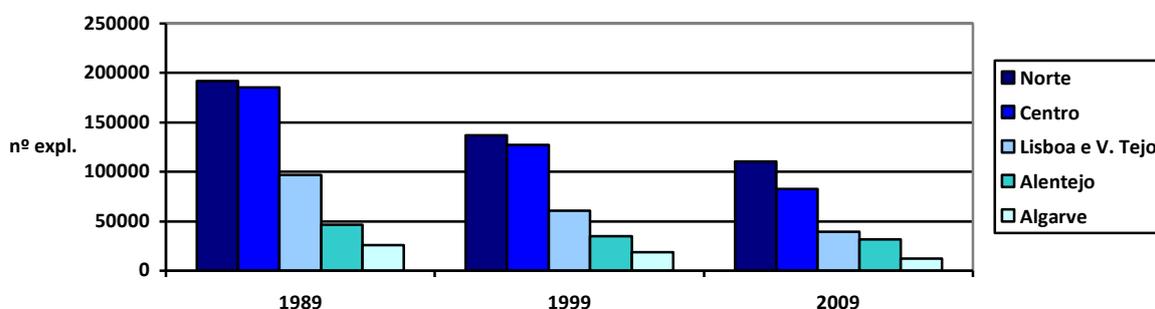
CAPITULO I

A Agricultura do Alentejo
no Contexto do Continente Português.

1. Explorações Agrícolas

1.1. Número de Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada.

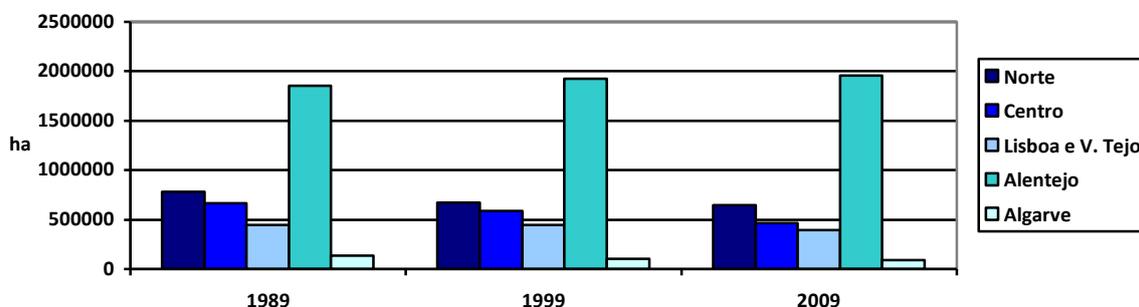
Quanto ao número de explorações por região é no Norte e Centro onde estas têm mais expressão e observa-se uma quebra significativa, ao longo dos anos, para todas as regiões (Gráfico 1). Na região Alentejo houve uma diminuição de 30% entre 1989 e 1999 e 10% entre 1999 e 2009. Ao nível do Continente o número de explorações diminuiu 30% na transição de cada um dos três anos de referência.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 1: Número de explorações agrícolas por região.

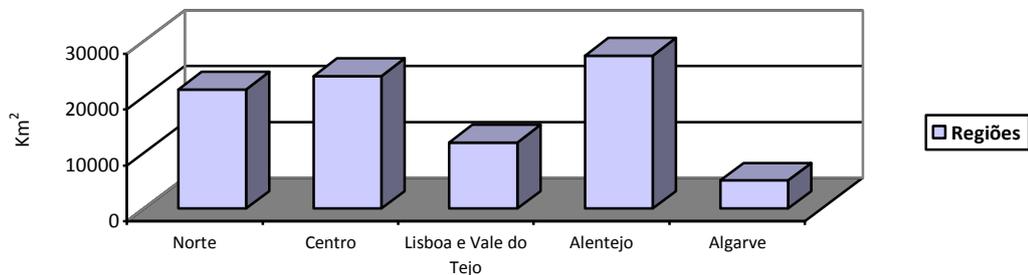
Ao longo dos anos houve uma ligeira descida da SAU em todas as regiões à exceção do Alentejo, em que se observa um aumento de 10% entre 1989 e 2009 (Gráfico 2).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 2: Superfície Agrícola Utilizada total por região.

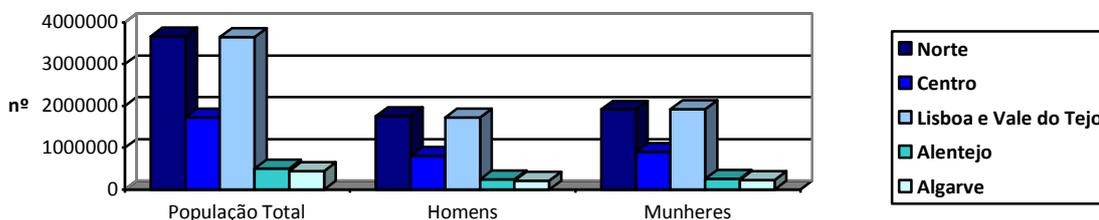
Apesar de mais de metade da SAU do Continente (55%) estar localizada no Alentejo, em termos de superfície total por região o Alentejo situa-se próximo de 31% do Continente (Gráfico 3).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Instituto Geográfico Português.

Gráfico 3: Superfície total por região, ano 2012

Ao nível da população residente o Alentejo regista 5% do total nacional (Gráfico 4), com a densidade demográfica mais baixa do país (18,3 residentes por km²), evidenciando o risco de despovoamento.



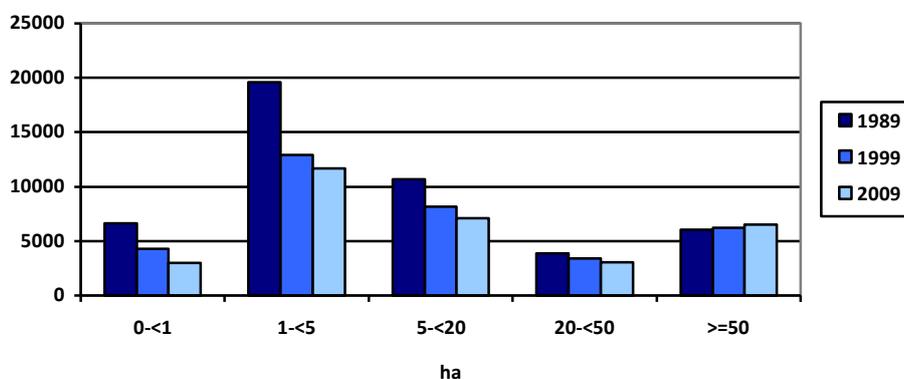
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Gráfico 4: População residente por região, ano 2012

Em síntese, o maior número de explorações situa-se no Norte e Centro mas é o Alentejo que tem a maior área de SAU a par de uma população residente e densidade demográfica muito reduzidas no contexto nacional.

As explorações com 1 a 5 ha são as predominantes na região Alentejo. No Continente, todas as classes de área diminuíram, em número de explorações, no período 1989-2009, com exceção da classe igual ou superior a 50 ha que regista pequeno aumento (Gráfico 5). Quanto à SAU por classe, o Alentejo apresenta elevada concentração na classe de maior dimensão (no RA 2009 próximo de 90%

da SAU total integra explorações agrícolas com mais de 50 ha, sendo cerca de 65% o respetivo valor para o Continente), situação conforme diminuições significativas nas classes até 1 ha, de 5 a 20 ha e de 20 a 50 ha. Como já referido anteriormente existe uma pequena subida das explorações com mais de 50 ha.

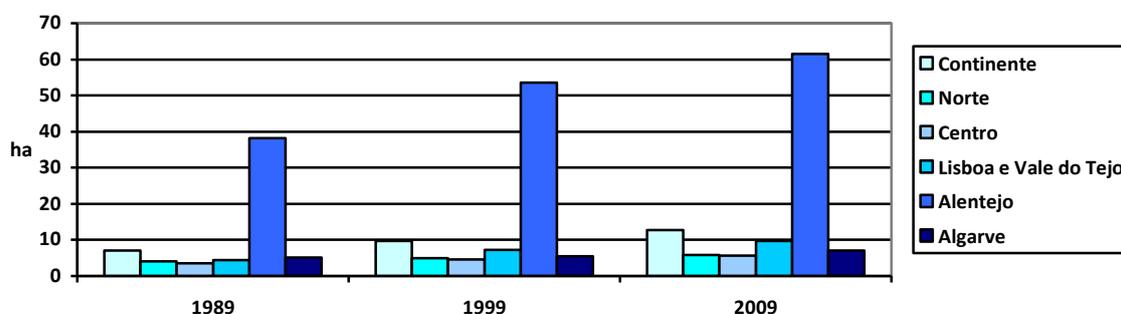


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 5: Número de explorações agrícolas segundo classes de SAU no Alentejo.

1.2. Dimensão Média das Explorações e Composição da SAU

Segundo os dados estatísticos dos Recenseamentos Agrícolas (INE, 1989, 1999 e 2009) a dimensão média das explorações na região Alentejo era de 61,5 ha em 2009, verificando-se um aumento de 15,5 ha entre 1989 e 1999 e de 7,9 ha entre 1999 e 2009 (Gráfico 6). Em todas as regiões registou-se um aumento sendo o Alentejo a região com maior dimensão média de SAU por exploração, seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo com 9,8 ha. Esta situação deve-se ao desaparecimento acentuado das pequenas explorações, explicado em parte pela absorção das respetivas superfícies por explorações de maior dimensão.

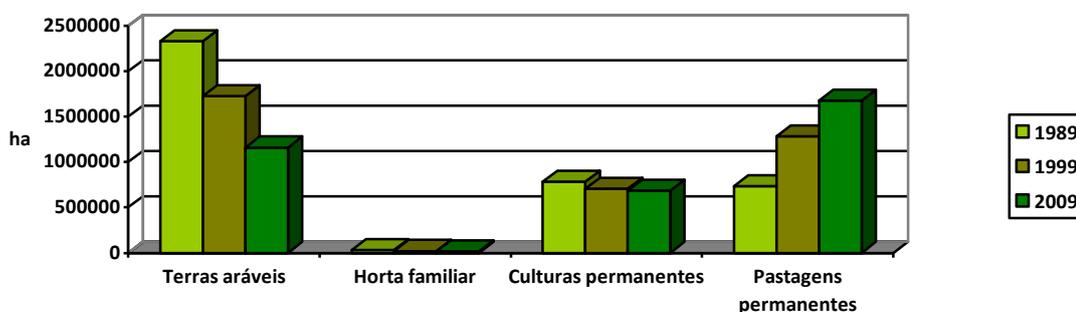


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 6: Superfície Agrícola Utilizada média das explorações agrícolas.

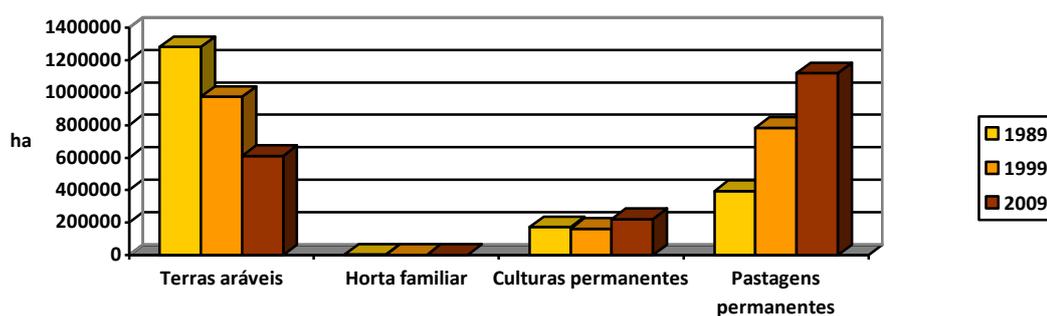
Portugal sofreu grandes alterações na composição da SAU entre 1989 e 2009, verificando-se uma alteração radical na repartição das principais componentes da SAU.

É aqui que a Política Agrícola Comum (PAC) se faz sentir, nomeadamente ao nível das ajudas que, por um lado, foram-se tornando menos interessantes para os agricultores as culturas realizadas em terras aráveis e, por outro, privilegiaram a extensificação com atribuição de ajudas a sistemas produtivos de baixo encabeçamento, o que incentivou o aumento de áreas de pastagem permanente. A evolução verificada no Continente e Alentejo são de igual tendência, com a pequena exceção da superfície de culturas permanentes, que teve ligeiro acréscimo no Alentejo entre 1999 e 2009 (Gráficos 7 e 8).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 7: Composição da Superfície Agrícola Utilizada no Continente.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 8: Composição da Superfície Agrícola Utilizada no Alentejo.

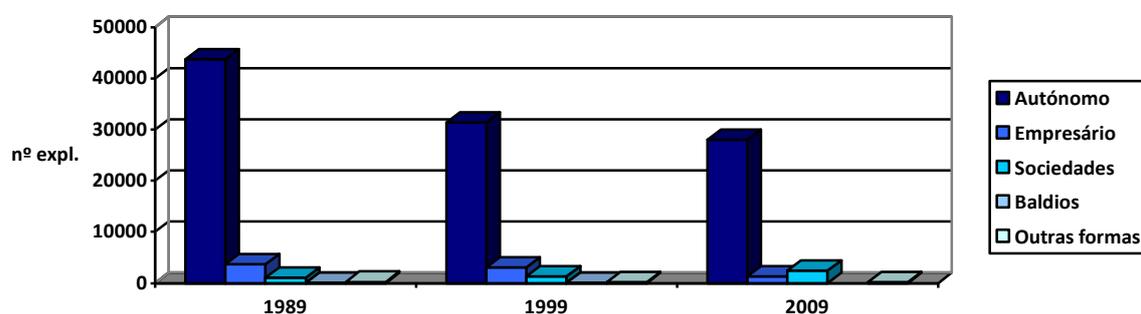
No Continente, ano de 1989, eram as terras aráveis que se destacavam mas perderam 50% da superfície até 2009. As pastagens permanentes passaram a ocupar a maior superfície em 2009, tendo aumentado 128% desde 1989. No

Alentejo em 1989 destacavam-se as terras aráveis mas em 2009 as pastagens permanentes eram maioritárias, as primeiras diminuíram 52%, as segundas aumentaram 184%. Também se verifica um aumento das culturas permanentes em 28%.

1.3. Explorações e SAU Segundo a Natureza Jurídica do Produtor

Entre 1989 e 2009 o número de explorações de produtores autónomos (utilização maioritária de mão-de-obra familiar) no Continente diminuiu 49%, registando quebra de 77% nos empresários (utilização maioritária de mão-de-obra assalariada) e de 21% para outras formas, tendo aumentado 43% ao nível das sociedades e 33% nos baldios.

Em 2009, na região Alentejo 87,9% das explorações agrícolas respeitam a produtores autónomos, 4,1% a empresários e 7,6% a sociedades (Gráfico 9). Nota de destaque para o caso das Sociedades, em que o Alentejo regista 36,5% do total do Continente português.

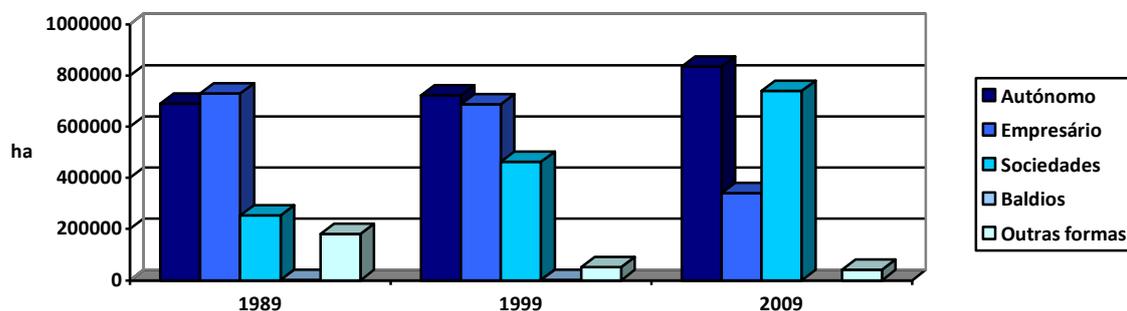


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 9: Número de Explorações Segundo a Natureza Jurídica do Produtor, no Alentejo.

Ao nível da SAU e para o ano de 2009 o produtor singular predomina ao nível do Continente (66,9% da SAU) e do Alentejo (60,0% da SAU), no entanto destaca-se a quota-parte das Sociedades no Alentejo (Gráfico 10), representando 37,8% da SAU (no Continente 27,9%). A SAU integrada em Sociedades quase triplicou no Alentejo entre 1989 e 2009. Em 2009 a SAU média das sociedades era de 219 ha no

Continente e de 561 ha no Alentejo (14 vezes superior à SAU média dos produtores singulares).



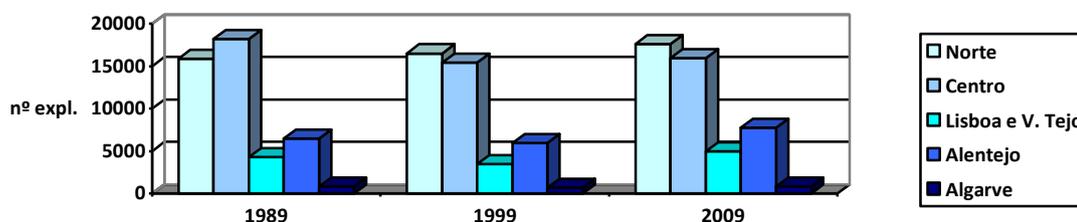
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 10: SAU Segundo a Natureza Jurídica do Produtor, no Alentejo.

1.4. Orientação Técnico-Económica (OTE) Das Explorações.

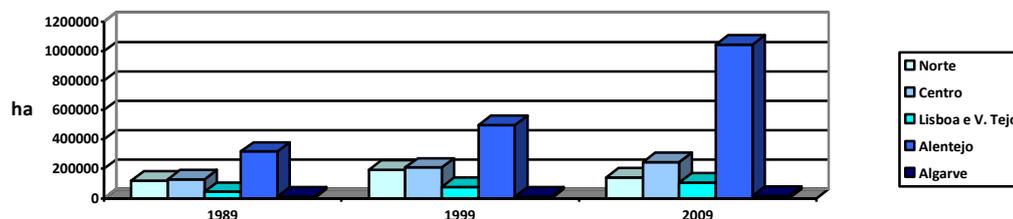
1.4.1. Número de Explorações e SAU – Orientação Técnico-Económica

O maior número de explorações especializadas em produção animal encontram-se no Norte e Centro mas a maior SAU está no Alentejo, com aumento de área ao longo dos anos (Gráficos 11 e 12).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

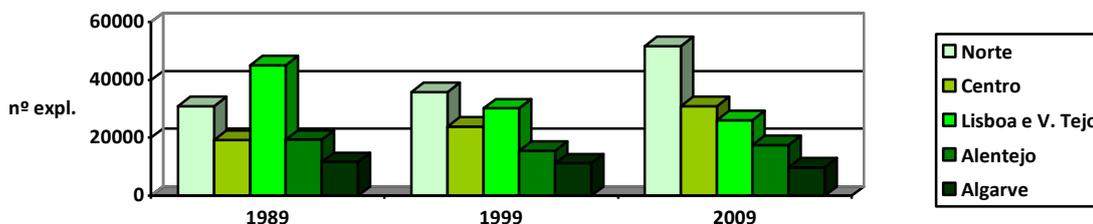
Gráfico 11: Número de explorações especializadas em produção animal.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

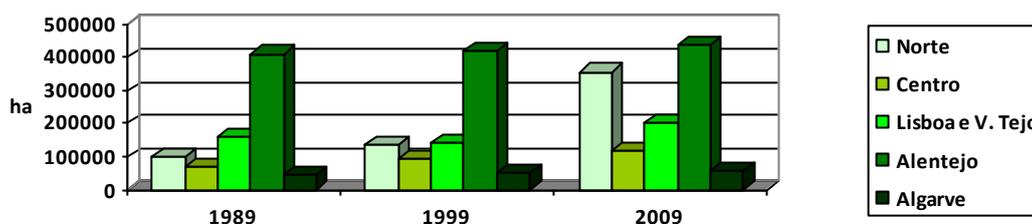
Gráfico 12: SAU das explorações especializadas em produção animal.

Para as explorações especializadas em produções vegetais Lisboa e Vale do Tejo, em 1989, tinha o maior número de explorações, mas ao longo dos anos foi diminuindo e aumentando nas regiões Norte e Centro (Gráficos 13 e 14). Entre 1989 e 1999 a região Alentejo tinha a maior SAU para estas produções mas no RA-2009 o Norte tornou-se na região com maior SAU.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

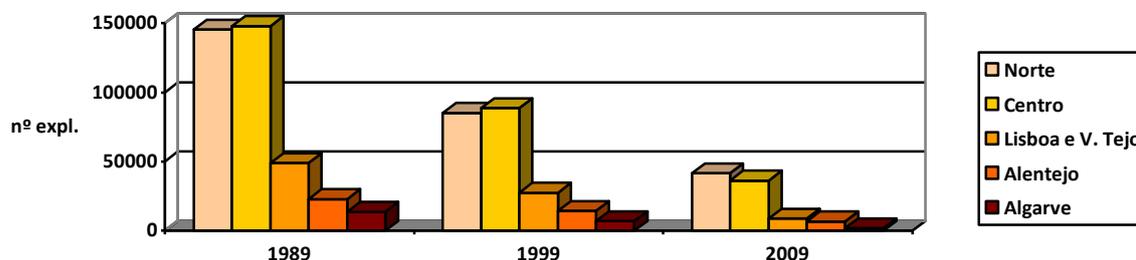
Gráfico 13: Número de explorações especializadas em produção vegetal.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

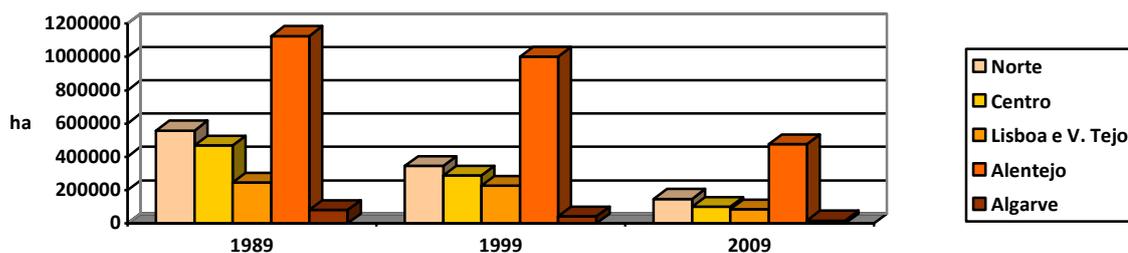
Gráfico 14: SAU das explorações especializadas em produção vegetal.

Nas explorações combinadas ou mistas as regiões Norte e Centro registam o maior número de explorações mas o Alentejo apresenta a maior SAU (apesar de ter vindo continuamente a reduzir-se) (Gráficos 15 e 16).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 15: Número de explorações com produções combinadas ou mistas.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 16: SAU das explorações com produções combinadas ou mistas.

No Continente a SAU das explorações especializadas em animais ou vegetais aumentou (150% e 49% respetivamente) enquanto nas explorações combinadas ou mistas tem vindo a diminuir (-67%). No Alentejo triplicou a superfície para explorações especializadas em animais (228%) e diminuiu a superfície das explorações combinadas ou mistas (-136%). A superfície para as explorações especializadas em vegetais tem-se mantido constante ao longo dos anos.

O número de explorações no Continente com especialização em produção vegetal e animal mantiveram-se, sensivelmente, enquanto as explorações mistas caíram 75% entre 1989 e 2009.

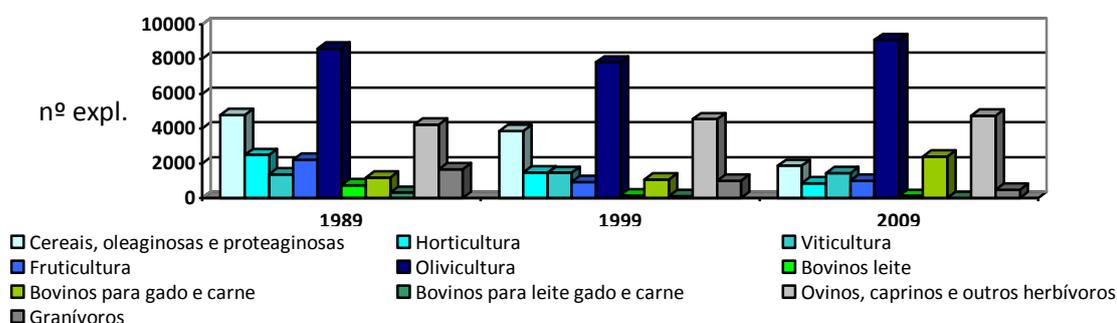
Na região Alentejo observa-se um ligeiro aumento nas explorações especializadas em produção animal (20%) e o inverso nas explorações especializadas em produções vegetais (-10%). A maior quebra foi nas explorações combinadas ou mistas onde se observa descidas de 71% entre 1989 e 2009.

1.4.2. Número de Explorações e SAU das Diferentes OTE

No Continente aumentaram as explorações especializadas em bovinos para gado e carne (159% entre 1989 e 2009), mas a cultura que se destaca é a viticultura. A SAU aumentou 619% em bovinos para gado e carne e 46% em ovinos, caprinos e outros herbívoros. Em 1989 e 1999 a maior SAU corresponde a explorações especializadas em ovinos, caprinos e outros herbívoros, passando em 2009 para bovinos para gado e carne.

No Alentejo a OTE que mais se destaca é a olivicultura (com uma representatividade de 35% relativamente ao total de explorações OTE-Olivicultura do Continente), seguindo-se a produção de ovinos, caprinos e outros herbívoros (que aumentou

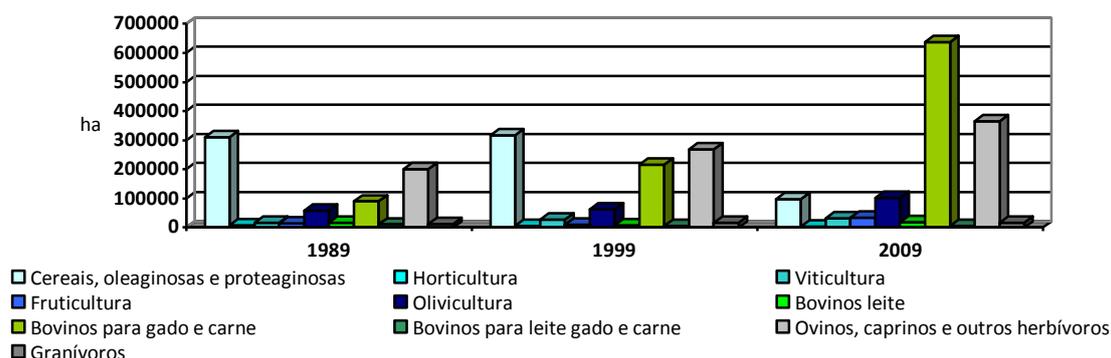
12% entre 1989 e 2009) (Gráfico 17). As explorações que mais cresceram em número de registos foram as especializadas em bovinos para gado e carne, com um aumento de 103%. Verifica-se uma diminuição de 61% no número de explorações especializadas na produção de cereais, oleaginosas e proteaginosas.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 17: Número de explorações com produção especializada em vegetais ou animais, no Alentejo.

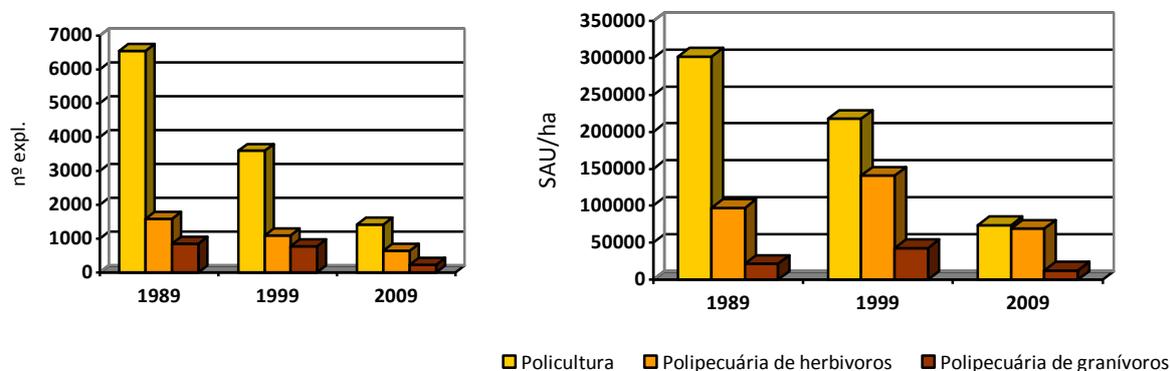
Para a SAU, o grande aumento verifica-se na produção de bovinos de gado e carne (609% no período 1989-2009) (Gráfico 18). Neste mesmo período aumentou em cerca de 81% a SAU com ovinos, caprinos e outros herbívoros e 74% na olivicultura. A SAU com olivicultura tem 66% da sua área na região Alentejo. O grande decréscimo (-69%) vai para as superfícies de cereais, oleaginosas e proteaginosas.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 18: SAU da produção especializada em vegetais ou animais, no Alentejo.

Nas explorações combinadas ou mistas houve um decréscimo (-75%) do número destas explorações e da SAU (-67%) ao nível do Continente entre 1989 e 2009. Na região Alentejo as descidas foram de 71% e 58%, respetivamente (Gráfico 19).

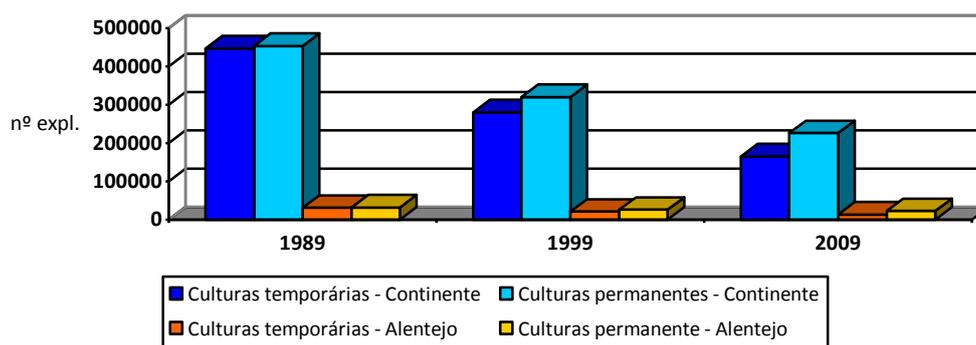


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 19: Número de explorações e SAU da OTE combinadas ou mistas no Alentejo.

1.5. Número de Explorações e Área das Culturas Temporárias e Permanentes

Relativamente ao número de explorações regista-se semelhança de valores e tendência de evolução muito idênticas para ambos os tipos de culturas, quer ao nível do Continente, quer no Alentejo (Gráfico 20). No Alentejo às culturas permanentes são 66% superiores às temporárias, em 2009.

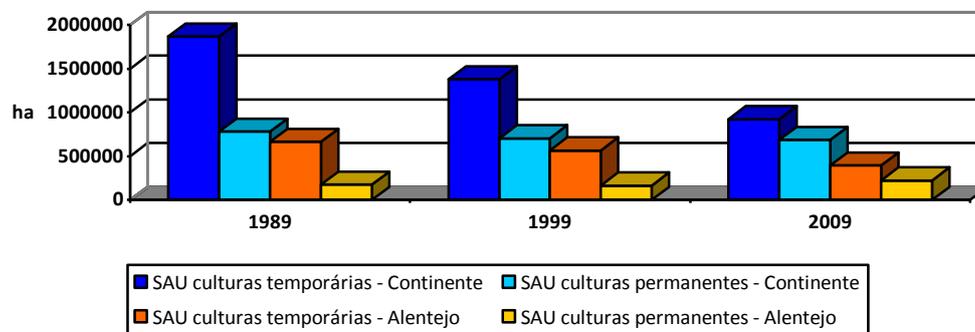


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 20: Número de explorações agrícolas com culturas temporárias e permanentes.

Relativamente à superfície para as culturas temporárias (Gráfico 21) observa-se uma descida ao longo dos anos, sendo que 42% está localizada na região Alentejo.

Nas culturas permanentes a região Alentejo representa 32% do Continente. Entre 1989 e 2009 a SAU com culturas temporárias no Alentejo diminuiu cerca de 41% e com culturas permanentes aumentou 28%.



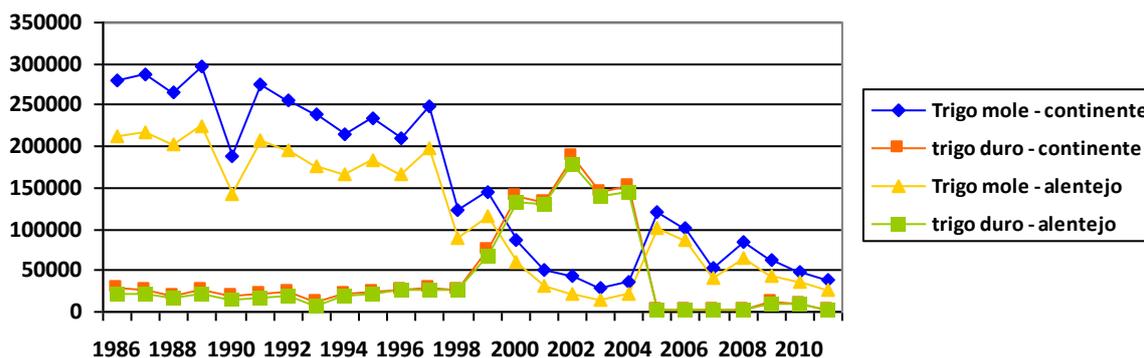
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 21: Área das culturas temporárias e permanentes.

1.6. Área e Produtividade das Principais Culturas Temporária e Permanentes

1.6.1. Área das Principais Culturas Temporárias

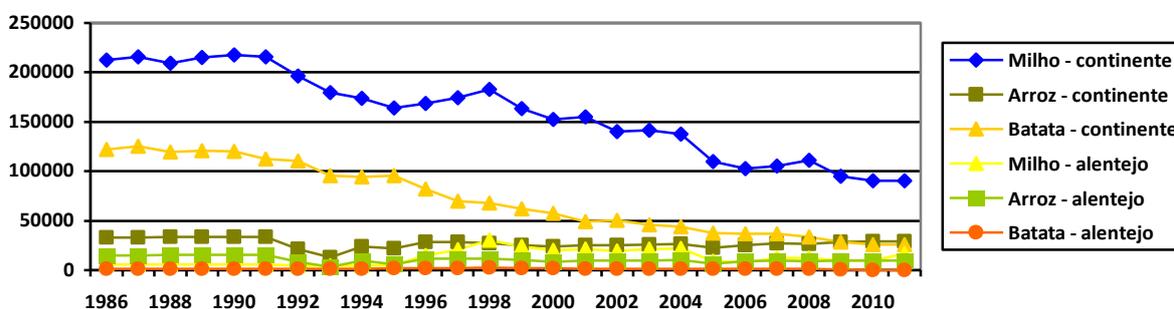
A cultura do trigo, realizada sobretudo na região Alentejo, destaca-se por evidenciar muito objetivamente os efeitos das políticas agrícolas sobre a área anual em produção. O trigo mole sempre foi dominante mas nos primeiros anos do séc. XXI foi claramente ultrapassado pelo trigo duro (Gráfico 22) por razões de ajuda específica à produção e aumento da quota nacional deste último. A partir de 2005, com o início da Reforma Intercalar 2003 e conseqüente desligamento e migração das ajudas a superfícies (instituídas na Reforma da PAC de 1992) para o Pagamento Único, o trigo duro deixou de ter qualquer expressão. O próprio trigo mole regista nos últimos anos áreas incomparavelmente inferiores aos cerca de 300 mil ha da década de 80 que, por sua vez, estavam muito abaixo dos mais de 800 mil ha anuais referidos por SAMPAIO (1990) para o triénio 1957-1959. Segundo este mesmo autor, esta área extraordinariamente elevada também só foi possível devido às políticas de proteção e incentivo à cultura do trigo implementadas pelo Estado Novo, com produtividade média inferior a 700 kg/ha.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 22: Área da cultura do trigo (ha).

Para as culturas temporárias consideradas no Gráfico 23 o milho é dominante mas tem vindo a perder área. Na região Alentejo a menor superfície é para a cultura da batata (218 ha) enquanto o milho foi ganhando terreno a partir de 1995 através das melhorias tecnológicas sobretudo pela expansão da rega por center-pivot. O arroz tem mantido relativa estabilidade, no Continente situa-se próximo de 30 mil ha e, a exemplo do milho, regista produtividade média por ha de muito bom nível.

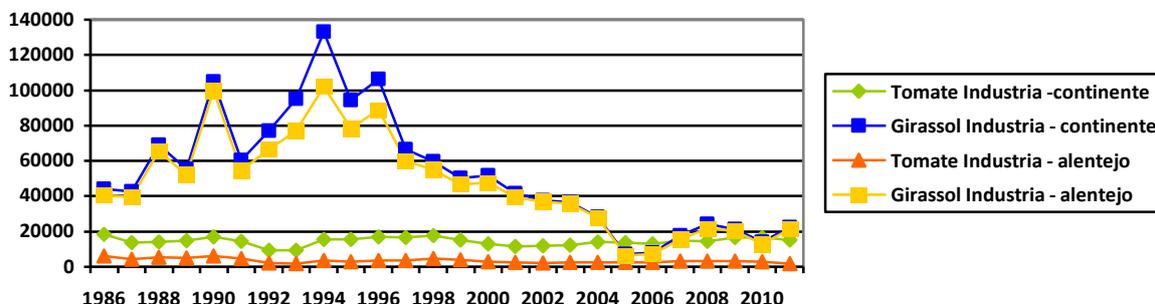


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 23: Área das culturas do milho, arroz e batata (ha).

Entre 1990 e 1996 a cultura do girassol atingiu áreas muito significativas, localizadas na quase totalidade na região Alentejo (Gráfico 24). Segundo SAMPAIO (1992) em 1975 semearam-se em Portugal pouco mais de 4 mil ha mas em meados dos anos 80 a área anual de girassol já se situava em cerca de 40 mil ha. FERNANDES (1999) refere que nos dois anos antes da Reforma da PAC de 1992 a viabilidade económica da cultura em Portugal era suportada pelo preço ao produtor que se situava em cerca de 100 escudos (0,50 Euros, no mercado mundial cerca de 0,20 Euros) porque a produtividade sempre foi baixa, nesses anos cerca de 600 kg/ha.

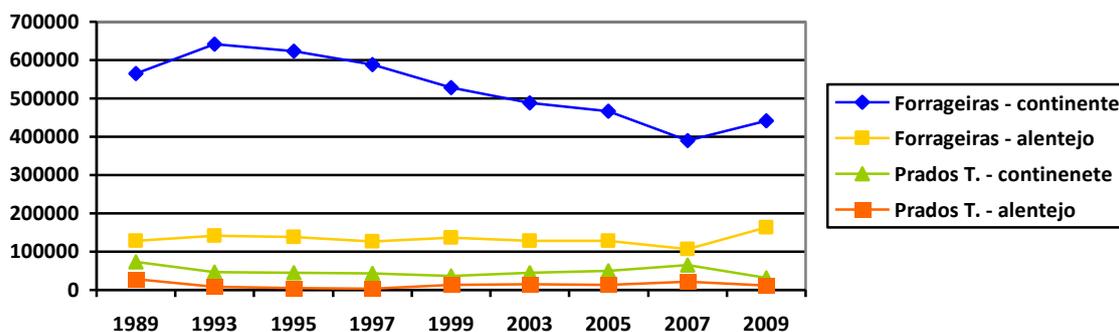
A área de tomate para indústria tem-se mantido constante, Portugal regista produtividades por ha bastante competitivas consequência da evolução tecnológica e das condições edafo-climáticas que se registam sobretudo na Lezíria do Tejo e também, mas com área significativamente menor, no Alentejo.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 24: SAU das culturas para indústria (ha).

As regiões Centro e Norte registam as maiores superfícies de culturas forrageiras (milho forragem como principal cultura) seguindo-se a região Alentejo, que aumentou área no seguimento da implementação da Reforma Intercalar de 2003. Conforme se observa no Gráfico 25, os prados temporários não registam quota significativa ao nível da área ocupada.

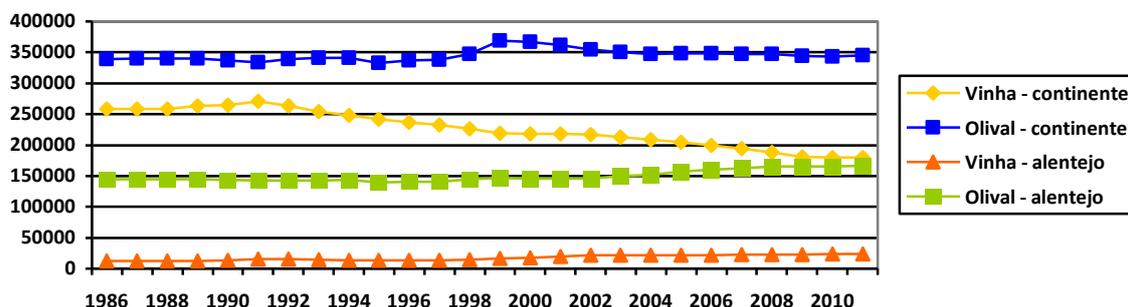


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 25: Área das culturas forrageiras e dos prados temporários (ha).

1.6.2. Área das Principais Culturas Permanentes (ha)

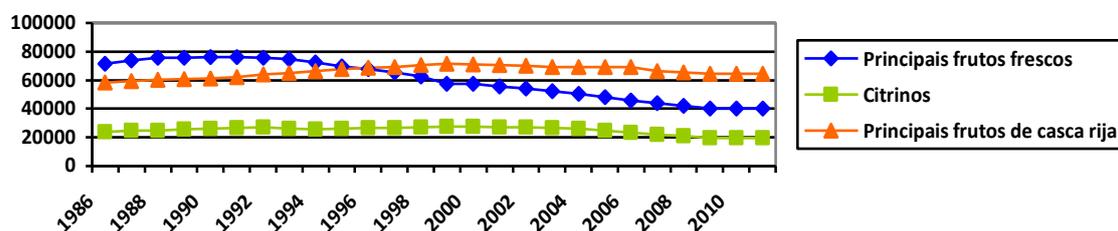
Quer ao nível do Continente, quer do Alentejo, o olival e a vinha predominam claramente nas culturas permanentes, com destaque ao nível de área para o primeiro. Do Gráfico 26 conclui-se que perto de metade do olival português localiza-se no Alentejo, enquanto em vinha a quota do Alentejo é de cerca de 10%. O olival e vinha, a exemplo dos sectores da fruticultura e horticultura, registam explorações agrícolas estruturalmente e tecnologicamente muito evoluídas.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

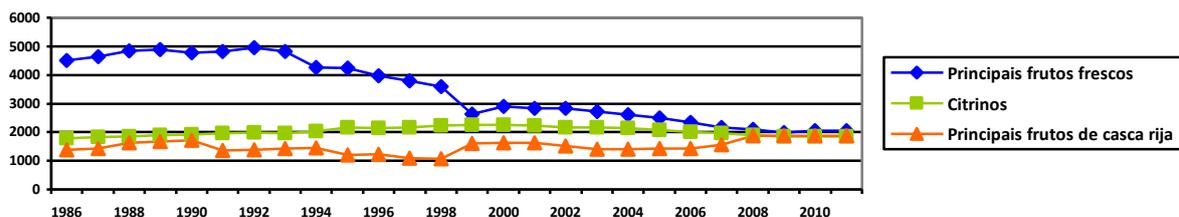
Gráfico 26: Área das culturas da vinha e do olival (ha).

As culturas de frutos frescos perderam área no Continente e na região Alentejo (Gráficos 27 e 28). No Continente a maior SAU é para os frutos de casca rija, seguindo-se frutos frescos e citrinos. Na região Alentejo a partir de 2008 a SAU assume valores idênticos para todas estas três culturas.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 27: Área de pomares, citrinos e frutos casca rija (ha), no Continente.



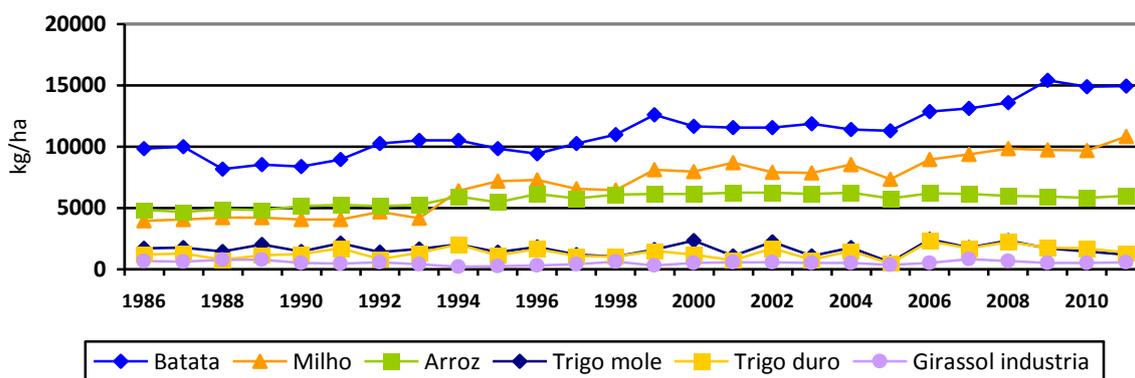
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Gráfico 28: Área de pomares, citrinos e frutos casca rija (ha), no Alentejo.

1.6.3. Produtividade das Principais Culturas Temporárias

Quanto à produtividade, na região Alentejo é o tomate para indústria (valor médio acima dos 63 000 kg/ha, algumas explorações acima de 85 toneladas) e a batata que apresentam maiores produtividades. A produtividade do trigo (Gráfico 29) continua a registar valores médios baixos, pelo que a viabilidade económica desta cultura terá de ser suportada em tecnologias que reduzam custos de produção (caso da sementeira direta) e, por razões conjunturais no mercado mundial, o preço ao produtor tem sido substancialmente superior ao previsto nas projeções da PAC.

Quanto à representatividade da região Alentejo no país para as diferentes culturas temporárias, registam-se os seguintes valores: trigo duro 97,8%, trigo mole 73,8%, milho 16,8%, arroz 32%, batata 0,7%, girassol 95,7%, tomate para indústria 12,6% e milho forrageiro 4,3% (INE, 2013a).



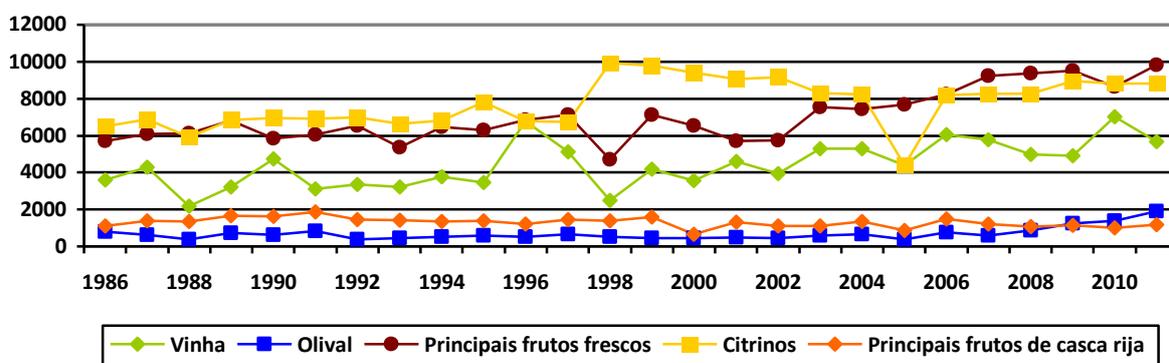
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Estatísticas da Produção Vegetal

Gráfico 29: Produtividade de culturas temporárias (kg/ha), no Alentejo.

1.6.4. Produtividade das Principais Culturas Permanentes

Em média as culturas com maior produtividade são os citrinos e frutos frescos, seguindo-se a vinha, frutos de casca rija e por último o olival mas com subida na produtividade a partir de 2007 por razões de início de produção dos novos olivais que se têm vindo a instalar (Gráfico 30). Comparando com as outras regiões agrárias, a região Alentejo é a que apresenta maior produtividade para o olival e dentro dos frutos de casca rija, a noz.

A representatividade da região Alentejo no Continente para as diferentes culturas permanentes atinge 19% na vinha, 20% no olival, 14% nos frutos frescos, 13% em citrinos e 20% nos principais frutos de casca rija.

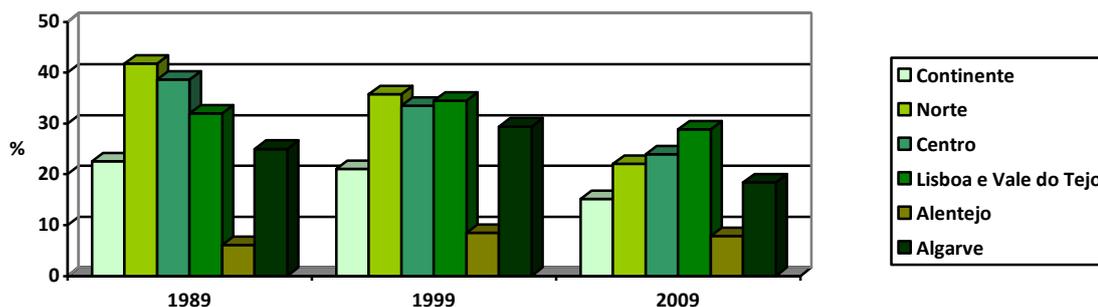


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Estatísticas da Produção Vegetal

Gráfico 30: Produtividade das culturas permanentes (kg/ha), no Alentejo.

1.7. Superfície Irrigável

Apenas 15% da SAU do Continente é irrigável, com diminuição de 7,4 pontos percentuais entre 1989 e 2009. A região Alentejo é a que menos utiliza estes sistemas, com apenas 7,9% da SAU irrigável, comparando com todas as outras regiões que têm valores acima dos 25% de área irrigável. Em contra partida a região Alentejo é a única que aumentou as áreas irrigadas no período atrás referido (Gráfico 31).

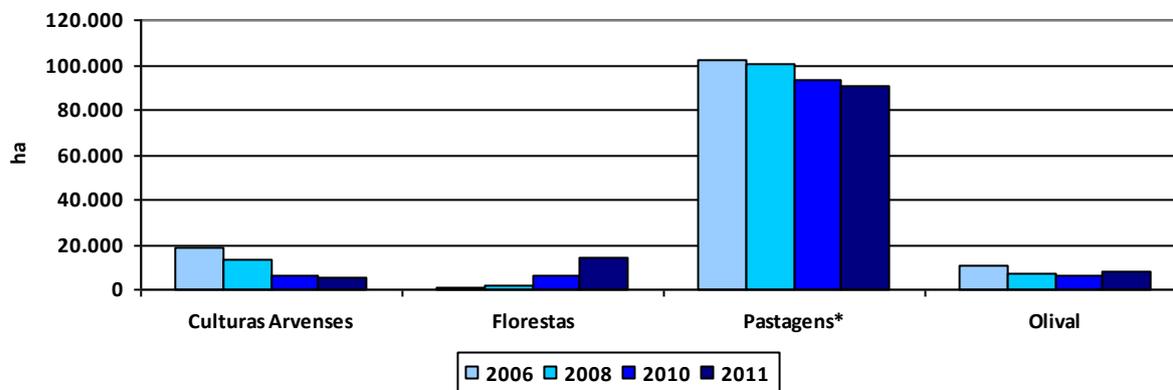


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 31: Superfície irrigável (%).

1.8. Modo de Produção Biológico

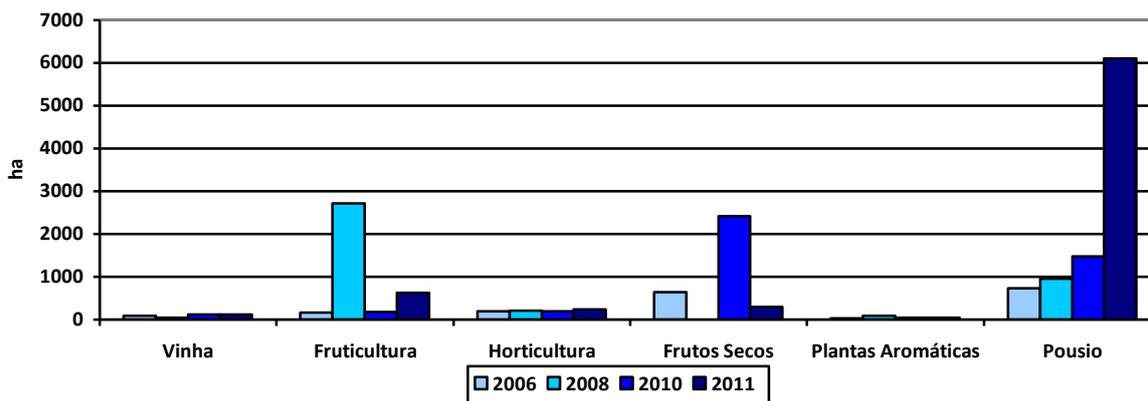
A região Alentejo é dominante em parte considerável das superfícies de produções vegetais e efetivos animais em modo de produção biológico (MPB), com exceção para a vinha, fruticultura, horticultura, frutos secos e plantas aromáticas nas produções vegetais e aves e apicultura nas produções animais (Gráfico 32, 33 e 34).



Fonte: elaborado pela autora a partir do GPP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

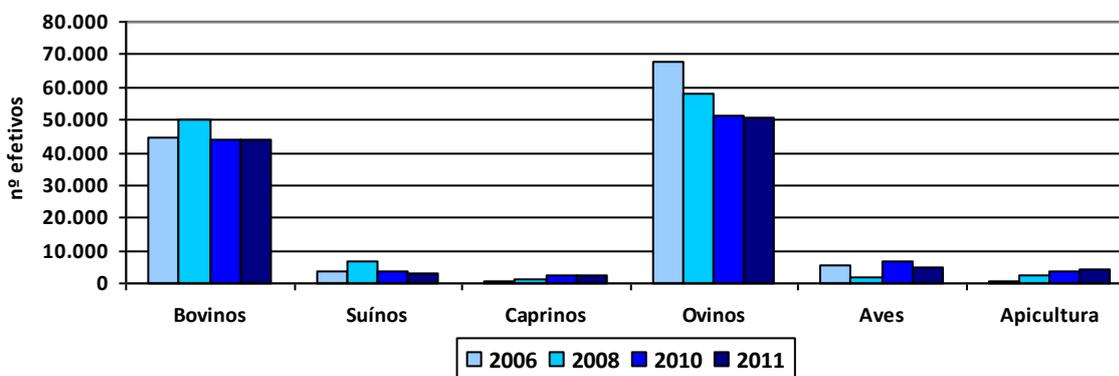
*Inclui Culturas Forrageiras

Gráfico 32: Produção vegetal em MPB no Alentejo (Culturas mais representativas).



Fonte: elaborado pela autora a partir do GPP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gráfico 33: Produção vegetal em MPB no Alentejo (Culturas menos representativas).

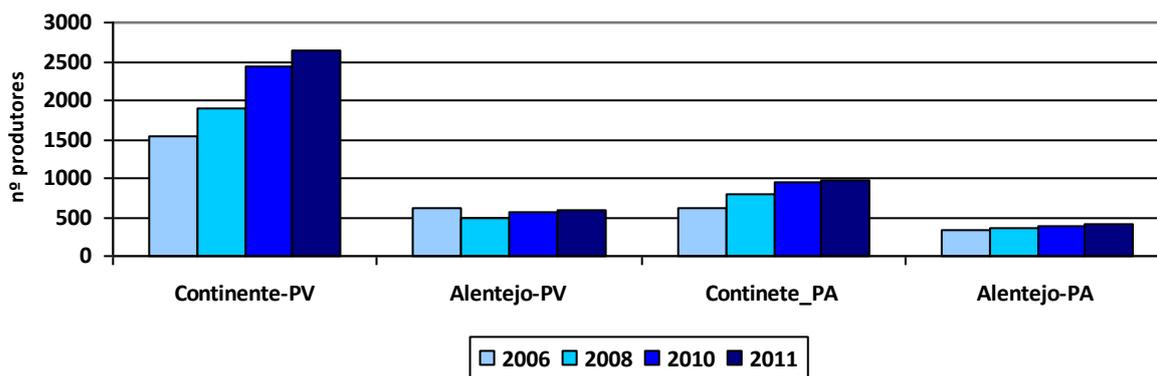


Fonte: elaborado pela autora a partir do GPP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gráfico 34: Produção animal em MPB no Alentejo.

Quanto ao número de produtores que praticam agricultura biológica, a região Alentejo é a segunda região com maior número destes com culturas vegetais biológicas e a primeira com maior número que criam animais em modo biológico (Gráfico 35).

A área utilizada para as diferentes culturas e número de efetivos de animais, que têm maior peso na região Alentejo são, também, as líderes no número de produtores.



Fonte: elaborado pela autora a partir do GPP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

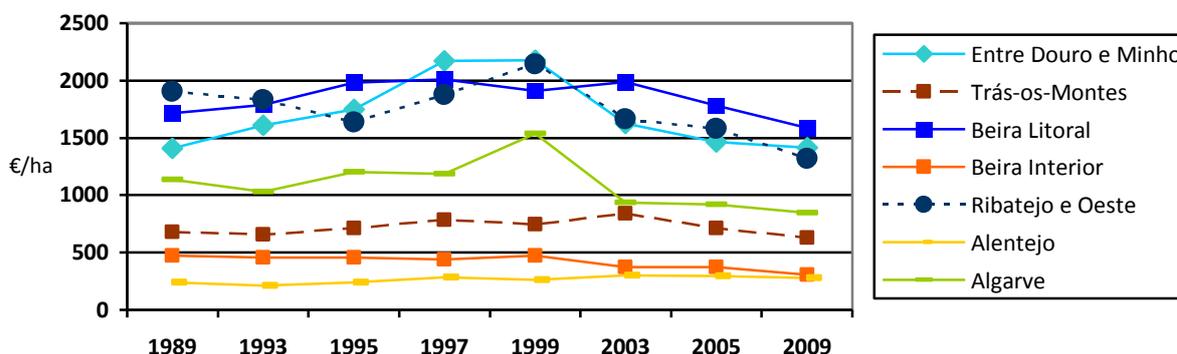
PV-Produção vegetal
PA-Produção animal

Gráfico 35: Número de produtores que praticam culturas biológicas.

A agricultura biológica, face às suas exigências, é difícil de ser aceite e praticada pelos agricultores; em 2009 apenas 4% da SAU da região Alentejo e 3,4% dos efetivos animais eram produzidos em MPB.

1.9. Margem Bruta Total por Superfície Agrícola Utilizada (€/ha)

As regiões agrárias de Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste são as que têm maior margem bruta total por ha. A região Alentejo, detendo a maioria da SAU, no entanto apresenta os valores mais baixos para a margem bruta total (Gráfico 36).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas

Gráfico 36: Margem bruta total por superfície agrícola utilizada (€/ha).

1.10. Superfície Florestal

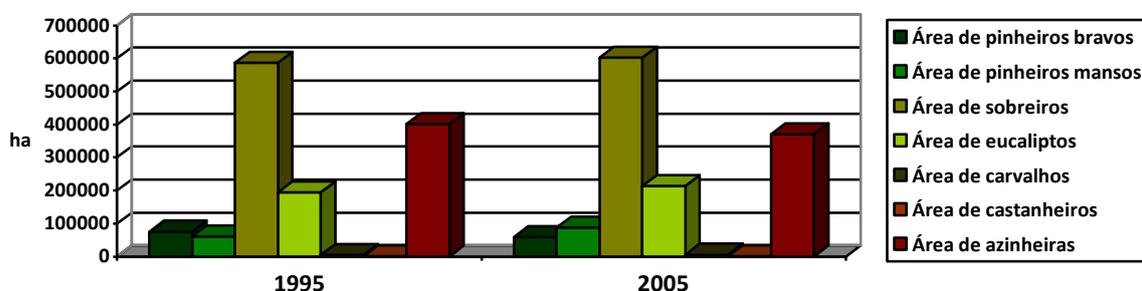
A região Alentejo tem o maior número de ha de sobreiros, azinheiras e pinheiro manso (Gráfico 37). Entre os anos de 1995 e 2005 registou-se na região Alentejo diminuição de 30 600 ha na área de azinheiras e de 15 900 ha na de pinheiro bravo, tendo-se verificado aumento de 15 500 ha na área de sobreiro, 27 200 ha na de pinheiro manso, 17 900 ha na de eucaliptos, 800 ha na área de carvalhos e 500 ha na de castanheiros. A região Centro domina ao nível do pinheiro bravo e eucaliptos e a região Norte em carvalhos e castanheiros.

MURTEIRA (2003) refere que temos 730 000 ha de montado de sobreiro, representando 32% do montado de sobreiro e 54% da extração de cortiça, a nível mundial. O país é o primeiro exportador mundial de cortiça e o principal transformador.

Segundo VIEIRA (1991), a evolução da área de sobreiros e azinheiras aconteceu entre o século XIX e XX, no ano de 1867 existiam 370 000 ha e em 1902 a área já atingia o valor de 868 850 ha.

Em 1995 a área de sobreiros e azinheiras era 987 200 ha, passando para 972 100 ha em 2005. Apesar dos períodos associados e decorrentes das campanhas do trigo (destaque para a verificada na vigência do «Estado Novo») em que muitas árvores (sobretudo azinheiras) foram arrancadas, parte considerável das áreas mantiveram-se porque as alterações fizeram-se sentir na densidade do número de árvores.

Nas medidas de acompanhamento da Reforma da PAC de 1992 surgiu o Reg. (CEE) 2080/92 com a finalidade de incentivar a florestação em terrenos agrícolas, originando novas plantações de sobreiros e azinheiras.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE - ICNF_DR - ICN e Florestas (Continente);DRFlorestas Açores;DRFlorestas M.

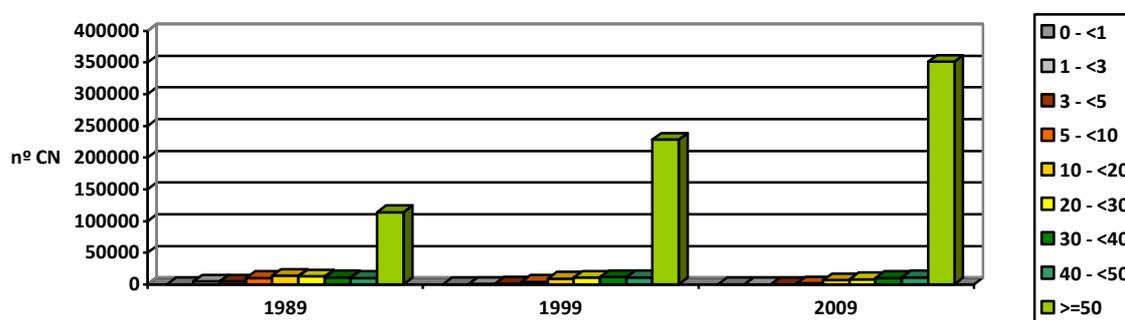
Gráfico 37: Superfície florestal na região Alentejo - 1995 e 2005.

2. Produção Animal

2.1. Número de Cabeças Normais.

Em 1989 a região Alentejo representava 21% do número de CN de bovinos no Continente, passando para uma representatividade de 46% em 2009.

Entre 1989 e 1999 houve um aumento de 51% de CN nesta região e entre 1999 e 2009 houve um aumento de 43%. No período de 1989-2009 o aumento foi de 114%. A classe ≥ 50 CN é aquela onde o número tem mais significado com um aumento de mais de metade (209%) entre 1989 e 2009 (Gráfico 38).

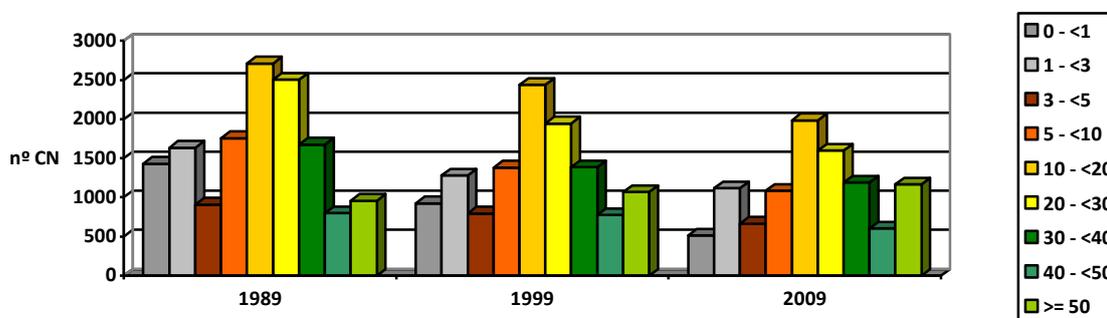


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 38: Número de cabeças normais de bovinos, por classes, no Alentejo.

O Continente perdeu 34% de CN caprinos na classe 1-<3 entre 1989 e 2009. A classe ≥ 50 aumentou em 105% no mesmo período.

Na região Alentejo a classe 10-<20 CN de caprinos é a que se destaca apesar de ter descido 27% entre 1989 e 2009; em contra partida a classe ≥ 50 aumentou em 22% nesse mesmo período. Esta região representa 20% em 1989, 23% em 1999 e 24% em 2009 do número de cabeças normais no Continente (Gráfico 39).

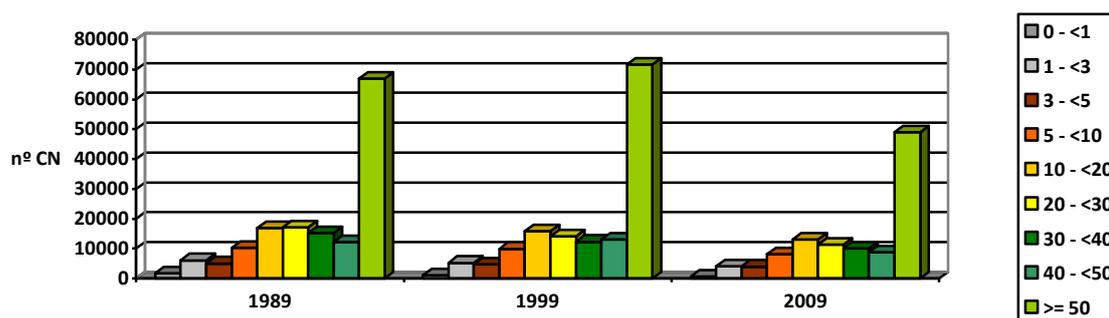


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 39: Número de cabeças normais de caprinos, por classes, no Alentejo.

No Continente a classe ≥ 50 CN de ovinos destaca-se ao longo dos três anos de referência, com 28% do total das classes em 2009. Esta classe teve uma subida de 8% entre 1989 e 1999 e uma descida de 29% entre 1999 e 2009.

Na região Alentejo 21% das CN de ovinos pertencem à classe ≥ 50 , esta classe diminuiu 27% entre 1989 e 2009, subiu 7,1% entre 1989 e 1999 e desceu 32% entre 1999 e 2009. Para as outras classes o número de CN tem-se mantido. Esta região representava 52% do número de CN do Continente, em 1989, com um decréscimo de 2% para os anos seguintes (Gráfico 40).

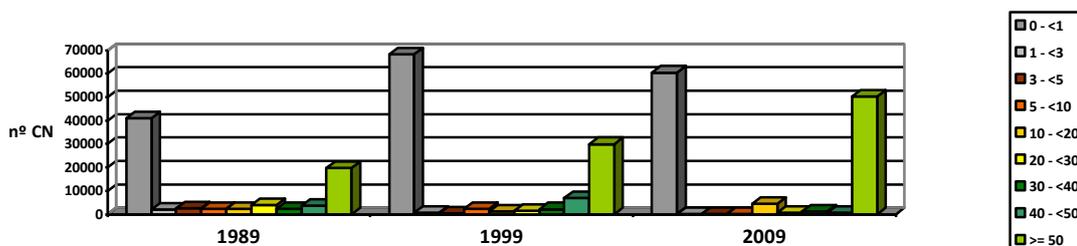


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 40: Número de cabeças normais de ovinos, por classes, no Alentejo.

No Continente é o número de CN de suínos da classe 0-<1 que se destaca, com 65%, e a classe ≥ 50 , com 25% do total do número de CN por classes em 2009, a classe ≥ 50 aumentou o seu número em 119% entre 1989 e 2009.

Na região Alentejo é, também, a classe 0-<1 que tem maior número de CN de suínos, 51% em 2009 e a classe ≥ 50 com 42% das CN de suínos e com uma subida de 157% entre 1989 e 2009. Esta região representa 27% do total de suínos do Continente, sendo a região de Lisboa e Vale do Tejo que tem a maior representatividade (45%) em 2009 (Gráfico 41).

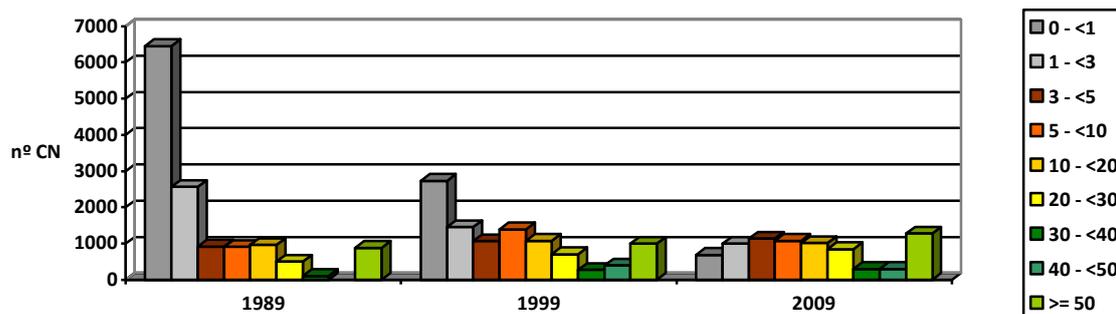


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 41: Número de cabeças normais de suínos, por classes, no Alentejo.

No Continente o número de CN de equinos diminuiu 62% entre 1989 e 2009.

Na região Alentejo diminuiu 43% no mesmo período de tempo. A classe que se destacava era 0-<1 que perdeu 89% do número de CN entre 1989-2009 e ganhou número a classe ≥ 50 com um aumento de 45%. A região Alentejo representa, em 2009, apenas 18% do número de CN no Continente, sendo a região Norte que mais contribui (47%) (Gráfico 42).

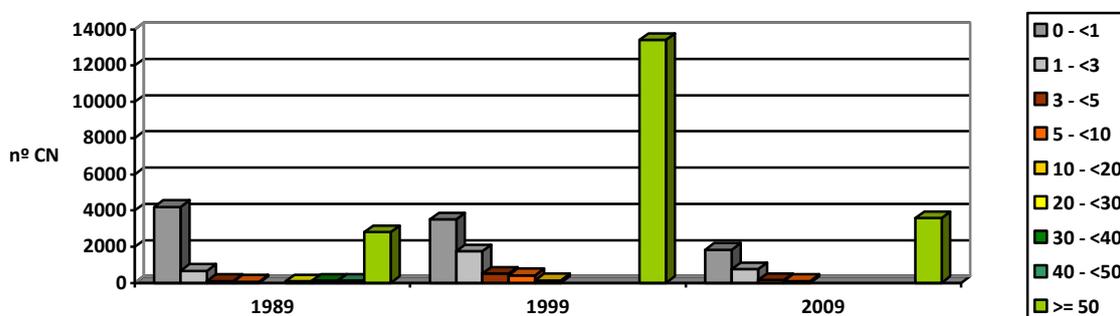


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 42: Número de cabeças normais de equídeos, por classes, no Alentejo.

No Continente o número de CN de aves na classe ≥ 50 é a que se destaca, em 2009 esta classe tem 90% do número de CN e teve uma descida de 57% desde 1989.

Na região Alentejo em 1989 era a classe 0-<1 que se destacava com 51% do número de CN de aves. Até 1999 a classe ≥ 50 aumentou 379% e é a que se destaca nesse ano, em 2009 sofre uma quebra de 73% continuando a ter o maior número de CN de aves relativamente às outras classes. A região Alentejo apenas representa 1,7% do número de CN de aves no total de animais do Continente (Gráfico 43).

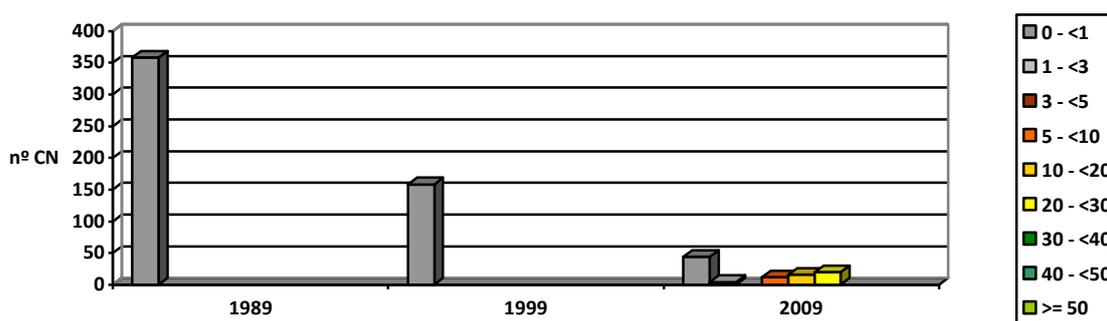


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 43: Número de cabeças normais de aves, por classes, no Alentejo.

No Continente, em 1989, 96% das CN de coelhos pertenciam à classe 0-<1 sofrendo uma perdas de 65% entre 1989 e 2009.

Na região Alentejo no período de 1989-1999 a única classe existente era a classe 0-<1. Em 2009 esta classe manteve-se mas com uma descida de 88% no número de CN de coelhos desde 1989. Surgiram outras classes em 2009, como se pode verificar no gráfico 45, mas os valores são mais baixo que a classe já referida. Esta região, apenas, representa 2% do total de animais do Continente, em 2009. Em 1989 representou 4% e em 1999 representou 3% (Gráfico 44).

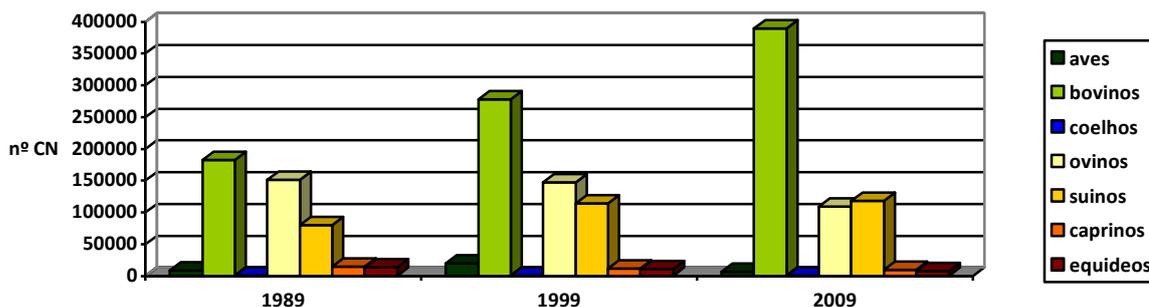


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 44: Número de cabeças normais de coelhos, por classes, no Alentejo.

A espécie bovina destaca-se na região Alentejo, seguindo-se os ovinos e os suínos, que inverteram posição no ano de 2009 (Gráfico 45).

O aumento de bovinos de carne e vacas aleitantes surge com o aumento da produção animal em extensivo resultante da possibilidade de conversão de áreas de produção de cereais em quotas para a introdução de ruminantes. Em 1995 surgem apoios comunitários com forte apoio aos produtores de bovinos de carne e vacas aleitantes contribuindo ainda mais para o aumento dos efetivos e número de explorações. Em 2008 a organização comum do mercado (OCM) da carne de bovino regula a concessão das ajudas aos produtores de bovinos e o comércio com os países terceiros. Devido às condições da SAU e à sua média por exploração a região Alentejo é aquela que mais condição apresenta para a produção de bovinos (animais de grande porte) e por esse motivo ser esta a espécie de eleição para a região.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

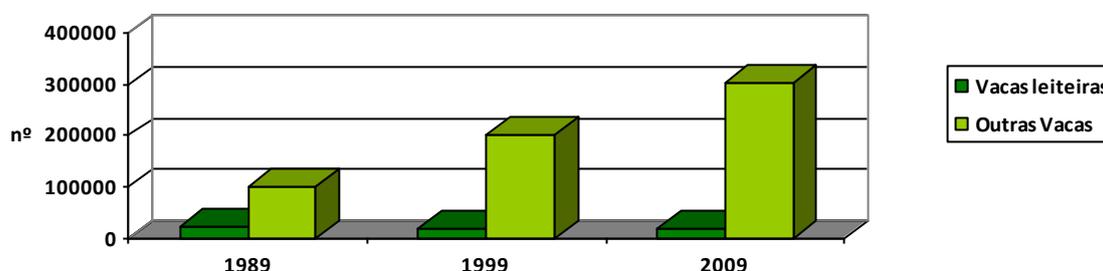
Gráfico 45: Número de CN de todas as espécies, no Alentejo.

2.2. Número de Vacas Reprodutoras e Vacas Leiteiras.

Em 2009 a região Alentejo representa, ao nível do Continente, 12% das vacas leiteiras e 73% de outras vacas (fêmeas reprodutoras, novilhas reprodutoras).

O maior número de vacas leiteiras encontra-se no Norte, com 56% do efetivo.

No Continente, o número de vacas leiteiras diminuiu 43% entre 1989 e 2009, na região Alentejo diminuiu 11%. Em contra partida as outras vacas aumentaram 203% na região Alentejo e 72% no Continente (Gráfico 46).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 46: Efetivo de vacas reprodutoras e leiteiras, no Alentejo.

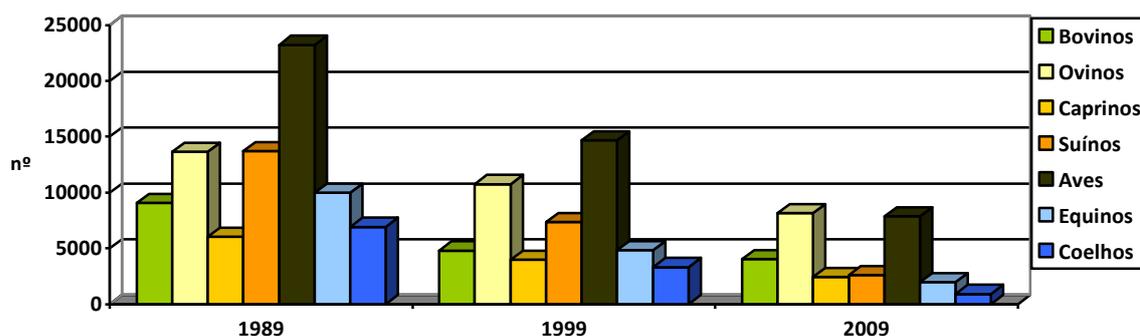
Cabeça normal - CN (Livestock Unit - LU) - unidade padrão de equivalência usada para comparar e agregar números de animais de diferentes espécies ou categorias, tendo em consideração a espécie animal, a idade, o peso vivo e a vocação produtiva.

2.3. Número de Explorações com Animais (espécie), no Alentejo.

Observando o Gráfico 47 em 1989 e 1999 são as aves que têm o maior número de explorações, na região Alentejo. Em 2009 são os ovinos que são detentores do maior número.

Entre 1989 e 2009 as explorações com bovinos descem 56%, com ovinos 40%, com caprinos 60%, com suínos 81%, com aves 66%, com equinos 80% e com coelhos 87%.

Na região Alentejo, em 2009, encontram-se 50% das explorações com ≥ 50 CN de bovinos, 40% das explorações com mais de 3 CN de ovinos, 45% das explorações com mais de 20 CN de caprinos, 39% das explorações entre 5 e 50 CN de suínos, apenas 5% das explorações de aves, 8% das explorações com equinos e 1,6% das explorações com coelhos.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 47: Número de explorações com animais (espécies), no Alentejo.

2.4. Número de Animais por Classes de Superfície Forrageira.

Bovinos

O número de bovinos por classe de superfície forrageira tem tendência a diminuir para as superfícies pequenas e a aumentar para as superfícies com mais de 20 ha. No Continente a classe ≥ 50 ha aumentou 212% entre 1989 e 2009. Na região Alentejo houve um aumento de 259%. Em 2009 a região Alentejo representa 77% do número de bovinos em superfícies forrageiras com ≥ 50 ha e 28 % dos bovinos estabelecidos, relativamente ao Continente.

Caprinos

A superfície com valores de ≥ 50 ha é a que se destaca ao nível do Continente, baixando o número de animais em todas as outras categorias. Na região Alentejo são visíveis subidas para todas as classes de superfície, com exceção da superfície 0 ha (animais estabulados) que perdeu 86% do número de caprinos e na classe ≥ 50 que diminuiu em 16%, desde 1989 até 2009. Quanto ao número de caprinos por classe, o Alentejo representa 70% dos caprinos na classe ≥ 50 ha e 34% na classe 20 - <50 ha relativamente ao número de animais existentes no Continente. Na região de Lisboa e Vale do Tejo o maior número de animais encontram-se estabulado (superfícies de 0 ha), no Centro em superfícies entre as 1-<2 ha e no Norte em superfícies entre 2 e 20 ha.

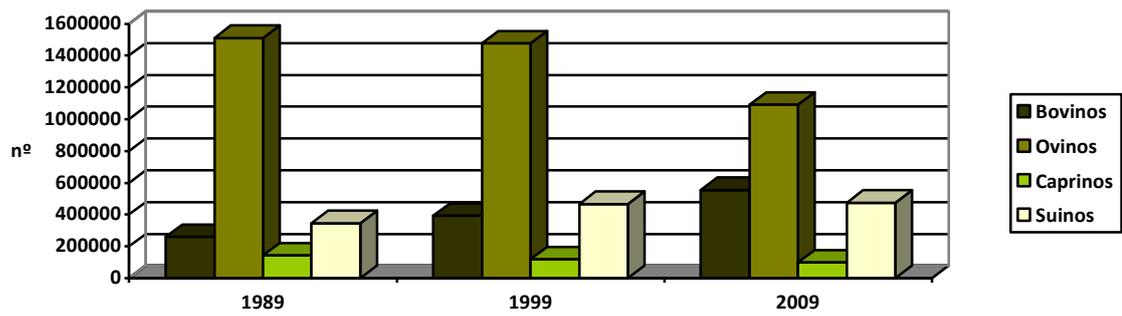
Ovinos

O Alentejo tem o maior número de animais estabulados (56%) e na classe ≥ 50 (74%) do total de animais existente no Continente. Na classe de 0 a 0,5 ha é a região Centro que tem o maior número de animais e na classe de 0,5 a 10 ha é a região Norte, todas as outras, para além das já mencionadas, estão na região Alentejo. A classe ≥ 50 é a única que tem aumentado (9%, entre 1989 e 2009).

Suínos

As primeiras classes (0 a 3 ha) e a classe de 20-<50 ha de superfície forrageira têm maiores números de animais na região Centro, as classes de 3 a 20 ha tem maior número de animais na região de Lisboa e Vale do Tejo e para as superfícies com ≥ 50 ha é a região Alentejo que possui o maior número de suínos (62% do total do Continente) com um aumento de 127% entre 1989 e 2009. Para o Continente a única classe que sofreu aumentos, entre 1989 e 2009, foi a classe ≥ 50 ha com uma subida de 106%.

Resumindo a ocupação das superfícies forrageiras, é maioritariamente ocupada por ovinos, seguindo-se os bovinos, suínos e por último os caprinos, ao longo dos três anos de referência (Gráfico 48).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1099/2009.

Gráfico 48: Número de animais por superfície forrageira, no Alentejo.

3. Características dos Agricultores ou Produtores

3.1. Mão-de-Obra Agrícola

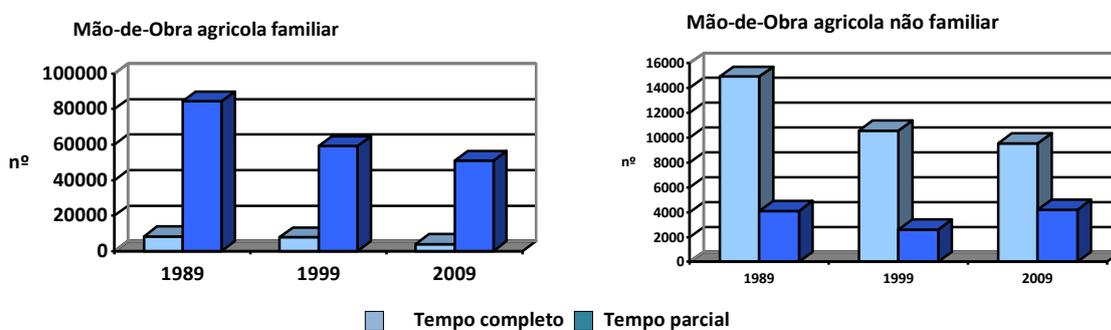
É muito explícito a evolução da mão-de-obra agrícola na última década (INE, 2011). Assim sendo, o que nos diz este recenseamento é que houve um decréscimo de 36% na população agrícola familiar, determinado pelo desaparecimento de 27% das explorações e também pela diminuição dos agregados familiares que passaram de 3,0 para 2,7 indivíduos.

O Alentejo não foi das regiões mais afetadas por estes fatores.

É ainda de realçar que houve um aumento na mão-de-obra especializada, com a introdução de tecnologias de ponta, houve um aumento no nível de formação dos agricultores apesar de ainda ser deficitário e houve um envelhecimento considerável da população agrícola entre 1989 e 2009, passando a média de idade de 46 anos para 52 anos. O número de indivíduos com 65 ou mais anos representa $\frac{1}{3}$ da população, mais 9 % do que em 1999, em contrapartida, as faixas etárias mais jovens perderam importância relativa, apenas $\frac{1}{3}$ dos indivíduos tem menos de 45 anos, uma diminuição de 11%.

3.2. Tipo de Mão-de-Obra das Explorações Agrícolas

Ao nível Continental os números mais elevados são para a região Norte para a mão-de-obra agrícola familiar no regime de duração de trabalho a tempo completo e parcial e para a mão-de-obra agrícola não familiar no regime de trabalho a tempo parcial. A região Alentejo é a que apresenta maior número para o regime de trabalho a tempo completo na mão-de-obra não familiar (Gráfico 49).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 49: Número de indivíduos no Alentejo (tipo de mão-de-obra e regime de duração de trabalho).

É a mão-de-obra agrícola familiar e a tempo parcial a mais utilizada nas explorações, os agricultores trabalham nas explorações e complementam o rendimento com outras atividades não agrícolas. Os agricultores que trabalham a tempo completo são normalmente os das classes etárias mais envelhecidas, por isso os valores serem mais reduzidos.

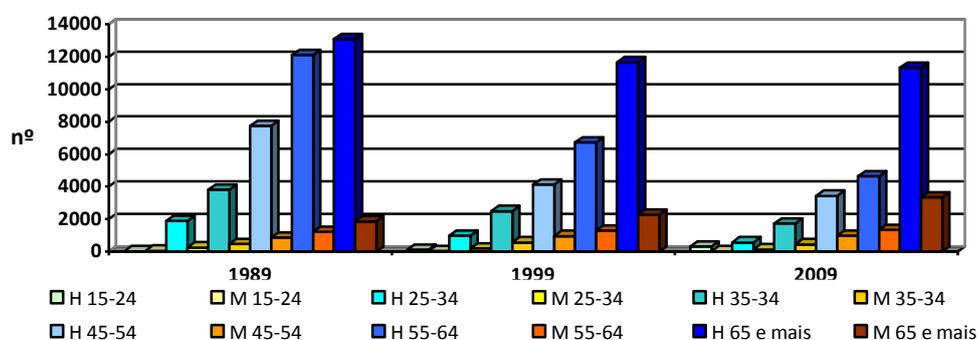
Para a mão-de-obra agrícola não familiar os números mais elevados vão para os trabalhadores a tempo inteiro e os valores são fundamentalmente para agricultores que trabalham nas grandes explorações.

3.3. Sexo, Grupo Etário e Natureza Jurídica do Produtor

No Continente existe um número superior de produtores autónomos frente aos empresariais, em ambas as naturezas jurídicas os valores têm vindo a diminuir desde 1989, com mais ênfase nos produtores autónomos. Entre sexos as quedas são mais significativas nos homens.

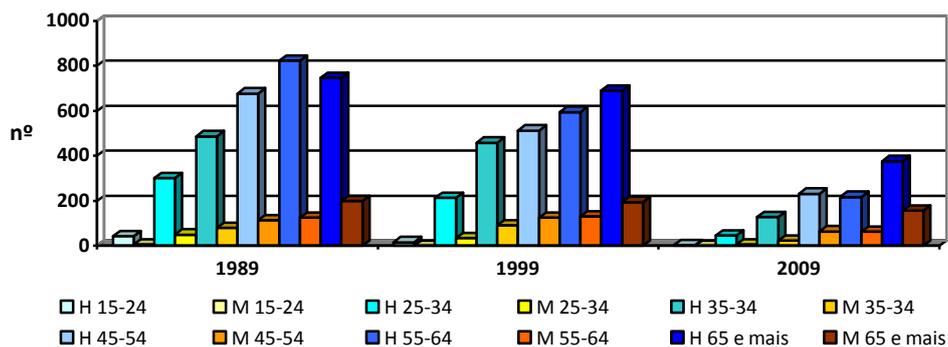
Dentro das faixas etárias, o maior número de produtores homens autónomos encontra-se entre os 55 e 64 anos e os empresários entre os 65 ou mais anos. Verificam-se valores muito reduzidos nas camadas mais jovens dos 15 aos 24 anos com uma ligeira subida na faixa dos 25 aos 34 anos. Quanto às mulheres, apesar de os números serem bem inferiores aos dos homens, observa-se aumentos nas faixas etárias dos 55 aos 64 e dos 65 ou mais para as produtoras autónomas.

Individualizando a região Alentejo, para todos os caso observa-se descida no número de produtores (Gráficos 50 e 51), com exceção do número de produtores mulheres autónomas, em que se verifica linhas constantes ao longo dos anos e com uma subida na faixa etária dos 65 ou mais anos.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 50: Número de produtores autónomos por faixa etária e sexo, no Alentejo.

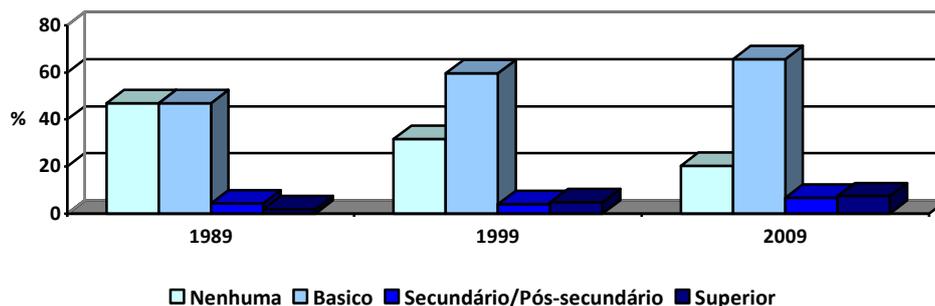


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 51: Número de produtores empresários por faixa etária e sexo, no Alentejo.

3.4. Nível de Escolaridade do Produtor Agrícola

No Continente verifica-se uma diminuição de agricultores sem qualquer grau de ensino e um aumento dos agricultores com o ensino básico, entre 1989 e 2009. No ensino secundário/pós-secundário verifica-se uma quebra, em 1999, voltando a um ligeiro aumento até 2009, mas com valores muito abaixo da proporção de agricultores sem qualquer escolaridade ou com ensino básico. Os agricultores com ensino superior, apesar de muito reduzidos, têm vindo a aumentar nos últimos anos. Na região Alentejo destaca-se o maior número de agricultores com ensino secundário/pós-secundário e superior na última década (em 1989 apenas 4% dos produtores agrícolas tinha ensino secundários/pós-secundários e 2% ensino superior, em 2009 os valores aumentam para 7% e 8% respetivamente). Em 1989 cursos agrícolas/florestais, de equivalência ao 9º e 12º ano, foram sobrevalorizados o mesmo não se verifica no ensino superior. Entre 1989 e 2009 os cursos secundário/pós-secundário agrícolas/florestais caíram 75% e os de ensino superior aumentaram 86% (Gráfico 52). Esta região sempre registou a maior percentagem de indivíduos com cursos agrícolas/florestais secundários/pós-secundários e superiores relativamente ao Continente, em 2009 a região Alentejo representa 34% dos produtores com secundário/pós-secundário agrícolas/florestais e 33% dos agricultores com ensino superior agrícolas/florestais.



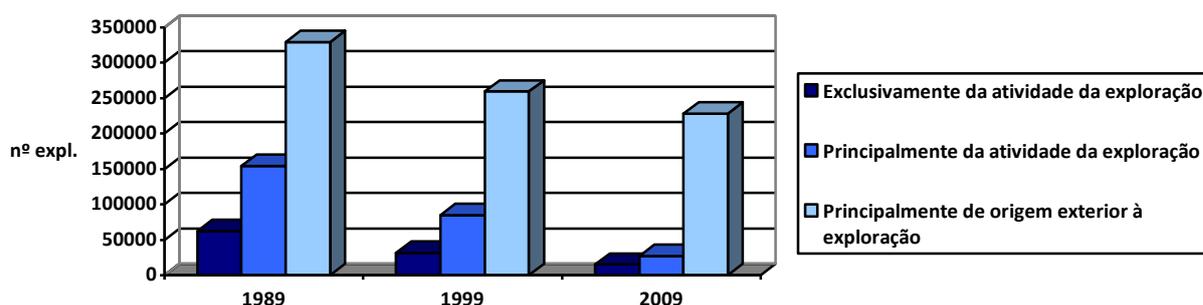
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 52: Nível de escolaridade na região Alentejo.

3.5. Rendimento das Famílias

Em 2009 quase $\frac{1}{3}$ dos agricultores exercem outra atividade remunerada não relacionada com a exploração agrícola. Em Trás-os-Montes e na Beira Interior, devido à escassez de alternativas profissionais e empresariais, as atividades remuneradas exteriores à exploração agrícola assumem menor expressão.

Numa análise à origem do rendimento do agregado doméstico do agricultor singular em 2009, revela que 6% declara obter os seus rendimentos exclusivamente da exploração agrícola (menos 2 pontos percentuais que em 1999). Por oposição, o rendimento de 84% dos agregados domésticos do agricultor singular provém maioritariamente de atividades exteriores à exploração agrícola (mais 15 pontos percentuais que em 1999) (Gráfico 53).

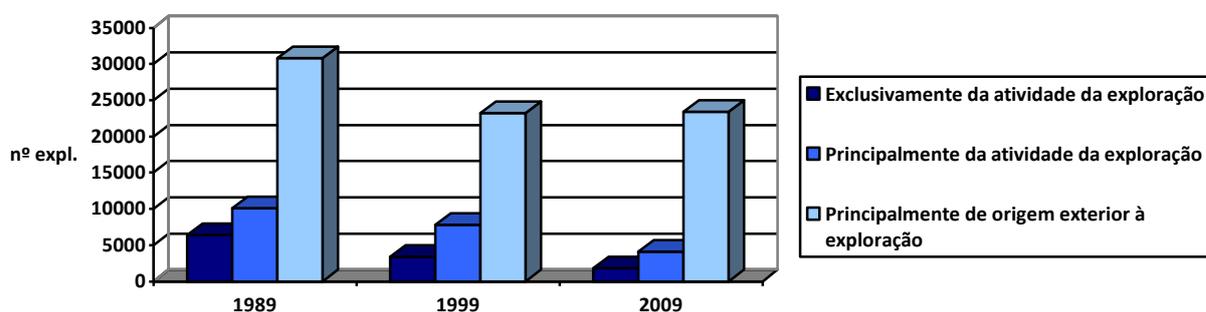


Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 53: Número de explorações agrícolas no Continente e fonte de rendimento.

O Alentejo tem apenas 6% das explorações a obter o seu rendimento exclusivamente da atividade agrícola. É ainda de realçar que 64% dos produtores

agrícolas recebem pensões ou reformas, enquanto apenas 7% complementam o seu rendimento agrícola com atividades empresariais (Gráfico 54).



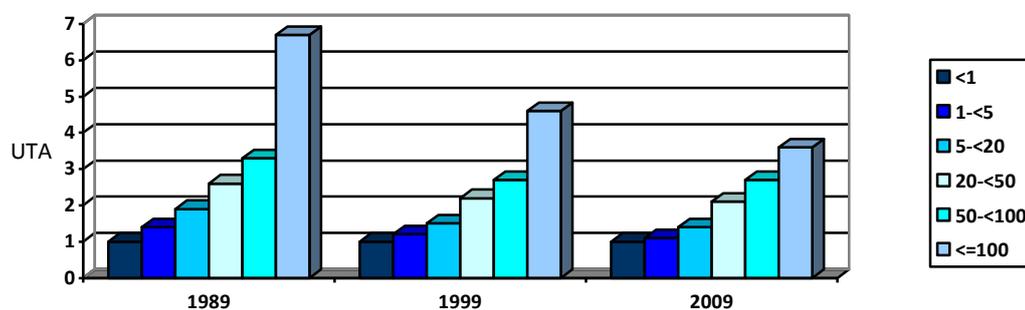
Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 54: Número de explorações agrícolas no Alentejo e fonte de rendimento.

3.6. Unidade de Trabalho Ano Médio por Exploração Agrícola (UTA)

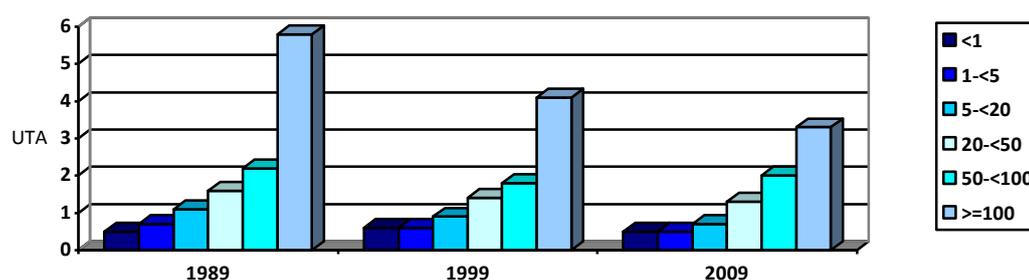
Segundo FERNANDES (1999), quando Portugal integrou a então CEE, a agricultura portuguesa representava no conjunto dos 12 membros somente 3% da SAU e menos de 2% do valor da produção final agrícola, mas atingia 8% das explorações agrícolas e 9% da população ativa agrícola. O elevado volume de mão-de-obra agrícola e de explorações agrícolas eram marcantes à data da adesão.

É compreensível que quanto maior a área de SAU maior a unidade de trabalho. Tanto no Continente, como na região Alentejo (Gráfico 55 e 56), houve uma descida da Unidade de Trabalho Anual (UTA) ao longo dos anos de referência, devido à diminuição da população agrícola nesse mesmo período de tempo.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 55: Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola e classes de SAU, no Continente.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Recenseamentos Agrícolas 1989/1999/2009.

Gráfico 56: Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola e classes de SAU, no Alentejo.

3.7. Valor da Produção Padrão (€/UTA)

Analisado o valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) são as explorações com maior SAU as que apresentam maior rendimento. A região de Lisboa e Vale do Tejo tem os valores de €/UTA superior a todas as outras regiões com exceção para a classe de SAU entre os 20 e os 50 ha em que o Centro apresenta o maior valor. Na totalidade é a região Alentejo que apresenta os maiores valores da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) das explorações agrícolas (Quadro 1).

Quadro 1: Valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA).

Regiões	Ano 2009						
	Classes de Superfície Agrícola Utilizada						
	Total	< 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	50 ha - < 100 ha	>=100 ha
€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA	€/ UTA
Continente	12323,0	9728,9	4413,1	14629,2	25754,6	32988,3	50182,5
Norte	6264,4	3596,1	3038,9	11040,9	20987,8	17854,1	23767,5
Centro	8647,7	8838,8	4258,6	14805,8	25220,8	29939,3	48958,7
Lisboa e Vale do Tejo	26710,3	31471,8	9921,0	26465,9	40881,0	62388,2	66441,3
Alentejo	29161,1	16959,9	5955,8	13953,1	20325,1	26657,2	47948,3
Algarve	10638,4	5641,8	5786,4	13469,6	18296,4	25213,1	44548,5

Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Estatísticas agrícolas de base.

Unidade de Trabalho Ano (UTA): unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo inteiro realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

4. Alentejo: Sinopse de Dados Estatísticos mais Marcantes

Com vista a sintetizar a informação disponível neste capítulo, indicam-se abaixo os dados estatísticos mais relevantes na região Alentejo, nomeadamente:

- A região Alentejo tem a maior área e representa 55% da SAU ao nível do Continente, mas apenas 11% do número de explorações agrícolas.

- A estrutura fundiária do Alentejo teve ajustamento na década de 90, no período entre RA1999 e RA2009 a redução do número de explorações foi muito inferior ao verificado no total do continente

- Representa 55% das explorações do Continente com ≥ 50 ha, com uma média de SAU por exploração de 61,5 há e 37% das explorações agrícolas têm entre 1 e 5 ha e 21% têm mais de 50 ha.

- Quanto à natureza jurídica da SAU e das explorações agrícolas são os produtores singulares (autónomos - trabalho familiar dominante mais empresários - trabalho não familiar dominante) que maior peso têm. As sociedades têm vindo a aumentar. Para a SAU segundo a natureza jurídica dos produtores esta é detentora de 49,5% dos produtores singulares e 75% das sociedades ao nível do Continente. Para o número de explorações segundo a natureza jurídica dos produtores, tem 10,8% dos produtores singulares e 36,6% das sociedades ao nível do Continente. Na região Alentejo 92% das explorações agrícolas pertencem a agricultores singulares, (88% autónomos e 4% empresários), 7,5% a sociedades e apenas 0,4% a outras formas da natureza jurídica do produtor (cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas). Para a SAU, 60% são agricultores singulares (43% autónomos e 17% empresários), 38% são sociedades e apenas 2% a outras formas da natureza jurídica do produtor.

- A região Alentejo tem a maior SAU para explorações especializadas em produção animal (67%) e mistas (58%) mas o seu número de explorações é reduzido, 16% e 7% respetivamente. É a segunda região com mais SAU para as explorações

especializadas em produções vegetais (38%) mas a penúltima em número destas explorações (13%).

- A maior SAU para a produção de bovinos de gado e carne é na região Alentejo (35%), seguindo-se ovinos, caprinos e outros herbívoros (59,8%), mas o maior número de explorações na região Alentejo têm especialidade em olivicultura com 35% das explorações do Continente, ovinos, caprinos e outros herbívoros (21,6%) com as explorações de bovinos de gado e carne a aumentarem (103% desde 1989).

- Quanto as culturas combinadas ou mistas, esta têm vindo a diminuir drasticamente (- 71% das explorações existentes em 1989).

- O Alentejo não é a região com maior número de explorações de culturas temporárias e permanentes mas sim a região com maior SAU destas culturas, 32% das culturas permanentes e 42,4% das culturas temporárias.

- Tem a maior área de SAU para a produção de trigo, girassol, aveia forrageira e olival. Sendo o olival a cultura com valores mais elevados de superfície. Quanto à produtividade é a segunda região com maior produtividade em trigo, arroz, tomate para indústria, girassol, milho forrageiro, principais frutos de casca rija, vinha e olival. Sendo a produção de tomate para indústria o mais significativo.

- A maior produtividade de noz é na região Alentejo.

- O Alentejo tem a maior SAU de pinheiro manso e sobreiros. É o maior produtor de cortiça do país.

- É a região com menor percentagem de área irrigada, apenas 7,9%.

- Para o efetivo animal são os bovinos que têm maior número de CN na região mas são os ovinos que ocupam maior superfície forrageira.

- O número de CN de bovinos, entre 1989 e 2009, aumentou 114% na região Alentejo e têm uma representatividade de 46% no Continente em 2009.

- O número de explorações com animais diminuíram entre 1989-2009, o Alentejo tem o maior número de explorações com 50 ou mais bovinos com um aumento de 209% entre 1989 e 2009.
- Na região Alentejo os ovinos representam 50%, suínos 27%, caprinos 24%, equinos 18%, coelhos 2% e aves 1,7% do número de CN do Continente.
- Apesar da grande SAU que o Alentejo possui, as suas produtividades são baixas, o que levam a que seja a região com menor margem bruta total por SAU (€/ha).
- Nas explorações a mão-de-obra agrícola familiar a tempo parcial é a mais usual sendo o rendimento complementado com atividades exteriores às atividades agrícolas. A faixa etária predominante são os agricultores com mais de 65 anos e do sexo masculino.
- O número de agricultores com nenhuma formação ainda é elevado, a maioria tem o ensino básico. O Alentejo é região com maior número de agricultores com formação secundária e superior.
- Para o valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) a região Alentejo apenas apresenta valores superiores às outras regiões para a sua totalidade.

CAPITULO II

Agricultura do Alentejo e de Portugal
no Quadro da PAC

1. Origem e Objetivos da PAC

A necessidade de reconstrução económica e pacificação social na Europa após a II Guerra Mundial (1945) fez com que seis Estados Membros (Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália, França e Holanda) abdicassem da sua soberania nacional para a criação de um mercado comum orientado pelos princípios da unicidade de preços, solidariedade financeira e preferência comunitária. A mais tarde designada União Europeia surge em 1952 com o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)¹ fundada por esses seis países. Os objetivos foram criar uma independência entre esses setores, carvão e aço, para que deixasse de haver a possibilidade de um país mobilizar as suas forças armadas sem informar os restantes países. Isto ajudou a dissipar a desconfiança e a tensão existentes entre os países depois da II Guerra Mundial.

Em 1957 foram assinados os Tratados de Roma (Tratados CEE e EURATOM) com o objetivo de instituir a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom). Surge, assim, um aprofundamento da integração europeia, que passa a abranger a cooperação económica.

No artigo 39º do Tratado de Roma² estabelece-se os objetivos visados pela PAC.

A PAC (Política Agrícola Comum) foi a primeira política comunitária a ser instituída, mantendo-se as suas bases jurídicas praticamente inalteradas 50 anos depois da sua origem. É aplicada a todos os países que tenham aderido à União Europeia, tendo como objetivos dois grandes eixos: (i) apoiar a competitividade dos agricultores europeus e (ii) incentivar o desenvolvimento das zonas rurais, em especial as menos favorecidas³.

¹ O Tratado CECA caducou em 2002.

² “Aumentar a produtividade da agricultura pela promoção do progresso técnico, pelo desenvolvimento racional da produção agrícola e pela utilização ótima dos fatores de produção, em particular do trabalho; assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, em particular pelo aumento dos rendimentos individuais dos que trabalham na agricultura; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos; assegurar preços razoáveis aos consumidores”.

³ [online] disponível em (http://europa.eu/pol/agr/index_pt.htm) acedido a 10 Março 2012, 08:35.

A política agrícola da Europa é, ao nível da UE, definida pelos governos dos Estados-Membros e é aplicada pelos próprios Estados-Membros. O seu objetivo é apoiar os rendimentos dos agricultores, ao mesmo tempo que os incentiva a criar produtos de alta qualidade, de acordo com as exigências do mercado, e a procurar novas oportunidades de desenvolvimento, nomeadamente fontes de energia renováveis protetoras do ambiente.

A PAC surge com o objetivo de acabar com a fome nos países membros que tinham sido alvos de escassez causada pela guerra. A guerra causa destruição e a luta pela sobrevivência levam ao abandono de vários setores, sendo o setor agrícola bastante afetado nestas situações.

Para ganhar, novamente, confiança para se iniciar uma nova etapa na história da humanidade, foi preciso incentivar as populações para o início de uma nova vida sem guerra e sem receios.

2. Situação de Portugal no período de integração na CEE

MARQUES (2004) cita vários autores (ESTÁCIO, 1983; PINTO *et al.*, 1984; PEARSON, 1987), que referiram que antes da adesão à CEE Portugal apresentava baixo grau de desenvolvimento.

Essa situação, também denominada por estagnação da agricultura portuguesa de acordo com SOARES (1985) citado pelo mesmo autor, era refletida pelos indicadores estruturais entre os quais se destacavam o elevado índice de envelhecimento da população rural, o baixo grau de educação e formação e o reduzido nível de investimento em infraestruturas e investigação agrícola. Havia um modesto ritmo de crescimento e de mudança tecnológica, que se traduzia num produto interno bruto que representava cerca de 9% do total do PIB, mas para o qual contribuía cerca de 22% da população ativa portuguesa (MARQUES, 1999).

Portugal defrontava-se com a integração do setor agrícola debilitado que teria de competir aos mesmos preços e com um capital humano e uma infraestrutura tecnológica mais fraca do que os restantes produtores da CEE.

Até à data da adesão, a agricultura portuguesa encontrava-se em contra-ciclo com a agricultura dos restantes países da CEE, de acordo com AVERY (1988) citado por MARQUES (2004).

Quando Portugal entra para a CEE mantinham-se em termos formais, os objetivos originais da PAC, atrás referidos, mas na realidade, o que se pretendia era controlar a produção, a fim de evitar excedentes e o aumento das despesas agrícolas. A expectativa era que a evolução da PAC traria dificuldades acrescidas para nesse contexto conciliar a especificidade da agricultura portuguesa e acomodar políticas que promovessem o seu desenvolvimento.

Segundo Carlos Noéme, presidente do Instituto Superior de Agronomia, numa entrevista à TVI24 no dia 15 agosto de 2013 às 22:28, no programa especial “25 anos de Portugal Europeu” definiu o problema da adesão de Portugal à UE dizendo:

- *“A PAC está distorcida e nós sabemos disso. Isso tem muito a ver com os interesses dos agricultores franceses, alemães e dinamarqueses e naturalmente Portugal não tem esse perfil ou características. O perfil da PAC não está adaptado ao Sul e o Sul nunca se uniu para fazer uma PAC II ou uma PAC do Sul da Europa”.*

O período de integração de Portugal com a PAC levou a grandes dificuldades e não teve uma orientação política fundamental para os agricultores portugueses.

Um período de transição, em princípio, de 10 anos foi estabelecido para implantar os ajustamentos exigidos pela PAC na organização dos mercados e a necessária harmonização de preços e políticas agrícolas (Ministério da Agricultura, Gabinete de Planeamento, 1985a).

Dois regimes de transição foram escolhidos para os diferentes produtos agrícolas: o regime de transição clássica e o regime de transição por etapas (Ministério da Agricultura, Gabinete de Planeamento, 1985b). O primeiro, com uma duração máxima de sete anos, foi aplicado aos produtos: girassol, azeite, frutos conservados, tomate para indústria e carne de ovino, em que não se perspetivavam problemas em modificar a organização dos mercados e os preços comunitários a adotar não se situavam a níveis significativamente diferentes dos de Portugal. O segundo, com uma duração de cinco anos em cada etapa, foi utilizado para os produtos: cereais, incluindo o arroz, frutas frescas, tomate em fresco, carne de bovino e de suíno, leite e vinho, em que mudanças substanciais nas instituições e práticas de comercialização eram necessárias para adotar os mecanismos da PAC em que se verificavam preços bem acima dos da comunidade. Em ambos os casos o alinhamento de preços e mercados deveria ser progressivo.

Ao contrário do inicialmente previsto, prolongou-se o período de transição da 2ª etapa de cinco para dez anos (1991 a 2001), mas aplicando de imediato os preços comunitários a todos os produtos, incluindo os cereais, com exceção para o trigo e o arroz e concederam-se aos produtores portugueses ajudas temporárias e degressivas (Reg. (CEE) 3638 a 3660 e 3808 a 3827 citado por MARQUES, 2004).

A constituição do Mercado Único Europeu, pouco tempo depois, levou à renegociação do pacote de decisões tomadas, alargando as ajudas ao trigo e arroz e prolongando os períodos da sua concessão, para todos os produtos abrangidos.

O setor agrícola português via assim praticamente concretizada a necessária harmonização com os preços e políticas comunitárias. Por essa razão, passado pouco tempo, Portugal e os seus agricultores viram-se novamente envolvidos numa substancial alteração das políticas agrícolas com a aprovação da reforma da PAC de 1992 e adoção dos mecanismos e instrumentos nela contemplados.

3. As Mudanças na PAC

3.1. 1ª Reforma da PAC – 1992

Esta reforma surge com a necessidade de controlar excedentes nas produções, diminuir as dificuldades orçamentais crescentes devido aos subsídios às exportações, manter os preços e diminuir custos com o armazenamento e evitar os conflitos comerciais com outros países exportadores e a pressão para a redução do nível de proteção à agricultura nos organismos internacionais (GATT⁴/OMC⁵).

Com esta reforma entraram novos objetivos, nomeadamente a concentração dos apoios num cada vez menor número de produtores e medidas de proteção ambientais.

Em Portugal a agricultura necessitava de políticas que promovessem a produtividade e desenvolvimento, enquanto a PAC aplicava medidas de controlo dessa produtividade e mesmo de penalização em algumas das suas produções agrícolas.

O que realmente veio a suceder com a adoção da reforma da PAC de 1992 por Portugal foi a total inversão da lógica de aumento da produtividade, opção que tinha sido traçada e pela qual os agricultores foram encorajados a aderir, e que se verifica nos primeiros anos da adesão. Os agricultores são obrigados a diminuir as suas terras aráveis para beneficiarem das ajudas comunitárias, sendo pagos para não produzirem.

Portugal passou a ter uma economia aberta, o que levou a que os preços agrícolas caíssem, maiores rendimentos (rápido crescimento económico) e menor custo do dinheiro (queda das taxas de juro) fizeram aumentar o consumo que face à falta de

⁴ *General Agreement on Tariffs and Trade. Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.* Foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Está na base da criação da Organização Mundial de Comércio. É um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais.

O GATT foi um órgão criado a fim de harmonizar a política aduaneira entre países, mas no início não tinha o poder de punir, julgar e fiscalizar países infratores. Entretanto, em uma reunião da OMC em 2003, com a liderança de Brasil, África do Sul e Índia, foi criado o G20 (países em desenvolvimento); a partir daí o GATT teve o poder de fiscalizar, julgar e punir países infratores.

⁵ *Organização Mundial do Comércio* é uma organização internacional que trata das regras do comércio internacional. Em inglês é denominada “*World Trade Organization*” (WTO) e conta com 156 membros à data de dezembro de 2011.

capacidade de produção interna resultaram no aumento das importações.

A aplicação da reforma da PAC de 1992 permitiu, no entanto, aos agricultores reestruturarem os seus sistemas e aparelhos de produção, em resposta às medidas de política agrícola (pagamentos compensatórios) mas não face à necessidade de futuramente terem de competir num mercado europeu.

Os agricultores tornaram-se dependentes dos subsídios, a eficácia da utilização destes fundos, cada vez menor, promoveu menos produtividade e por essa razão, constituindo uma maior parte do rendimento dos agricultores.

Por outro lado, a PAC, no que respeita ao apoio dos mercados, sempre privilegiou determinados produtos, nomeadamente cereais, bovinos e leite, relativamente a outros, frutas, legumes, azeite e vinho, o que faz com que o apoio ao rendimento comunitário aos países, regiões e produtores varie consoante a estrutura de produção produzida beneficiando países, regiões e produtores que produzem produtos agrícolas que beneficiam de apoios substanciais e penalizando países, regiões e produtores cuja estrutura de produção não seja primordialmente baseada nesses produtos (AVILLEZ,1998 citado por MARQUES, 2004).

A atribuição dos pagamentos diretos a algumas produções levou a que os produtores se mantivessem com essas atividades e não se convertessem para atividades mais de acordo com a especialização produtiva do país. Os pagamentos diretos adotados com a reforma da PAC, nos subsectores mais apoiados, reforçaram os efeitos bloqueadores da PAC de reconversão e reorientação da produção para produtos com mercados mais atrativos a que se aplicaram menos apoios. Essa possibilidade era particularmente relevante quando, simultaneamente, o setor dispunha de ajudas estruturais ao investimento para reconverter cultural e tecnologicamente a favor de produções com vantagens competitivas potenciais.

Outra estratégia grave, foi os elevados apoios em termos de sustentabilidade dos sistemas de produção que contrariaram o desenvolvimento e a eficácia da aplicação e dos efeitos das políticas e fundos do desenvolvimento rural, nomeadamente das medidas agroambientais.

3.2. Agenda 2000

Esta reforma designada de AGENDA 2000, foi uma reflexão das medidas até aqui implementadas reforçando os objetivos de competitividade, de multifuncionalidade e de sustentabilidade da agricultura. Para assegurar a competitividade adotaram-se descidas adicionais de preços para estimular o crescimento dos mercados e uma maior participação europeia.

Para suster os níveis de rendimento as descidas de preço foram compensadas por aumentos das ajudas diretas. Para prosseguir os objetivos de multifuncionalidade e de sustentabilidade, a PAC dividiu-se em dois capítulos no 2º pilar da PAC, o de apoio aos mercados e o de desenvolvimento rural (Reg. (UE) 1257/99).

Foram introduzidas alterações na organização comum dos mercados vitivinícolas, das culturas arvenses, de carne bovina e dos laticínios.

Portugal sofre ao ver os preços baixos pagos ao produtor (mesmo com a ajudas comunitárias) e a subida de preços nos mercados. Os agricultores queixam-se que não conseguem obter o rendimento necessário para manter as explorações. Esta situação é mais evidente nas pequenas e médias explorações.

3.3. Revisão Intercalar 2003

A alteração fundamental desta reforma foi o desligamento da produção, logo a indispensável introdução de um regime de apoio ao rendimento do agricultor, designado por regime de pagamento único (RPU) por exploração, em substituição de pagamentos diretos previstos na maioria dos regulamentos (nomeadamente, culturas arvenses, carne de bovino, leite e produtos lácteos e ovinos e caprinos) continuando com os objetivos de promover a competitividade, a sustentabilidade e a multifuncionalidade da agricultura europeia e de flexibilizar a PAC para acomodar o alargamento da União Europeia aos países do centro e leste europeu.

De especial relevância nesta reforma são as implicações futuras para os agricultores das opções alternativas de implantação do regime de pagamento único. A reforma dá a possibilidade de implantar esse regime a nível nacional ou regional, apenas aos agricultores que tenham beneficiado de pagamentos diretos a título de pelo menos um dos regimes ou a todos os agricultores com retenção de parte dos pagamentos

diretos previstos e a sua transformação em pagamento complementar por produzirem produtos vegetais e/ou animais.

O alargamento da UE de 15 para 27 membros trouxe novos desafios à PAC – o número de agricultores na UE aumentou mais de 70%.

As organizações de agricultores ficaram satisfeitas com a decisão da UE de fixar um consumo mínimo de 10% de biocombustíveis nos transportes até 2020. A UE criou condições para que a agricultura desempenhe um papel importante no combate às alterações climáticas, afirmou a organização COPA⁶.

Os dirigentes da UE concordaram em proceder a um exame da PAC em 2008 para fazer um ajustamento da reforma de 2003 para o período 2010-2013.

Em 2009 houve uma profunda revisão do orçamento da UE, que provavelmente terá implicações no futuro da PAC para além de 2013.

⁶ Copa-Cogeca, Comité de Organizações Profissionais Agrícolas e de Organizações Cooperativas da União Europeia.

4. IFADAP – INGA – IFAP

Com extinção do IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) e do INGA (Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola) no quadro das orientações definidas pelo PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), foi criado o IFAP I.P. (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas), em 2007.

O IFAP prossegue atribuições do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), sob superintendência e tutela do respetivo ministro. A superintendência e tutela relativas ao IFAP são exercidas em conjunto pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da agricultura, das pescas e das finanças quanto à sua gestão financeira.

Missão do ifap

Validar e efetuar pagamento decorrente do financiamento da aplicação de diversas medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

Atribuições do IFAP.

Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da PAC:

- Garantir o cumprimento da função de organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP).
- Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;

Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

Apoios atribuídos

A região agrária do Alentejo sempre beneficiou das maiores verbas para ajudas diretas aos agricultores mas não é a região que beneficia mais das ajudas ao desenvolvimento rural. Apesar de ser a região com maior superfície e maior Valor para a Produção Padrão o número de beneficiários é reduzido (Quadro 2). Em todo o caso fazendo a análise de campanha para campanha, a verba total foi aumentando ao longo dos anos (Gráfico 57), em contra partida o número de beneficiários sofre oscilações negativas até à campanha 2003/04 voltando a ganhar número nas campanhas seguintes, mas sendo sempre, a penúltima região agrária com menor número de beneficiários e inconstantes ao longo dos anos (Gráfico 58).

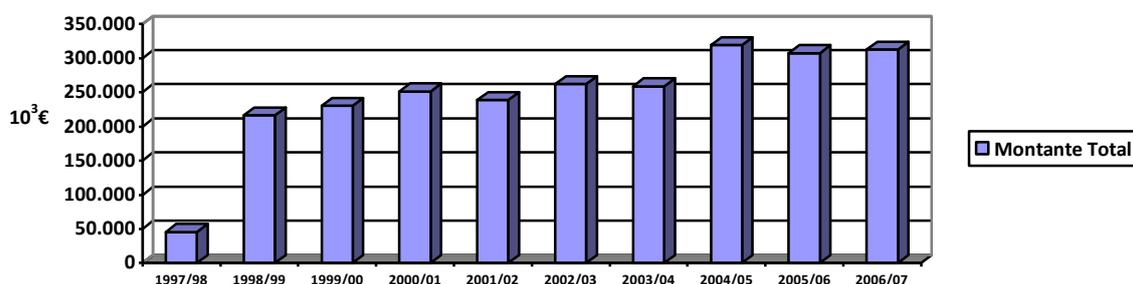
Ajudas atribuídas a Portugal, nas campanhas INGA ver ANEXO 1.

Campanhas INGA

Quadro 2: Repartição regional dos pagamentos aos agricultores 2009

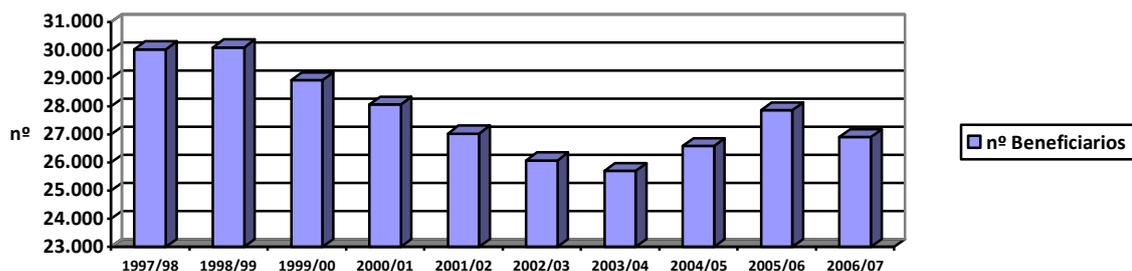
Regiões	Beneficiários	Superfície	Valor Produção Padrão (VPP)	Pagamentos aos Agricultores (PA)			Valor da Produção Padrão + PA
				Ajudas diretas I Pilar	Pagamentos II Pilar	Total	
%							
Norte e Centro Litoral	40,6	8,7	23,0	18,3	17,9	18,2	22,0
Norte e Centro Interior	39,0	23,6	20,1	16,4	57,8	25,4	21,3
Lisboa e Vale do Tejo	6,4	9,3	15,4	16,0	3,8	13,3	15,0
Alentejo	12,0	56,6	39,2	47,9	17,6	41,3	39,6
Algarve	2,0	1,7	2,3	1,4	2,9	1,7	2,1
Continente	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: GPP, a partir de dados IFAP 2009



Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Gráfico 57: Montante total distribuído, na região Alentejo, nas campanhas INGA entre 1997 – 2007



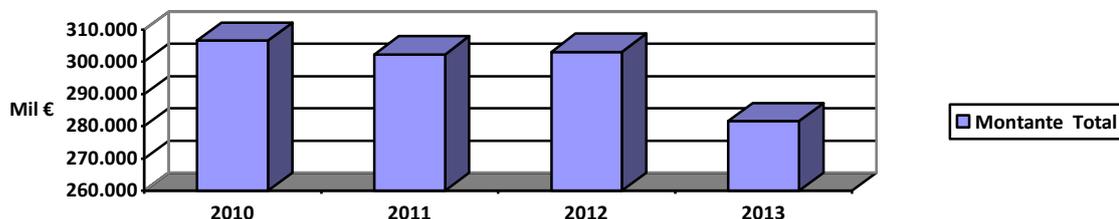
Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Gráfico 58: Número de beneficiários, da região Alentejo, das campanhas INGA, entre 1997 – 2007.

Campanhas IFAP

Para as campanhas IFAP a distribuição é discriminada por região (NUTII) o Alentejo adquire o maior montante atribuído para a totalidade do país. Verifica-se uma descida dos montantes, de campanha para campanha (Gráfico 59).

Ajudas atribuídas a Portugal, nas campanhas IFAP ver ANEXO 2.



Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Gráfico 59: Montante total distribuído, na região Alentejo, nas campanhas IFAP entre 2010 – 2013.

Nos montantes distribuídos nas campanhas IFAP verifica-se que as maiores verbas, na região Alentejo, destinam-se ao RPU e ao prémio a vacas aleitantes. Comparando a distribuição das verbas, para as ajudas à agricultura Nacional, a região Alentejo é detentora das maiores ajudas às medidas agro e silvo ambientais, ao RPU, ao pagamento complementar do azeite, ao pagamento complementar MAA (medidas agro ambientais), aos apoios ao regime de qualidade, prémios a ovinos e caprinos, prémio a vacas aleitantes e ao pagamento complementar aos animais.

Existiu no ano de 2011 o prémio a proteaginosas e no ano de 2012 o pagamento complementar a culturas arvenses, nomeadamente arroz e trigo duro.

5. Programas Comunitários de Ajuda ao Desenvolvimento Rural.

Portugal adere à União Europeia em 1986, ficando abrangidos pela PAC.

Alguns dos princípios desta política são:

Unidade de mercado: Criação da OMC (Organização Comum de Mercado) para cada produto, através da definição de preços institucionais e regras de concorrência.

Preferência comunitária: Evitar a concorrência de produtos de outros países, estabelecendo um preço mínimo para as importações e de subsídios para as exportações.

Solidariedade financeira: Pressupõe que os custos de financiamento da PAC sejam suportados em comum, através do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola).

FEOGA-orientação: financia os programas e projetos destinados a melhorar as estruturas agrícolas.

FEOGA-garantia: financia as despesas de regulamentação dos preços e dos mercados.

Em 2005 surge o FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia) e o FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural) substituindo o FEOGA.

Até 1990 Portugal beneficiou de incentivos financeiros do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento de Agricultura Portuguesa) cujo objetivo era promover uma modernização acelerada nos primeiros anos para enfrentar facilmente a posterior abertura ao mercado europeu. A terminar em 1995, foi marcada pela concretização do mercado único a 1993, estabelecendo a livre circulação de produtos, expondo o mercado português à concorrência externa.

A agricultura portuguesa no final do 2º quadro comunitário de apoio (QCA II 1994-1999), encontrava-se numa situação mais favorável:

- Diminuição do número de explorações e aumento da dimensão média das explorações.
- Investimentos em infraestruturas fundiárias, tecnologias e formação profissional melhoraram com os apoios comunitários do PEDAP até 1995 e do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Florestas de 1994-1999).

No âmbito do QCAIII (2000-2006), o AGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural) garante oportunidades para a modernização do setor e a sua adaptação às novas realidades do mercado global.

Foi também criada a AGRIS (Medida agricultura e desenvolvimento rural dos programas operacionais regionais).

O programa AGRO, permite às empresas agroflorestais candidatarem-se a apoios para a modernização das explorações agrícolas, à transformação e comercialização, à valorização das florestas ou à formação profissional, entre outras. Parte destes recursos financeiros provêm dos fundos estruturais FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Económico Regional) e o FSE (Fundo Social Europeu).

O programa AGRO e a Medida AGRIS continuam em vigor para o período de 2007-2013 no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional).

As verbas destinadas ao desenvolvimento rural, serão aplicadas de acordo com as prioridades do PENDR (Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013).

Na época de 1994-1999 para além do PAMAF, já referenciado, existiram o PEDIZA, o PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional) e PDAR.

Na época de 2000-2006 para além do AGRO-AGRIS, existiram o VITIS (Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas no Continente) o RURIS/PDRU florestação (Florestação de Terras Agrícolas), o AIBT Interior (Ações Integradas de Base Territorial) e o PEDIZA II (Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva).

Considerando somente projetos (sem referir investimento e subsídios) a região Alentejo foi a que maior número de projetos PAMAF aprovou, ao nível do Continente, entre 1994 e 1999. No caso do programa PEDIZA apenas se aplica a esta região por ser destinado ao desenvolvimento do Alqueva.

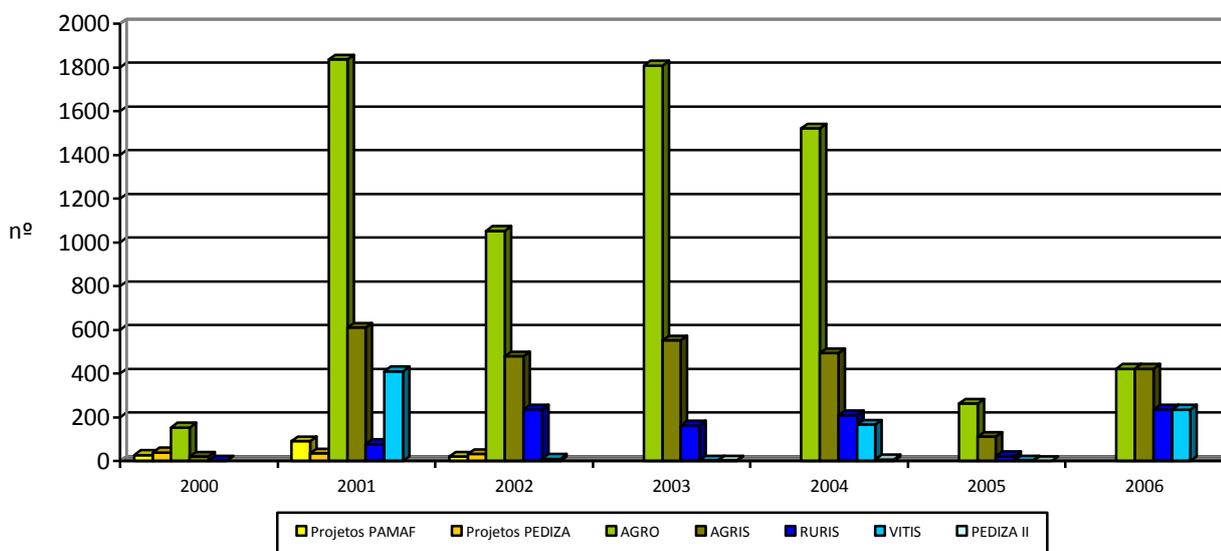
Foram aprovados 1558 projetos da medida PDAR mas não está subdividido por regiões e por esse motivo não consta no Gráfico 60, período em que esta medida existiu.

Em 2000 surgem novas medidas, das quais para a região Alentejo a AGRO foi a que mais projetos obteve entre 2000-2006. Ao nível do Continente, da medida RURIS o Alentejo tem o maior número de projetos aprovados ao longo dos anos de referência. Em 2003 e 2005 foi a região com maior número de projetos AGRO e em 2004 projetos VITIS (Gráfico 61).



Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Gráfico 60: Projetos aprovados, na região Alentejo, entre 1994 e 1999.



Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Gráfico 61: Projetos aprovados, na região Alentejo, entre 2000 e 2006.

Para o período 2007-2013, a Comissão Europeia aprovou o programa PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) como instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do Continente, cofinanciado pelo FEADER em 3,5 mil milhões de euros, envolvendo uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.

O programa PRODER divide-se em quatro eixos prioritários de apoio.

No eixo 1 – Competitividade

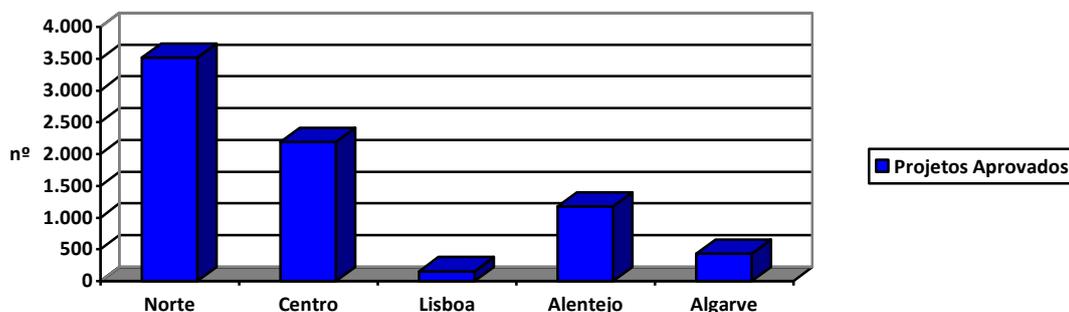
No eixo 2 – Sustentabilidade do Espaço Rural

No eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais

Os apoios poderão ir até 75%, a fundo perdido, para investimentos entre os 5.000€ e os 500.000€.

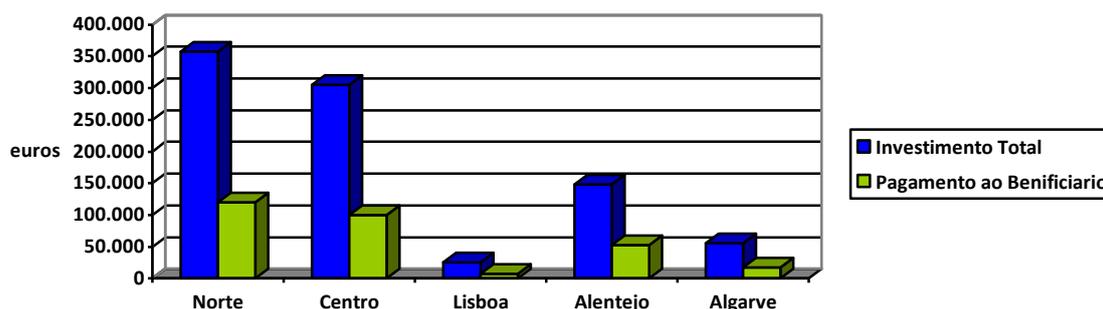
No eixo 4 – Conhecimento e Competências – integram três medidas. A medida “cooperação para a inovação”, os apoios, a fundo perdido, compreendem entre 25% a 75% do investimento elegível. A medida “informação e formação especializada”, os apoios, a fundo perdido, podem atingir 75 % da despesa total elegível, por um prazo máximo de cinco anos e de forma degressiva. Por último, este eixo integra a medida “serviços de apoio ao desenvolvimento”, que apoia a promoção de oferta de serviços especializados para melhorar o desempenho global das empresas, o apoio técnico aos agricultores e produtores florestais e o acesso individual a estes serviços.

Neste programa surgiram os apoios aos jovens agricultores, a região Alentejo aprovou 1 173 projetos (Gráfico 62) e financiou 52 499 mil euros (Gráfico 63). A execução face ao total do Continente foi de 40% para o Norte, 34% para o Centro, 2% para Lisboa, 18% para o Alentejo e 6% para o Algarve.



Fonte: elaborado pela autora a partir do PRODER dados 2007-2013

Gráfico 62: Projetos aprovados na Instalação de jovens agricultores



Fonte: elaborado pela autora a partir do PRODER dados 2007-2013

Gráfico 63: Montantes na instalação de jovens agricultores

Programa LEADER (1991)

Objetivos

Esta iniciativa comunitária visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas, cujo objeto seja a experimentação de novas formas de:

- Valorização do património natural e cultural.
- Reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho.
- Melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades.

Os objetivos específicos do LEADER+ para Portugal são: mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais, transformando estes em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências ao nível europeu.

Volume Financeiro

A Iniciativa comunitária LEADER+ é financiada pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) secção Orientação. Na UE a contribuição total do FEOGA - Orientação relativamente ao período 2000-2006 eleva-se a 2020 milhões de euros a preços de 1999. No período 2001-2006, a despesa total ao abrigo do programa será, em Portugal, de 266,9 milhões de euros, dos quais 60,5% serão pagos através dos fundos estruturais da União Europeia e 39,5% com meios nacionais.

A contribuição do FEOGA - Orientação ascende a um máximo de 75% do custo elegível nas regiões abrangidas pelo objetivo 1 e a um máximo de 50% nas regiões não elegíveis por aquele objetivo.

6. Evolução de Alguns Indicadores Agro Económicos

6.1. Principais Estatísticas da Produção

Segundo DG AGRI (2003):

- A produção agrícola portuguesa sofreu um decréscimo anual desde 1986 de 3,1% e de 1,6% no período de 1995-2001, sendo assim ligeiramente inferior à média da UE (2,2% por ano). Consequentemente, a quota da agricultura portuguesa na produção agrícola total da UE aumentou ligeiramente, de 2,0%, em 1995, para 2,2%, em 2001. Desde a adesão, a produção agrícola interna tem crescido menos do que a oferta alimentar, estando assim na origem de um défice alimentar crescente ou, por outras palavras, de uma redução do grau de autossuficiência.

No período de 1990-2001, os volumes da produção vegetal desceram 0,3% por ano, ao mesmo tempo que os volumes da produção animal final aumentavam 1,5%, em média.

- Contudo, em termos de percentagem, o valor da produção vegetal na produção agrícola total é agora mais elevado. A produção agrícola total de Portugal é de todos os países do Sul da UE a mais irregular muito devido às condições climáticas.

O vinho, os frutos e os produtos hortícolas frescos são os três principais produtos vegetais, que representam um pouco menos de um terço do valor total da produção agrícola.

- Quanto aos cereais, no caso de muitos produtos constata-se uma tendência para a redução da produção, à exceção do milho e do trigo duro, cuja evolução foi positiva. Outras tendências dignas de registo têm sido as que se verificaram para o caso do arroz e do tabaco, que aumentaram significativamente a sua produção.

Na produção animal, a produção de leite, de suínos, de aves de capoeira e de bovinos são, por ordem decrescente, as principais atividades. O volume da produção de suínos tem crescido significativamente e a produção de aves está em franca expansão, na sequência do decréscimo da produção de bovinos. Por outro lado, em 2001 o mercado da carne de bovino não mostrava sinais de recuperação após a crise da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), que afetou significativamente a produção portuguesa.

- Efetivamente, apesar de se ter registado um ligeiro aumento do número de pedidos do prémio às vacas em aleitamento e do prémio especial para a carne de bovino, o declínio da produção de bovinos foi a principal razão que esteve na base da redução subsequente do peso da produção animal na produção agrícola total em Portugal.

- A carne de aves, pelo contrário, representa agora uma percentagem mais elevada da produção total do que há uma década, ao passo que a percentagem da carne de suíno desceu ligeiramente. Nestes últimos anos a procura de carne de suíno e de carne de aves tem continuado a crescer, mas ao passo que os preços da carne de suíno no produtor têm aumentado em termos reais, a evolução dos preços da carne de aves tem sido menos favorável, o que esteve na origem de uma queda do nível dos valores da produção. No período de 1993 a 2001, o consumo de carne de aves aumentou 37% e o de carne de suíno 29%.

- No sector leiteiro, tem-se verificado ao longo dos últimos dez anos um crescimento sustentado da produção, se bem que nos últimos dois anos a crise da EEB tenha provocado algumas perturbações na produção. Embora o valor económico da produção de leite não tenha registado um crescimento significativo, apesar de os preços terem aumentado nestes últimos anos, o sector dos lacticínios é um dos poucos cuja contribuição para a produção agrícola portuguesa aumentou.

Dados mais recentes (Quadro 3) indicam que as produções vegetais apresentam uma taxa superior às produções animais com uma diferença de 20,5 pontos percentuais. As taxas de variação entre 2010 e 2000 são positivas quanto ao valor e volume nos vegetais e produtos hortícolas, azeite e para outros produtos vegetais que não mencionados no Quadro sendo que o azeite é aquele que apresenta maior valor e outros produtos vegetais o maior volume.

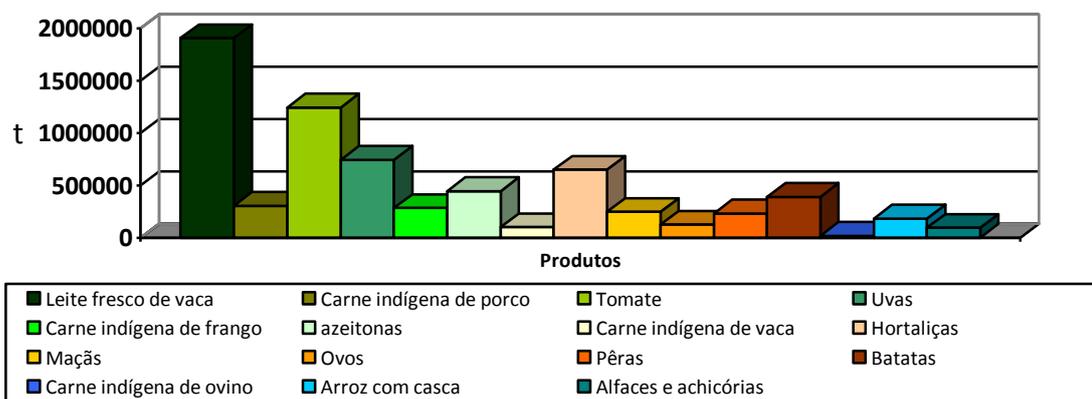
Nas produções animais apenas o leite apresenta variação negativa em valor e volume, as aves de capoeira apresentam a maior taxa de variação para o valor e os suínos quanto ao volume. Relativamente a preços as maiores taxas de variação entre 2010 e 2009 verificam-se para a produções vegetais na batata e nos cereais e para as produções animais nos bovinos.

Quadro 3: Estruturas da produção agrícola e respetiva variação (%)

	Estrutura em 2010	Taxa de variação 2010/2000		Taxa de variação 2010/2009		
		Valor	Volume	Volume	Preço	Valor
Cereais	2,8	-48,5	-47,7	-6,4	28,0	19,8
Plantas industriais	0,8	-41,6	-34,1	-5,7	0,5	-5,2
Plantas forrageiras	3,5	-12,0	-19,5	-5,5	7,7	1,8
Vegetais e Produtos hortícolas	20,5	47,6	7,9	-2,4	10,5	7,9
Batatas	1,6	-17,7	-25,9	-12,1	47,8	29,9
Frutos	12,2	6,6	-3,8	-9,2	2,9	-6,6
Vinho	13,9	-9,0	-2,6	8,4	2,5	11,2
Azeite	2,1	70,0	22,2	13,2	-2,5	10,4
Outros produtos vegetais	0,1	17,0	231,2	0,0	-3,1	-3,1
PRODUÇÃO VEGETAL	57,6	5,2	-6,4	-1,6	7,4	5,6
Bovinos	6,9	20,6	5,1	-11,9	6,3	-6,3
Suínos	8,7	28,4	18,4	3,2	3,3	6,6
Aves de capoeira	6,0	30,0	16,8	3,0	2,1	5,2
Leite	9,7	-3,1	-4,6	-2,5	-6,7	-9,1
PRODUÇÃO ANIMAL	37,1	13,1	5,0	-1,4	1,3	-0,2
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	4,8	72,2	20,9	-1,3	5,6	4,3
PRODUÇÃO	100					

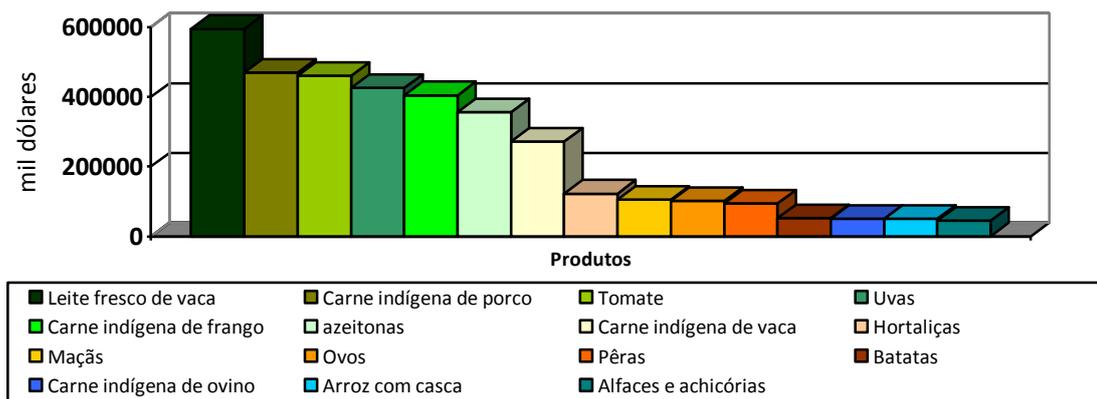
Fonte: GPP (2012) a partir de CEA (Base 2000), INE. Data de versão dos dados: Março de 2012

Segundo FAO (a) (Food and Agriculture Organization), o leite de vaca é o produto mais produzido em Portugal (Gráfico 64) seguindo-se o tomate, a uva e as hortaliças, comparando valores da produção mantem-se o leite fresco de vaca, no topo, seguido de carne indígena de porco, tomate e uva (Gráfico 65).



Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

Gráfico 64: TOP de produções em Portugal (2011)



Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

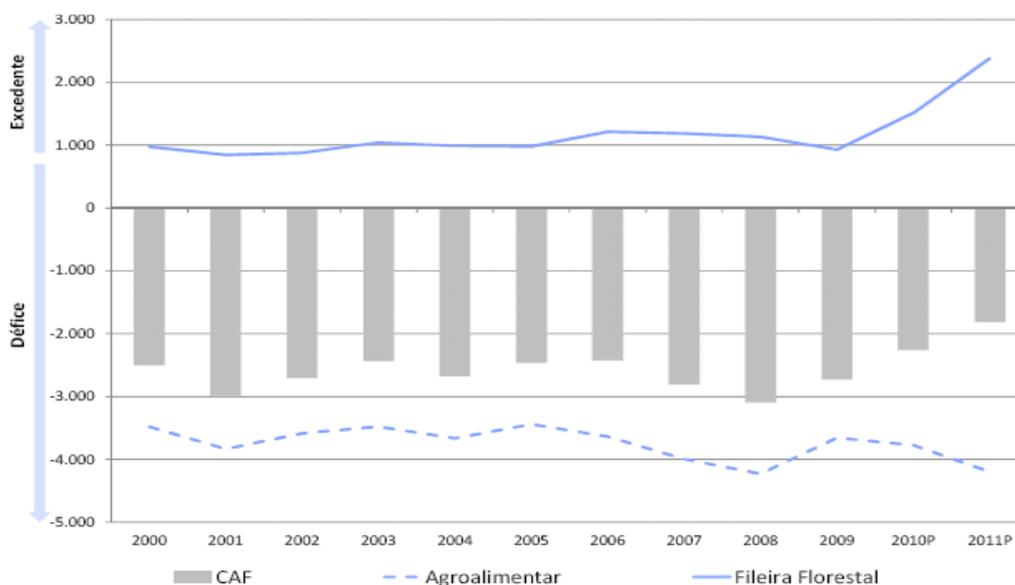
Gráfico 65: TOP valor da produção em Portugal (2011)

6.2. Comércio Externo de Bens Agrícolas e Alimentares

As atividades do complexo agroflorestral tem vindo a ganhar excedentes e por isso tem um papel importante no comércio internacional representando, atualmente, cerca de 20% e 18%, respetivamente, dos valores das exportações e das importações de bens da Economia. Quanto à balança comercial apresenta valores negativos mas com tendência a diminuir devido ao crescimento das exportações a um ritmo superior as importações.

As exportações agroalimentares assentam principalmente no vinho, produtos da pesca, hortícolas, frutícolas e azeite, para além do tabaco, do leite e laticínios. Relativamente aos produtos Florestais as exportações são mais significativas na fileira da pasta e do papel, na dos painéis de madeira, fibra e partículas e na fileira da cortiça, nomeadamente na rolha.

Os produtos agroalimentares apresentam-se em défice e por esse motivo serem alvo de dependência do exterior. Na fileira florestal os níveis de aprovisionamento estão acima dos 100% evidenciando a sua orientação exportadora e contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial (Gráfico 66).



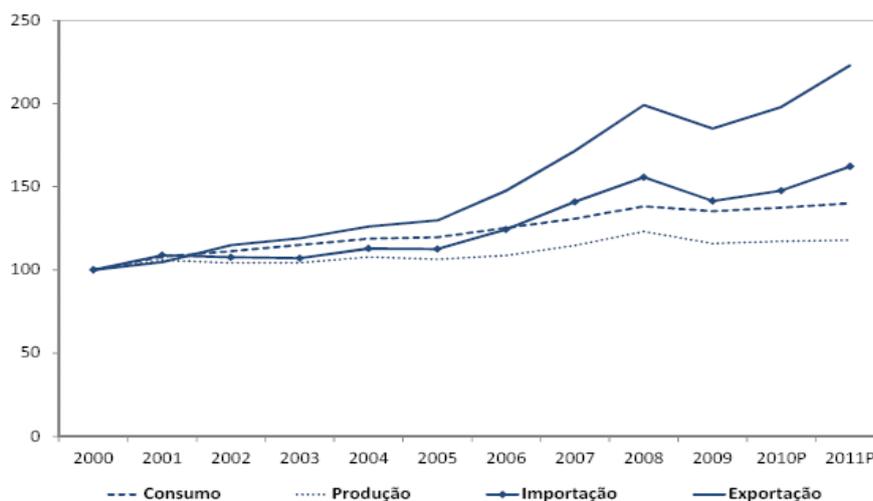
Fonte: GPP (2012) a partir de CN (Base 2006), INE.

Nora: P- dados preliminares

CAF – Complexo Agroflorestal

Gráfico 66: Saldo comercial do complexo agroflorestal, agroalimentar e florestal (Milhões de euros)

Como se pode constatar pelo Gráfico 67 a produção de bens alimentares tem crescido mas não supera a evolução do consumo mostrando que a evolução das importações tende a aumentar, apesar deste panorama a evolução das exportações é bem mais superior do que o das importações (7% face a 4,5%, em valor médio anual).



Fonte: GPP (2012), a partir Contas Nacionais, INE

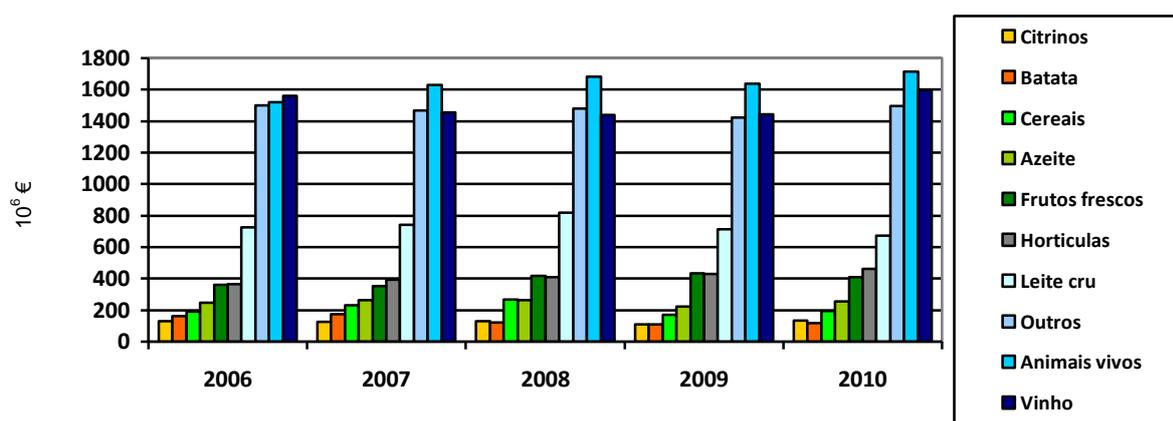
Nota: P – dados provisórios

Gráfico 67: Evolução em valor da produção, consumo e comércio internacional de bens alimentares entre 2000 e 2011 (2000 = 100)

Segundo o INE (2013b), podemos avaliar o grau de autossuficiência alimentar que consiste na capacidade do país para suprir, em termos de valor, a sua procura interna através da produção nacional, dando a noção da sua dependência externa para a satisfação do consumo de produtos.

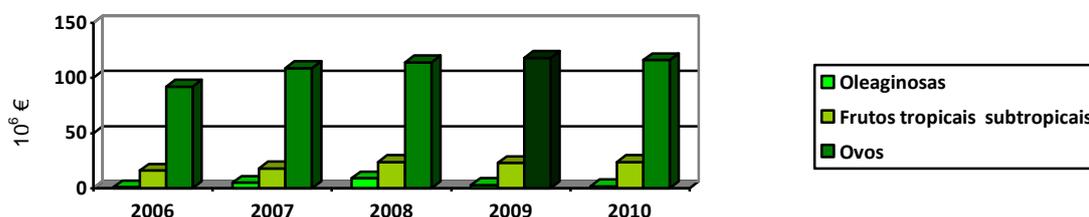
A dependência do exterior para satisfazer as necessidades nacionais de produtos agrícolas, em valor, traduziu-se num grau de autossuficiência de 83% no período em análise, variando entre 81% em 2008 e 85% nos anos de 2006 e 2009.

A análise das variações da produção, em valor e quantidade, no quinquénio 2006-2010, revela que a maioria dos produtos agrícolas apresentou evoluções em valor superiores às registadas em quantidade. O leite cru e o azeite constituíram as exceções, apesar de configurarem comportamentos opostos, uma vez que no caso do leite cru ambas as variações foram negativas, tendo sido positivas para o azeite (Gráfico 68 e 69).



Fonte: INE - Contas Nacionais - Base 2006, valores a preços correntes.

Gráfico 68: Valor da produção dos produtos agrícolas.



Fonte: INE - Contas Nacionais - Base 2006, valores a preços correntes.

* Incluem-se nesta rubrica as forragens, as flores e plantas ornamentais e os frutos de casca rija.

Gráfico 69: Valor da produção dos produtos agrícolas (valores abaixo de 12.000.000).

Produtos Agrícolas Exportados e Importados

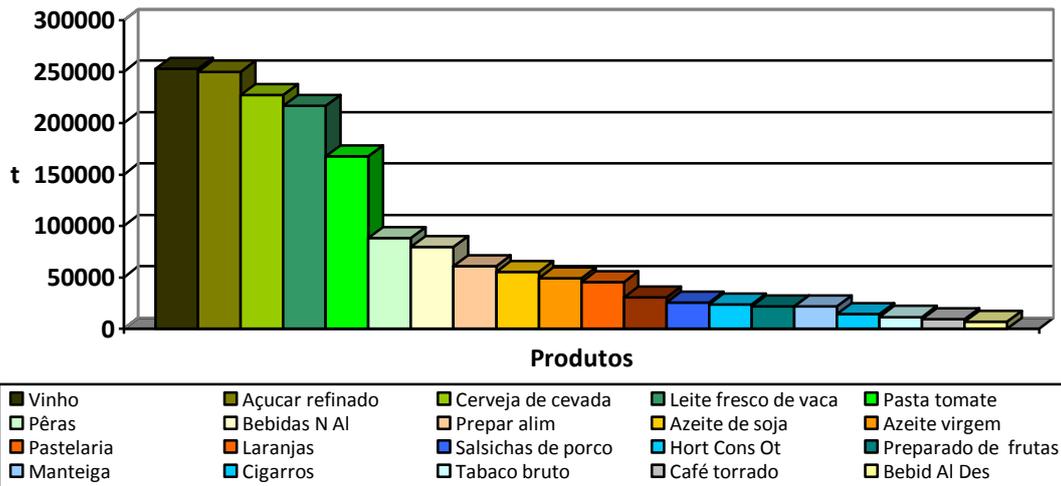
Uma análise aos produtos agrícolas revela que o vinho é o único em que os recursos nacionais satisfazem a procura interna, e que o azeite, os ovos, os animais vivos, as hortícolas e os frutos frescos estão próximos da autossuficiência. O grau de autossuficiência do leite cru é de 100%, em virtude não serem autorizadas transações comerciais com o exterior. Segundo a FAO (b e c) o Gráfico 70 mostra os produtos mais exportados em Portugal, em contraponto, denotando uma situação de grande dependência externa, estão os cereais e as oleaginosas, no Gráfico 71 observa-se os produtos mais importados em Portugal. No caso dos cereais, a produção nacional é pouco competitiva no sequeiro mas tem margem de progressão no regadio, particularmente para a cultura do milho. Relativamente às oleaginosas, a situação altamente deficitária dificilmente será corrigida, dado que as condições edafo-climáticas nacionais não são favoráveis à produção das principais oleaginosas (soja e colza).

A análise das importações por produto agrícola evidencia a elevada dependência externa dos cereais e das oleaginosas, representando as importações destas *commodities* 42,4% do valor global das importações de bens agrícolas. De salientar que a dependência externa destes produtos tem apresentado uma tendência de agravamento, com as importações a aumentarem, em média, 10,3% e 12,0% ao ano, para os cereais e oleaginosas, respetivamente.

Registaram-se também aumentos, ainda que menos acentuados, nas importações de animais vivos (4,9% ao ano, em média) e de batata (1,7% ao ano, em média), constituindo os frutos frescos e o azeite a nota positiva do lado das importações, com as transações a diminuírem de 2006 para 2011.

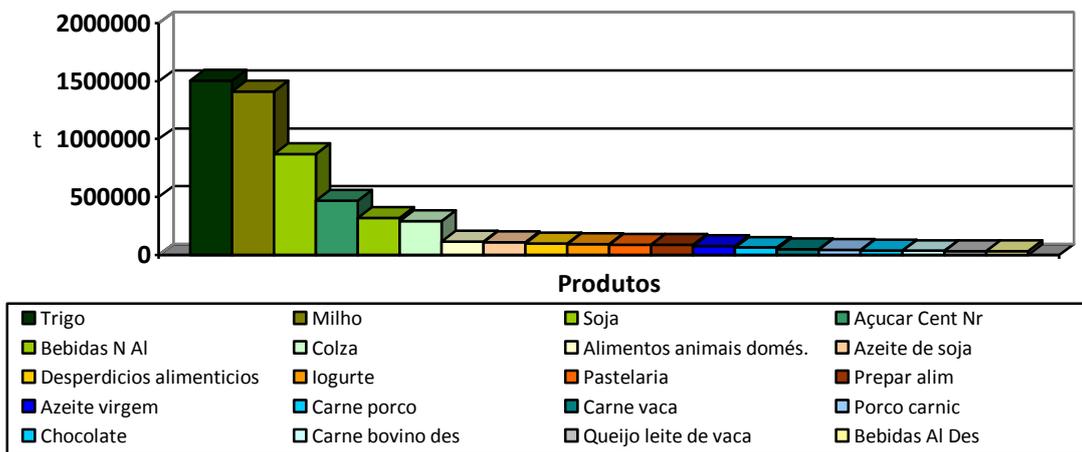
Relativamente às exportações, o vinho constitui claramente o principal produto agrícola vendido para o mercado externo, tendo representado 50,1% do valor total das exportações destes bens entre 2006 e 2011, seguindo-se o azeite, com 7,5%.

É de destacar ainda os frutos frescos e das hortícolas, cujos valores das exportações representaram $\frac{1}{6}$ das respetivas produções.



Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

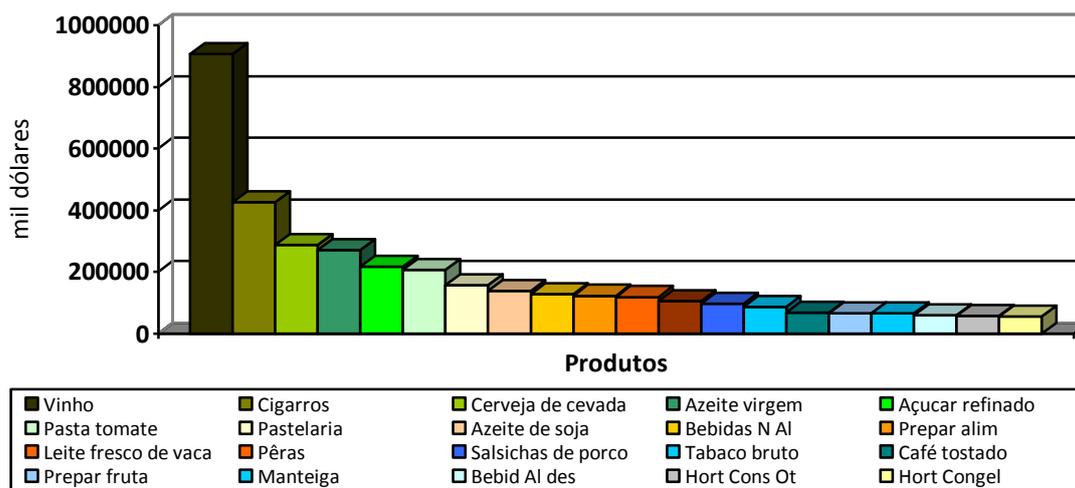
Gráfico 70: TOP de exportações em Portugal (2011)



Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

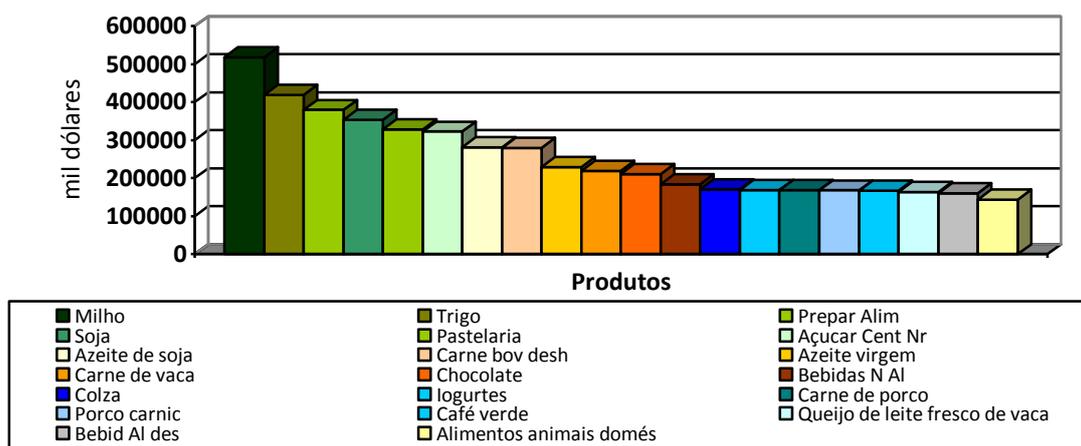
Gráfico 71: TOP de importações em Portugal (2011)

Quanto a valores, segundo a FAO (b e c), é o vinho, o tabaco, a cerveja e o azeite os três principais produtos que maior valor adquirem com as exportações (Gráfico 72) relativamente às importações, são o milho, o trigo, o preparado alimentício e a soja que maiores valores atingem de despesa para o país (Gráfico 73), em todo o caso os valores das exportações é superior ao das importações comparando os dois Gráficos.



Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

Gráfico 72: Top do valor de exportações em Portugal (2011)

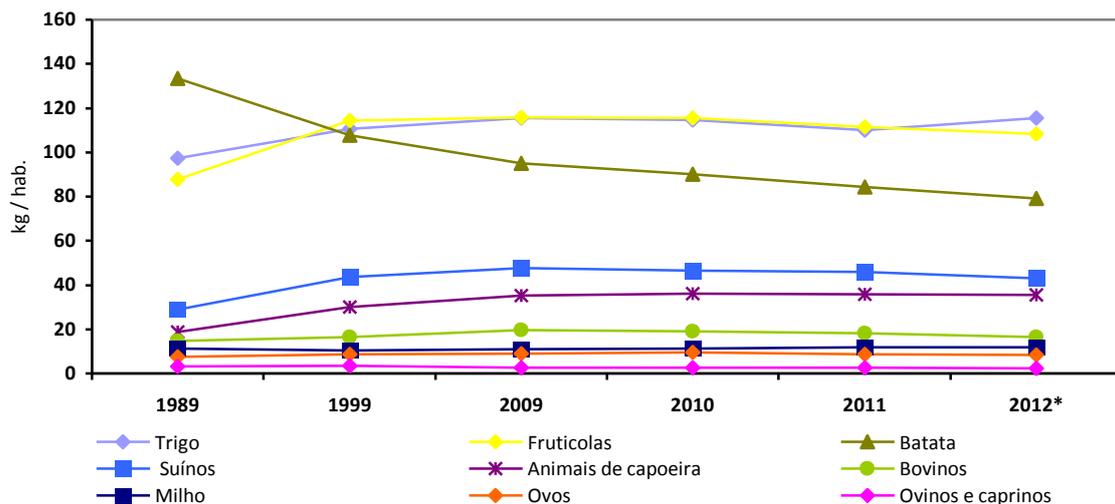


Fonte: elaborado pela autora a partir da FAO

Gráfico 73: Top do valor de importações em Portugal (2011)

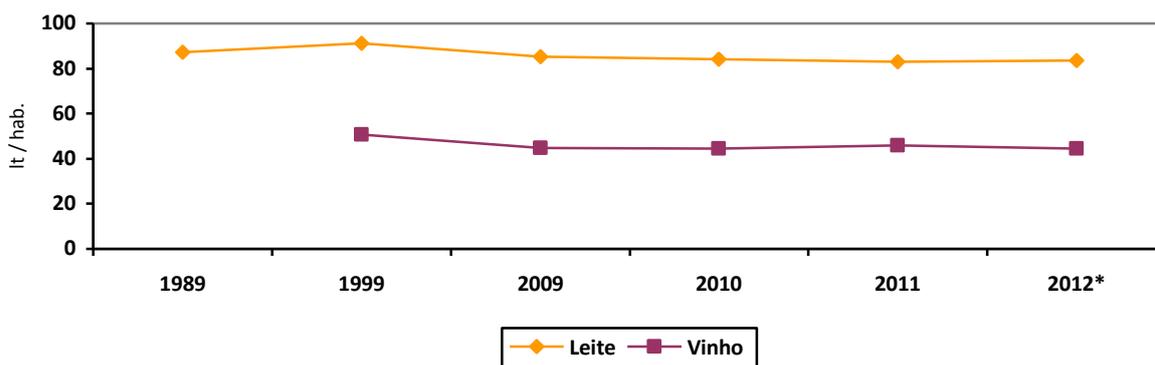
6.3. Consumo

O maior consumo da população portuguesa relativamente a produtos agrícolas são no trigo, frutas, batatas, nas carnes a mais consumida é a de porco e a menos é a carne de ovelha e cabra. O consumo de batata desceu 37% entre 1989-2011. O consumo de trigo aumentou 11%, fruticulturas 21%, suínos 37% e animais de capoeira 47%, no mesmo período (Gráfico 74 e 75).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Balanços de Aprovisionamento de Produtos Vegetais e Animais.

Gráfico 74: Consumo per capita em Portugal.



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Balanços de Aprovisionamento de Produtos Vegetais e Animais.
*Dados provisórios.

Gráfico 75: Consumo per capita em Portugal.

6.4. Autoaprovisionamento

O grau de autoaprovisionamento mantém-se entre os 80% e os 84% desde 2000 o que significa que o país não é autossuficiente nos produtos alimentares tendo de recorrer às importações. Mais agrava quando corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares (deduzindo, portanto, as duplicações de custo ao longo da fileira) apresentando um valor próximo dos 70% (Quadro 4).

Quadro 4: Grau de Autoaprovisionamento¹ de Bens Alimentares² (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010P	2011P
Grau de autoaprovisionamento	83,2	83,6	82,8	82,1	82,2	83,0	82,8	81,9
Grau de autoaprovisionamento corrigido ¹				71,3	70,9	73,0		

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2006) e Estatísticas do Comercio Internacional, INE.

Nota:

¹Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

²Corresponde ao agregado agricultura (sem tabaco e algodão), pescas e indústrias alimentares e bebidas.

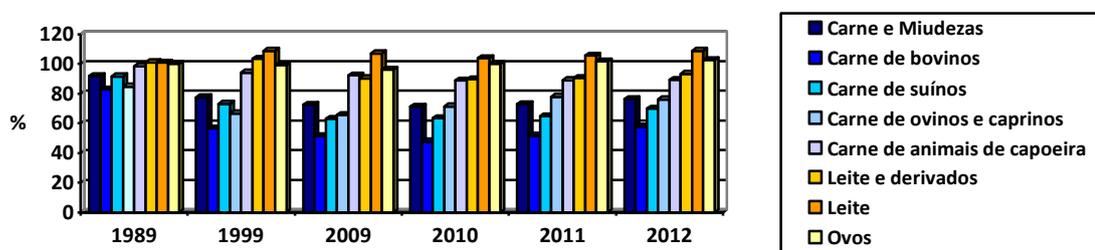
P – dados provisórios, GPP.

Os gráficos seguintes ajudam a visualizar o grau de autossuficiência do país para os produtos de maior relevância e perceber a necessidade de importar ou exportar produtos. No Gráfico 76 verifica-se o excesso na produção de leite e ovos e a insuficiência na carne. A carne de bovino apenas satisfaz 58%, a carne de suíno 70%, carne de ovino/caprino 76% e a carne de animais de capoeira 89%.

Quanto aos restantes produtos, no Gráfico 77 observamos a grande dependência do exterior para cereais e leguminosas secas e excesso de vinho (com uma quebra de 27% entre a campanha 2010/2011- 2011/2012). Apesar da ausência de dados para hortícolas, anteriormente já foi feita referência a estas culturas como muito próximas da autossuficiência.

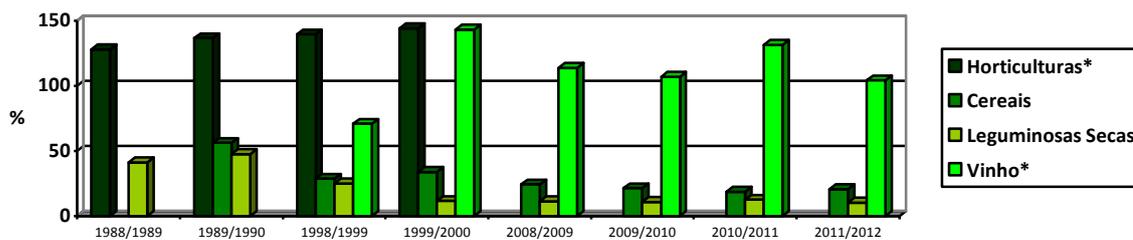
Segundo o Anuário Agrícola (2012), apesar das exportações do complexo agroalimentar terem crescido a um ritmo superior ao das importações, o saldo comercial negativo da balança comercial mantêm-se, no período 2000-2011.

Destacam-se, nas importações nacionais agroalimentares, a carne (10,7%), os cereais (10,9%) e o leite (6,4%). Destacam-se, nas exportações nacionais agroalimentares, o vinho (16%), o tabaco (9,6%) e as conservas hortofrutícolas (7,8%).



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Balanço de Aprovisionamento de Produtos Animais.

Gráfico 76: Grau de autoaprovisionamento



Fonte: elaborado pela autora a partir do INE, Balanços de Aprovisionamento de Produtos Vegetais.

* Não existem dados disponíveis no INE para todos os anos de referência no gráfico.

Gráfico 77: Grau de autoaprovisionamento

CAPITULO III

Análise Estatística de Indicadores Agrícolas
a Nível de Concelho para a Região Alentejo.

1. Material e Métodos

1.1. Base de Dados para Análise

Para este capítulo foram construídas três bases de dados designadas por «Explorações Agrícolas», «Produções Vegetais» e «Pecuária com Terra» variáveis consideradas nessas bases (Quadros 1, 2 e 3) foram obtidas a partir Recenseamentos Agrícolas 1989, 1999 e 2009 publicados pelo INE. As observações reportam à divisão geográfica de NUT III da região Alentejo.

As variáveis da base «Explorações Agrícolas» reportam a dimensão física das EA e composição da SAU (variáveis V1 a V4), indicadores de intensificação/utilização de recursos (mão-de-obra agrícola, densidade pecuária, tratores e regadio – V5 a V9) e informação relativa aos produtores (idade e tempo de trabalho dedicado à EA, fonte de rendimento do agregado doméstico do produtor – V10 a V13).

Quadro 5: Variáveis da base de dados «Explorações Agrícolas».

V1-	SAU média por EA (ha)
V2-	% de terras aráveis na SAU
V3-	% de culturas permanentes na SAU
V4-	% de pastagens permanentes na SAU
V5-	Número de UTA por 100 ha de SAU
V6-	Número de UTA por EA
V7-	Cabeças normais por ha de SAU
V8-	Número de tratores por 100 ha de SAU
V9-	% de superfície irrigável na SAU
V10-	Dirigentes de EA com idade <35 anos (%)
V11-	Dirigentes de EA com idade ≥65 anos (%)
V12-	% de produtores com tempo de atividade agrícola na EA ≥50%
V13-	% de produtores cuja fonte de rendimento é principalmente ou exclusivamente da EA

As variáveis da base «Produções Vegetais» incidem na percentagem de explorações agrícolas e de superfície com culturas permanentes e temporárias (V1 a V4), a percentagem de superfície com frutos fresco + citrinos + frusto casca rija + frutos subtropicais (V5), olival, e vinha (V6 e V7), para as culturas permanentes e a percentagem de superfície com cereais, leguminosas + culturas industriais, batata + hortícolas e culturas forrageiras + prados temporários (V8 a V11) para as culturas temporárias.

Quadro 6: Variáveis da base de dados «Produções Vegetais».

V1-	% de explorações com culturas permanentes no total explorações
V2-	% de explorações com culturas temporárias no total explorações
V3-	% de área com culturas permanentes na SAU
V4-	% de área com culturas temporárias na SAU
V5-	% de área com frutos frescos + citrinos + frustos cascas rija + frutos subtropicais na SAU
V6-	% de área com olival na SAU
V7-	% de área com vinha na SAU
V8-	% de área com cereais na SAU
V9-	% de área com leguminosas, culturas industriais na SAU
V10-	% de área com batata, hortícolas na SAU
V11-	Área com culturas forrageiras + prados temporários na SAU

As variáveis da base «Pecuária com Terra» integra bovinos de carne, bovinos de leite, caprinos e ovinos, ficando excluído suínos e aves por serem maioritariamente produzidos em sistemas intensivos dissociados da SAU das EA. No processo de seleção de variáveis foi dada prevalência a dados estatísticos relativos a fêmeas reprodutoras.

As variáveis conjugam três objetivos complementares entre si: a) representatividade de EA com fêmeas reprodutoras (V1 a V4); b) densidade animal por ha de SAU (V5 a V8); c) dimensão dos efetivos de fêmeas reprodutoras por produtor (V9 a V12).

Quadro 7: Variáveis da base de dados «Pecuária com Terra».

V1-	% de EA com vacas leiteiras
V2-	% de EA com vacas aleitantes
V3-	% de EA com cabras e chibas cobertas
V4-	% de EA com ovelhas e borregas cobertas
V5-	Número de vacas leiteiras por ha de SAU
V6-	Número de vacas aleitantes por ha de SAU
V7-	Número de CN caprinos por ha de SAU
V8-	Número de CN ovinos por ha de SAU
V9-	Número de vacas leiteiras por produtor
V10-	Número de vacas aleitantes por produtor
V11-	Número CN de cabras e chibas por produtor
V12-	Número CN ovelhas e borregas por produtor

1.2. Metodologia

Na metodologia iniciou-se uma análise exploratória de dados, indicando, para cada uma das variáveis os valores da média, do desvio padrão e do coeficiente de variação. Distinguiram-se as variáveis cuja média é representativa.

De seguida fez-se uma Análise em Componentes Principais (ACP). Esta ACP foi efetuada sobre a matriz de correlações para que todas as variáveis observadas tivessem o mesmo peso. Na ACP obtêm-se novas variáveis, as Componentes Principais (CP), a partir das variáveis observadas. Cada CP é uma combinação linear das variáveis observadas, as CP não estão correlacionadas entre si e a soma das variâncias de todas as CP é igual à soma das variâncias de todas as variáveis observadas, designando-se esta soma por variabilidade total. A primeira CP tem a maior variância de entre todas as CP, a segunda CP tem a segunda maior variância e assim por diante. Para mais pormenores relativos à ACP consultar JOLLIFFE (2005). Acontece que muitas vezes estas CP são difíceis de interpretar e, por outro lado, frequentemente uma só CP pode ser função de todas as variáveis observadas. Por estes motivos a ACP pode não conseguir indicar quais as variáveis observadas que melhor representam a totalidade, ou seja podem não constituir uma alternativa à redução de dimensionalidade em termos de variáveis observadas. Acontece também frequentemente que subconjuntos de variáveis que com mais uma ou duas variáveis do que o número de CP, conseguem reter a mesma ou até ultrapassar a percentagem de variabilidade das CP (define-se percentagem de variabilidade, como o quociente entre a variabilidade do subconjunto e a variabilidade total). Por esta razão apresentou-se além da percentagem de variabilidade do subconjunto das três primeiras CP a percentagem de variabilidade do melhor subconjunto das cinco variáveis observadas. Este subconjunto de cinco variáveis observadas foi escolhido de todos os subconjuntos de cinco variáveis observadas, aquele que melhor representa a totalidade das variáveis observadas. Esta melhor representação equivale a dizer melhor percentagem de variabilidade. Para mais pormenores ver CADIMA & JOLLIFFE (2001).

De seguida apresenta-se o quadro do índice multivariado RV de ROBERT & ESCOUFIER (1976). Trata-se de um índice multivariado no espaço dos indivíduos (NUTS III no nosso caso). Este índice, que em termos algébricos pode ser interpretado como o coeficiente de correlação matricial entre duas matrizes, toma

valores entre 0 e 1, correspondendo 1 a um ajustamento perfeito entre as duas matrizes (para pormenores ver CADIMA *et al.* (2004). Obteve-se então o valor de RV para cada um dos pares, relativos aos anos em análise.

Por último realizou-se uma Análise Classificatória Hierárquica ao nível de NUT III da região do Alentejo para os três anos de referência (1989, 1999 e 2009) formando nove grupos com identidade comum de características.

2. Resultados e Discussão

2.1. Explorações Agrícolas

2.1.1. Análise Univariada

Tomando como referência a ideia de que a Região Alentejo é predominantemente homogénea, do Quadro 8 evidencia-se que os coeficientes de variação (CV) são relativamente elevados para a generalidade das variáveis, o que mostra que ao nível das explorações agrícolas e respetivas características estruturais e funcionais há notória diversidade. Esta constatação é observada em qualquer dos Recenseamentos Agrícolas objetos de estudo, com os CV a mostrarem tendência para estabilidade, excetuando-se a V2 (% de terras aráveis na SAU) e V4 (% de pastagens permanentes na SAU) em que no primeiro caso duplica e no segundo caso desce de 0,8 para 0,3. Com efeito as superfícies de terras aráveis têm vindo a diminuir drasticamente em valor absoluto e restringidas aos concelhos onde há maior aptidão para culturas arvenses, enquanto as superfícies utilizadas com pastagens permanentes se têm vindo a generalizar por toda a Região Alentejo.

Quanto a variáveis com maior CV destaca-se a V1 (SAU média por exploração agrícola), a V9 (% de área irrigável na SAU) e a V3 (% de culturas permanentes na SAU). Como exemplos de valores máximos e mínimos no RA 2009 (ver ANEXO 5), no que concerne à SAU média por exploração agrícola os concelhos de Monforte, Arraiolos e Alcácer do SAU situavam-se acima de 130 hectares, enquanto os de Marvão, Portalegre e Borba estavam abaixo de 18 hectares; quanto a área irrigável cerca de metade dos concelhos registam percentagem igual ou inferior a 5%, existindo seis (Barrancos, Mértola, Almodôvar, Crato, Castelo de Vide e Nisa) com valor igual ou inferior a 1%, tendo em contraponto os concelhos de Campo Maior, Vidigueira e Aljustrel com registos superiores a 18%.

Com os menores valores de CV surge claramente a V11 (% de dirigentes de EA com idade ≥ 65 anos), com CV de somente 0,2 o que comprova que o envelhecimento dos dirigentes de explorações (inclui produtores a título individual e principal dirigente no caso de sociedades) é transversal a toda a região, observando-se forte agravamento entre 1989 e 2009 (subiu de 32,20% para 47,24%).

Quadro 8: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Explorações Agrícolas».

Variáveis	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	
1989	Média	46.73	66.79	11.40	21.63	3.78	1.39	0.25	0.98	6.47	6.39	32.20	38.42	35.57
	DP	29.98	20.41	8.47	17.68	1.90	0.51	0.09	0.39	5.01	2.36	6.33	14.16	15.77
	CV	0.64	0.31	0.74	0.82	0.50	0.37	0.36	0.40	0.77	0.37	0.20	0.37	0.44
1999	Média	62.53	48.20	10.44	41.26	2.68	1.28	0.32	1.14	8.70	5.04	40.85	40.96	33.76
	DP	35.53	19.95	8.59	19.53	1.84	0.38	0.14	0.50	6.22	1.51	6.55	11.64	15.84
	CV	0.57	0.41	0.82	0.47	0.69	0.30	0.44	0.44	0.71	0.30	0.16	0.28	0.47
2009	Média	69.69	28.67	12.27	58.99	1.93	1.11	0.34	1.24	7.62	3.83	47.24	28.62	21.05
	DP	36.96	16.42	8.61	18.03	1.08	0.49	0.14	0.51	6.62	1.72	7.58	13.21	10.83
	CV	0.53	0.57	0.70	0.31	0.56	0.44	0.41	0.41	0.87	0.45	0.16	0.46	0.51

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Nota: DP-Desvio Padrão, CV- Coeficiente de Variação, V-Variável.

2.1.2. Análise Multivariada

2.1.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis

Comparativamente com a Análise em Componentes Principais e tomando como referência as três primeiras componentes (Quadro 9), o melhor conjunto de cinco variáveis (Quadro 10) explica maior percentagem de variabilidade global para qualquer dos RA objeto de estudo (para RA 2009 os valores são de 76,12% na ACP e de 82,74% para o conjunto de cinco variáveis). É de realçar que a percentagem de variabilidade explicada foi evoluindo positivamente, com destaque no caso da ACP para o notório crescimento da segunda componente (CP2).

Para o melhor conjunto de cinco variáveis verifica-se que a V12 (% de produtores com tempo de atividade agrícola na EA $\geq 50\%$) se mantém presente nos três RA. As variáveis selecionadas no melhor conjunto são muito semelhantes nos RA 1989 e 2009 (para além da V12, também a V4 – pastagens permanentes, e V5 e V6 – trabalho agrícola – se repetem). A variável V7 (Cabeças Normais por hectare de SAU) coexiste nos RA de 1999 e 2009, enquanto em 1989 surgia a V11 (% de dirigentes de EA com 65 ou mais anos de idade).

Quadro 9: Variabilidade das componentes principais, base «Explorações Agrícolas».

	1989			1999			2009		
	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3
DP	2.206	1.523	1.263	2.127	1.725	1.242	2.190	1.955	1.131
% Var.	37.42	17.84	12.27	34.79	22.88	11.86	36.89	29.39	9.84
% Acum.	37.42	55.26	67.53	34.79	57.67	69.53	36.89	66.28	76.12

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: DP-Desvio Padrão, CP-Componentes Principais

Quadro 10: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Explorações Agrícolas».

Variáveis	% Variabilidade		
	1989	1999	2009
4, 5, 6, 11 e 12	76.45	74.14	81.00
2, 7, 8, 10 e 12	73.84	77.52	79.58
4, 5, 6, 7 e 12	71.57	75.54	82.74

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

2.1.2.2. Análise Classificatória Hierárquica

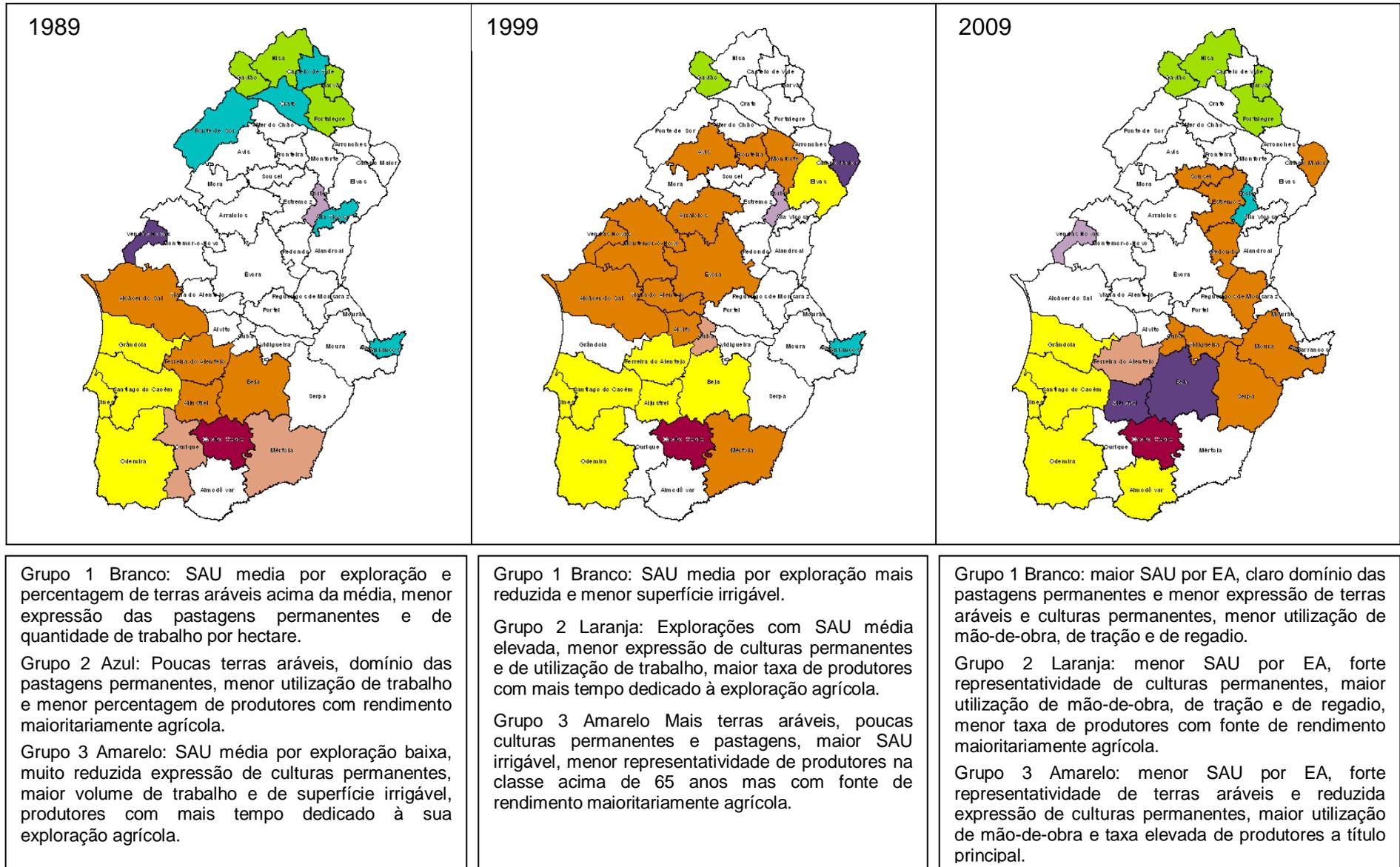
Com base nas análises classificatórias realizadas para cada um dos Recenseamentos Agrícolas objeto de estudo (ver Figura 1) selecionam-se os três principais grupos (considerando o maior número de concelhos ou, no caso de existirem vários grupos iguais, escolhe-se o grupo que apresentar maior área), com o objetivo de evidenciar os pontos fundamentais da evolução entre Recenseamentos Agrícolas.

Em qualquer dos RA observa-se um grupo dominante com forte concentração de concelhos (Grupo 1, marcado a branco, com 25 concelhos em 1989 e 23 nos restantes RA), caracterizado por SAU média por EA acima da média do Alentejo nos RA 1989 e 2009 e menor SAU média no RA 1999. Destaque para o domínio das terras aráveis em detrimento das pastagens permanentes no RA 1989, enquanto no RA 2009 a situação se inverte.

O 2º grupo em maior número de concelhos não tem praticamente coincidência em nenhum dos RA: em 1989 (Azul) localiza-se na NUTS II Alto Alentejo, em 1999 predomina no Alentejo Central e desloca-se mais para Este em 2009, não surgindo características a destacar.

No Grupo 3 (Amarelo) destaca-se a SAU média por exploração baixa (RA 1989 e 2009), poucas culturas permanentes e forte representatividade de terras aráveis, maior área de superfície irrigável e maior representação de produtores a título principal (quer em tempo dedicado à exploração agrícola, quer como fonte de rendimento).

Consultar a média do Alentejo para «Explorações Agrícolas» base 1989, 1999 e 2009 em ANEXO 3, 4 e 5.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 1: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Explorações Agrícolas).

Da análise classificatória referente ao RA 2009 para a base «Explorações Agrícolas» e apresentada em mapa na Figura 2 resultaram nove agrupamentos de concelhos, cujas principais características são as seguintes:

GRUPO 1: maior SAU por EA, claro domínio das pastagens permanentes e menor expressão de terras aráveis e culturas permanentes, menor utilização de mão-de-obra, de tração e de regadio.

GRUPO 2: menor SAU por EA, forte representatividade de culturas permanentes, maior utilização de mão-de-obra, de tração e de regadio, menor taxa de produtores com fonte de rendimento maioritariamente agrícola.

GRUPO 3: menor SAU por EA, forte representatividade de terras aráveis e reduzida expressão de culturas permanentes, maior utilização de mão-de-obra e taxa elevada de produtores a título principal.

GRUPO 4: menor SAU por EA, taxa muito reduzida de terras aráveis, atividade pecuária relativamente fraca, maior utilização de tração mas muito reduzida taxa de regadio, baixa representatividade de produtores mais novos e maior na classe acima de 65 anos, taxa muito baixa de produtores a título principal.

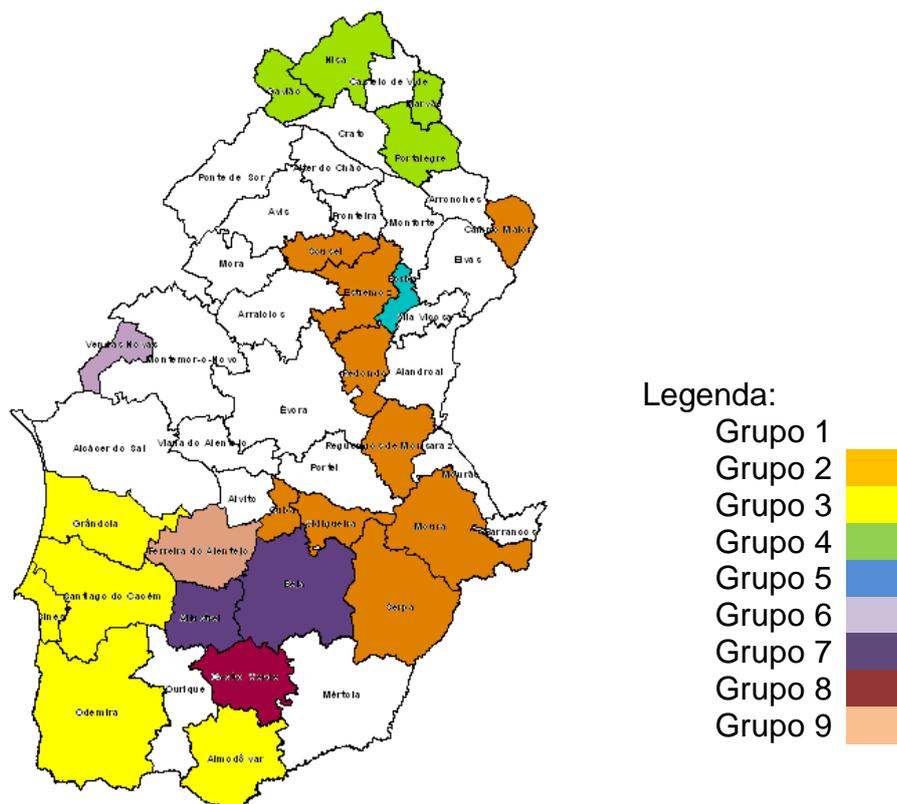
GRUPO 5: menor SAU por EA, taxa muito elevada de culturas permanentes e baixa de pastagens permanentes, alta utilização de mão-de-obra e de tração, atividade pecuária com relativa expressão, baixa taxa de produtores com fonte de rendimento predominantemente agrícola.

GRUPO 6: grande destaque para a elevada representatividade da produção animal no concelho de Vendas Novas.

GRUPO 7: taxa muito elevada de terras aráveis e muito fraca representatividade de pastagens permanentes, fraco índice de produção pecuária, taxa de regadio elevada e tendência para produtores mais novos e a título principal comparativamente com os valores médios da região Alentejo.

GRUPO 8: SAU por exploração muito elevada, taxa muito alta de terras aráveis e muito fraca representatividade de culturas permanentes assim como de pastagens permanentes, fraco índice de mão-de-obra, de produção pecuária, de tração e de regadio, elevada tendência para produtores a título principal e também mais novos.

GRUPO 9: taxa muito alta quer de terras aráveis quer de culturas permanentes, elevado índice de mão-de-obra e de área de regadio, elevada tendência para produtores mais novos e a título principal.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 2 Análise classificatória «Explorações Agrícolas» (base 2009).

2.2. Produções Vegetais

2.2.1. Análise Univariada

Da análise do Quadro 11 observa-se coeficientes de variação (CV) bastante elevados para a generalidade das variáveis, o que mostra que ao nível das produções vegetais há notória diversidade. Os CV mostram pouca oscilação nos valores dos Recenseamentos Agrícolas, excetuando-se a V5 (% de Área com frutos frescos, citrinos, frutos cascas rija, frutos subtropicais na SAU) e V9 (% Área com Leguminosas, Culturas Industriais na SAU) em que se verifica um aumento de 1,2 para 1,9 no primeiro caso e 1,3 para 1,9 no segundo. Apenas V11 (% Área com Culturas Forrageiras, Prados Temporários na SAU) mostra uma descida, apesar de mínima. Com efeito o número de explorações com culturas temporárias, a superfície de culturas temporárias a superfície com cereais na SAU e a superfície com Leguminosas e Culturas Industriais têm vindo a diminuir drasticamente em valor absoluto.

Quanto a variáveis com maior CV destaca-se a V5 (% Área com frutos frescos, citrinos, frustos cascas rija, frutos subtropicais / SAU), a V7 (% Área com Vinha / SAU), a V9 (% Área com Leguminosas, Culturas Industriais / SAU) e a V10 (% Área com Batata, Hortícolas / SAU).

Como exemplos de valores máximos e mínimos no RA 2009 (ver ANEXO 8), no que concerne à Área com frutos frescos, citrinos, frustos cascas rija e frutos subtropicais os concelhos de Grândola e Alcácer do SAU situam-se acima dos 13%, enquanto os de Mourão e Barrancos abaixo dos 0,03%. Para a área de vinha registam-se percentagens acima dos 10% em Reguengos de Monsaraz e Borba e abaixo de 1% para mais de metade dos concelhos. Para a área de leguminosas e culturas industriais existe uma grande heterogeneidade com percentagens entre os 8 e os 11 para Ferreira do Alentejo, Beja e Aljustrel, com maioria dos concelhos com percentagem abaixo dos 6 e onze deles não apresentam qualquer área. Na área para cultivo de batatas e hortícolas temos as percentagens mais elevadas em Elvas, Odemira e Campo Maior acima dos 2% e todos os outros concelhos com percentagens inferiores a 1,5 em que doze deles não apresentam qualquer área para estas produções.

Com os menores valores de CV surge claramente a V1 (% Explorações com Culturas Permanentes / Total Explorações) e a V2 (% Explorações com Culturas Temporárias / Total Explorações), o que comprova que existe uma homogeneidade do número destas explorações a toda a região Alentejo. De realçar que as percentagens são mais elevadas para as explorações com culturas permanentes.

Quadro 11: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Produções Vegetais».

Variáveis		V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11
1989	Média	66.92	61.34	11.41	35.42	0.73	9.65	0.98	22.43	3.38	0.91	8.66
	DP	23.28	15.58	8.47	13.53	0.90	7.53	1.79	12.40	4.37	1.09	4.95
	CV	0.35	0.25	0.74	0.38	1.23	0.78	1.83	0.55	1.29	1.20	0.57
1999	Média	70.93	56.53	10.45	28.44	0.43	8.72	1.28	15.94	3.36	0.54	8.41
	DP	19.17	15.50	8.59	12.44	0.61	7.38	2.79	10.20	3.74	0.54	4.87
	CV	0.27	0.27	0.82	0.44	1.42	0.85	2.18	0.64	1.11	1.00	0.58
2009	Média	67.71	40.75	12.27	18.60	1.49	9.04	1.74	8.11	1.30	0.42	8.75
	DP	20.05	18.13	8.61	9.56	2.90	7.35	3.28	6.39	2.50	0.64	4.23
	CV	0.30	0.44	0.70	0.51	1.95	0.81	1.89	0.79	1.92	1.52	0.48

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Nota: DP-Desvio Padrão, CV- Coeficiente de Variação, V-Variável.

2.2.2. Análise Multivariada

2.2.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis

Comparativamente com a Análise em Componentes Principais (ACP) e tomando como referência as três primeiras componentes (Quadro 12), o melhor conjunto de cinco variáveis (Quadro 13) explica maior percentagem de variabilidade global para qualquer dos RA objeto de estudo (para RA 2009 os valores são de 71,14% na ACP e de 85,48% para o conjunto de cinco variáveis). A percentagem de variabilidade explicada foi decrescendo, com exceção na ACP onde se verifica um ligeiro crescimento da segunda componente (CP2).

Para o melhor conjunto de cinco variáveis (quadro y) verifica-se que é idêntico nos RA 1989 e 1999, constituído pelas variáveis V3 - % de Área com Culturas Permanentes, V4 - % de Área com Culturas Temporárias, V6 - % de Área com Olival, V10 - % de Área com Batata e Hortícolas e V11 - % de Área com Culturas Forrageiras e Prados Temporários, enquanto no RA 2009 entram a V5 - % de Área com frutos frescos, citrinos, frutos cascas rija e frutos subtropicais e V7 - % de Área com Vinha, saindo a V6 e a V10.

Quadro 12: Variabilidade das componentes principais, base «Produções Vegetais».

	1989			1999			2009		
	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3
DP	1.99	1.59	1.24	1.98	1.69	1.13	1.94	1.69	1.10
% Var.	36.03	22.94	13.87	35.77	25.97	11.60	34.25	25.96	10.94
% Acum.	36.03	58.97	72.83	35.77	61.74	73.34	34.25	60.21	71.14

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: DP-Desvio Padrão, CP-Componentes Principais

Quadro 13: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Culturas Vegetais».

Variáveis	% Variabilidade		
	1989	1999	2009
3, 4, 6, 10 e 11	82.89	84.64	82.53
3, 4, 5, 7 e 11	79.92	84.20	85.48

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

2.2.2.2. Análise Classificatória Hierárquica

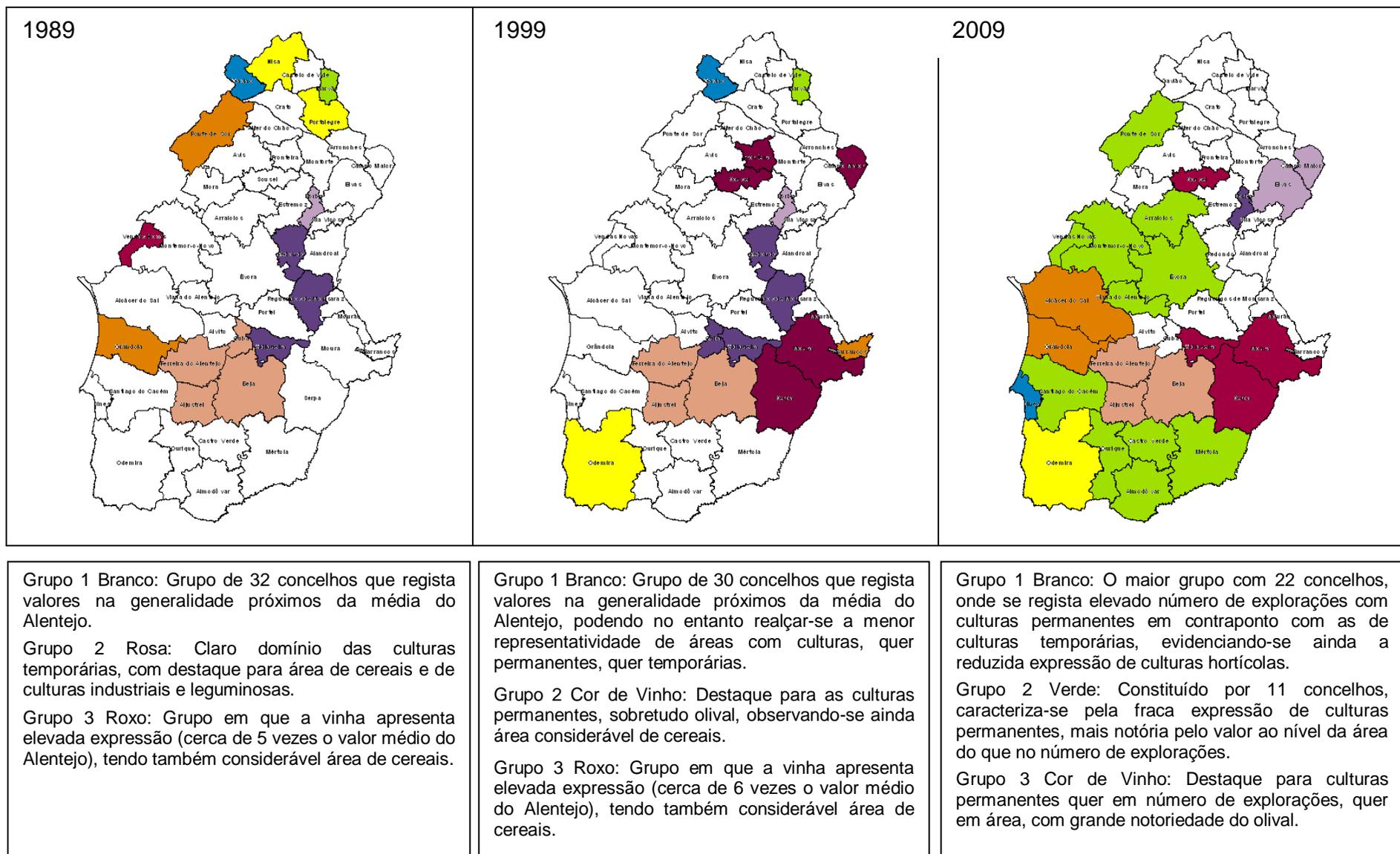
Com base nas análises classificatórias realizadas para cada um dos Recenseamentos Agrícolas objeto de estudo (ver Figura 3) selecionam-se os três principais grupos (considerando o maior número de concelhos ou, no caso de existirem vários grupos iguais, escolhe-se o grupo que apresentar maior área), com o objetivo de evidenciar os pontos fundamentais da evolução entre Recenseamentos Agrícolas.

A nota de maior realce é a forte concentração de concelhos num grupo claramente dominante (Grupo 1) nos RA 1989 (32 concelhos) e RA 1999 (30 concelhos). Este Grupo 1 regista na generalidade das variáveis valores próximos da média do Alentejo, podendo no entanto realçar-se no RA 1999 a menor representatividade de áreas com culturas, quer permanentes, quer temporárias.

Em contraponto, no RA 2009 surgem dois grupos fortemente dominantes, em que apesar da diferença em número de Concelhos (Grupo 1 com 22 concelhos e Grupo 2 com 11), a área representada é relativamente semelhante. As características mais associadas aos Grupos 1, 2 e 3 do RA 2009 estão relacionadas com culturas permanentes: (i) elevada percentagem de EA com culturas permanentes (Grupo 1), (ii) reduzida área com culturas permanentes (Grupo 2) e elevado número de EA e de área com culturas permanentes, com destaque para o olival (Grupo 3).

Retomando os RA 1989 e 1999, os Grupos 2 e 3 de cada RA apresentam características parcialmente afins. Com efeito o Grupo 2 tem em comum a importância em área com cereais, diferindo pelo domínio das culturas temporárias no RA 1989 e das culturas permanentes no RA 1999. Já quanto ao Grupo 3 a semelhança é total, grande importância da vinha, apresentando também área considerável de cereais.

Consultar a média do Alentejo para «Produções Vegetais» base 1989, 1999 e 2009 no ANEXO 6, 7 e 8.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 3: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Culturas Vegetais).

Da análise classificatória referente ao RA 2009 para a base «Culturas Vegetais» e apresentada em mapa na Figura 4 resultaram nove agrupamentos de concelhos, cujas principais características são as seguintes:

GRUPO 1: O maior grupo com 22 concelhos em 2009, onde se regista elevado número de explorações com culturas permanentes em contraponto com as de culturas temporárias, evidenciando-se ainda a reduzida expressão de culturas hortícolas.

GRUPO 2: Constituído por 11 concelhos em 2009, caracteriza-se pela fraca expressão de culturas permanentes, mais notória pelo valor ao nível da área do que no número de explorações.

GRUPO 3: Destaque para culturas permanentes quer em número de explorações, quer em área, com grande notoriedade do olival.

GRUPO 4: Constituído pelo município de Sines, com área quase insignificante de culturas permanentes mas com a mais elevada representatividade em forragens e prados temporários.

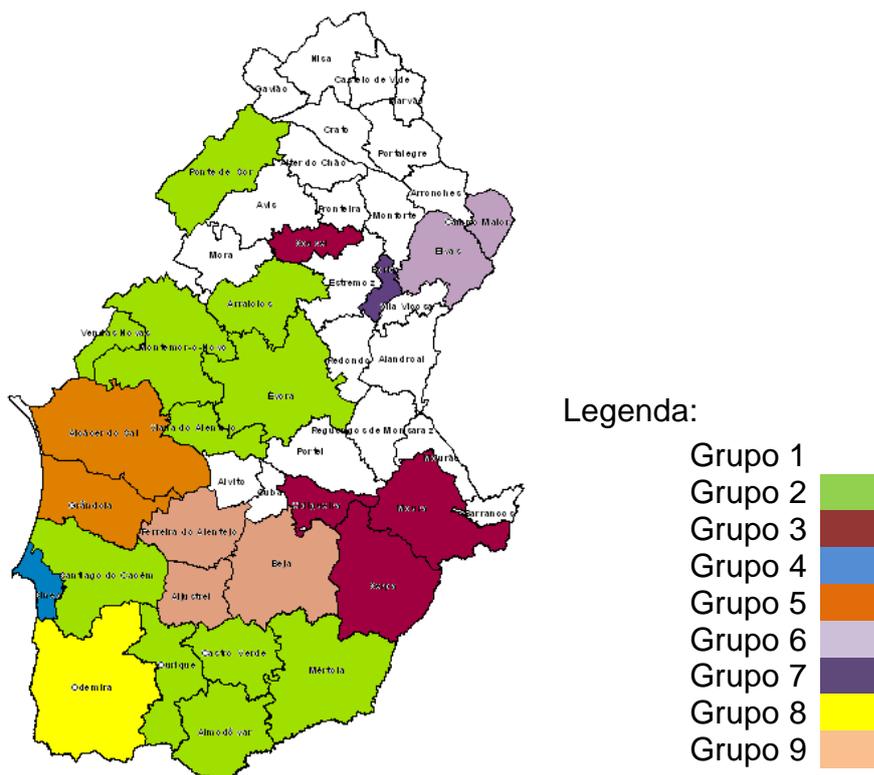
GRUPO 5: Grande destaque para a área de frutos, em contraponto à reduzida expressão de outras culturas permanentes.

GRUPO 6: Os dois concelhos do Alentejo (a par de Odemira) com maior expressão em culturas hortícolas, destacando-se ainda no caso de Campo Maior pela área de olival e de cereais.

GRUPO 7: Maior evidência para culturas permanentes com grande expressão da vinha.

GRUPO 8: O município de Odemira regista valores muito baixos ao nível das culturas permanentes (áreas quase insignificantes em olival e vinha), pela positiva destaca-se a área de hortícolas e também as forragens e prados.

GRUPO 9: Domínio das culturas temporárias, com forte destaque para cereais e leguminosas/culturas industriais.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 4: Análise classificatória «Produções Vegetais» (base 2009).

2.3. Pecuária com Terra

2.3.1. Análise Univariada

Da análise do Quadro 14 observa-se coeficientes de variação (CV) bastante elevados para a generalidade das variáveis, o que mostra que ao nível da pecuária com terra há notória diversidade. Os CV mostram pouca oscilação nos valores dos Recenseamentos Agrícolas, no entanto podem destacar-se as variáveis relacionadas com vacas de aptidão carne (V2, V6 e V10), em que se verifica descida notória de CV entre RA. As variáveis com maior CV no conjunto dos três RA objeto de estudo são a V5 (Nº de vacas leiteiras por ha de SAU), V7 (Nº de CN caprinos por ha de SAU) e V9 (Nº de vacas leiteiras por produtor). Com os menores valores de CV surge a V4 (% de EA com ovelhas e borregas cobertas), a V6 (Nº de vacas aleitantes por ha de SAU), a V8 (Nº de CN ovinos por ha de SAU) e V10 (Nº de

vacas aleitantes por produtor), o que comprova que estas variáveis apresentam valores menos heterogêneos na região Alentejo.

Quanto a valores absolutos o número de vacas leiteiras por ha de SAU sofreu uma descida pouco notória (de 1,50 para 1,08), no entanto o número de vacas leiteiras por produtor aumentou de 11,77 para 97,95 enquanto o número de produtores baixou fortemente. No que concerne à produção de bovinos de aptidão carne regista-se ligeiro aumento na percentagem de EA com a atividade, no entanto é de destacar que quer o encabeçamento relativamente à SAU, quer a dimensão média dos efetivos de vacas aleitantes, foram aumentando de forma contínua e praticamente triplicaram entre 1989 e 2009.

Quanto às atividades de produção de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) não há notas muito importantes a registar, podendo referir-se a relativa redução no número de produtores (sobretudo de caprinos) e no encabeçamento, enquanto a dimensão média dos efetivos apresenta algum acréscimo.

Para exemplo de valores máximos e mínimos no RA 2009 (ver ANEXO 11), no que concerne ao número de vacas leiteiras por ha de SAU são os concelhos de Redondo, Campo Maior e Odemira que têm maior percentagem, acima dos 4,5%, sendo os outros concelhos muito heterogêneos com valores desde 3% até 0%. Quanto ao número de CN caprinos por ha de SAU os máximos estão em Portalegre que apresenta 25,88 CN e Marvão 22,48 CN, quanto a mínimos são o concelho de Sousel e Campo Maior que apresentam somente 0,17 e 0,15 CN respetivamente.

Quadro 14: Média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da base «Pecuária com Terra».

Variáveis	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	
1989	Média	5.81	9.50	10.70	29.26	1.50	5.59	7.30	62.49	11.77	33.63	29.83	94.32
	DP	4.65	8.74	8.76	10.38	1.53	3.39	7.31	18.64	11.29	19.69	22.38	45.12
	CV	0.80	0.92	0.82	0.35	1.02	0.61	1.00	0.30	0.96	0.59	0.75	0.48
1999	Média	1.88	11.81	10.14	32.62	1.19	10.98	6.46	64.90	36.53	66.43	29.09	116.33
	DP	1.94	8.77	7.56	11.90	1.36	5.42	7.23	27.36	46.80	38.84	16.02*	53.58
	CV	1.03	0.74	0.75	0.36	1.14	0.49	1.12	0.42	1.28	0.58	0.55	0.46
2009	Média	0.62	12.96	7.49	27.79	1.08	15.97	5.26	48.12	97.95	92.06	38.82	113.48
	DP	0.50	8.42	4.72	10.38	1.28	6.30	5.28	20.30	115.26	34.11	23.77	51.19
	CV	0.81	0.65	0.63	0.37	1.19	0.39	1.00	0.42	1.18	0.37	0.61	0.45

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Nota: DP-Desvio Padrão, CV- Coeficiente de Variação, V-Variável.

2.3.2. Análise Multivariada

2.3.2.1. ACP e Melhor Conjunto de Variáveis

Comparativamente com a Análise em Componentes Principais (ACP) e tomando como referência as três primeiras componentes (Quadro 15), o melhor conjunto de cinco variáveis (Quadro 16) explica maior percentagem de variabilidade global para qualquer dos RA objeto de estudo (para RA 2009 os valores são de 59,70% na ACP e de 73% para o melhor conjunto de cinco variáveis).

Para o melhor conjunto de cinco variáveis verifica-se uma grande variação das variáveis ao longo dos Recenseamentos Agrícolas (Quadro 16).

Em 1989 o conjunto é constituído pela V1 - % de EA com vacas leiteiras, V3 - % de EA com cabras e chibas cobertas, V4 - % de EA com ovelhas e borregas cobertas, V6 - número de vacas aleitantes por ha de SAU e V9 - número de vacas leiteiras por produtor.

Em 1999 as variáveis 4 e 6 mantem-se e associam-se a este conjunto a V5 - número de vacas leiteiras por ha de SAU, V7 - número de CN caprinos por ha de SAU e V11 – número de CN de cabras e chibas por produtor.

Em 2009 são as variáveis 5, 7 e 11 que se mantem inalteradas sendo as outras duas a V2 - % de EA com vacas aleitantes e V8 - numero de CN ovinos por ha de SAU.

Pode-se concluir que inicialmente (1989) eram as variáveis de % de EA das diferentes espécies pecuárias que formavam maioritariamente o grupo das cinco melhores variáveis passando, em 2009, a ser as variáveis de número de CN das diferentes espécies por ha de SAU que maioritariamente representam o grupo das cinco melhores variáveis.

Quadro 15: Variabilidade das componentes principais, base «Pecuária com Terra».

	1989			1999			2009		
	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3	CP1	CP2	CP3
DP	1.87	1.51	1.31	1.72	1.45	1.39	1.71	1.53	1.37
% Var.	29.05	18.94	14.35	24.60	17.51	16.07	24.37	19.63	15.70
% Acum.	29.04	47.98	62.33	24.60	42.11	58.18	24.37	44.00	59.70

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: DP-Desvio Padrão, CP-Componentes Principais

Quadro 16: Melhor conjunto de cinco variáveis e respetiva variabilidade global, base «Pecuária com Terra».

Variáveis	% Variabilidade		
	1989	1999	2009
1, 3, 4, 6 e 9	72.44	70.45	67.76
4, 5, 6, 7 e 11	70.26	73.25	71.99
2, 5, 7, 8 e 11	70.36	70.64	73.00

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

2.3.2.2. Análise Classificatória Hierárquica

Com base nas análises classificatórias realizadas para cada um dos Recenseamentos Agrícolas objeto de estudo (ver Figura 5) selecionam-se os três principais grupos (considerando o maior número de concelhos ou, no caso de existirem vários grupos iguais, escolhe-se o grupo que apresentar maior área), com o objetivo de evidenciar os pontos fundamentais da evolução entre Recenseamentos Agrícolas.

Em qualquer dos RA observa-se um grupo dominante com forte concentração de concelhos (Grupo 1, marcado a branco, com 33 concelhos em 1989, 20 concelhos em 1999 e 30 concelhos em 2009), não existe quase nada a realçar visto que os valores encontram-se muito próximos da média para cada uma das variáveis estudadas, excetuando-se os bovinos de aptidão leite que em 1999 registaram encabeçamento, número de produtores e efetivo por produtor com níveis mais baixos.

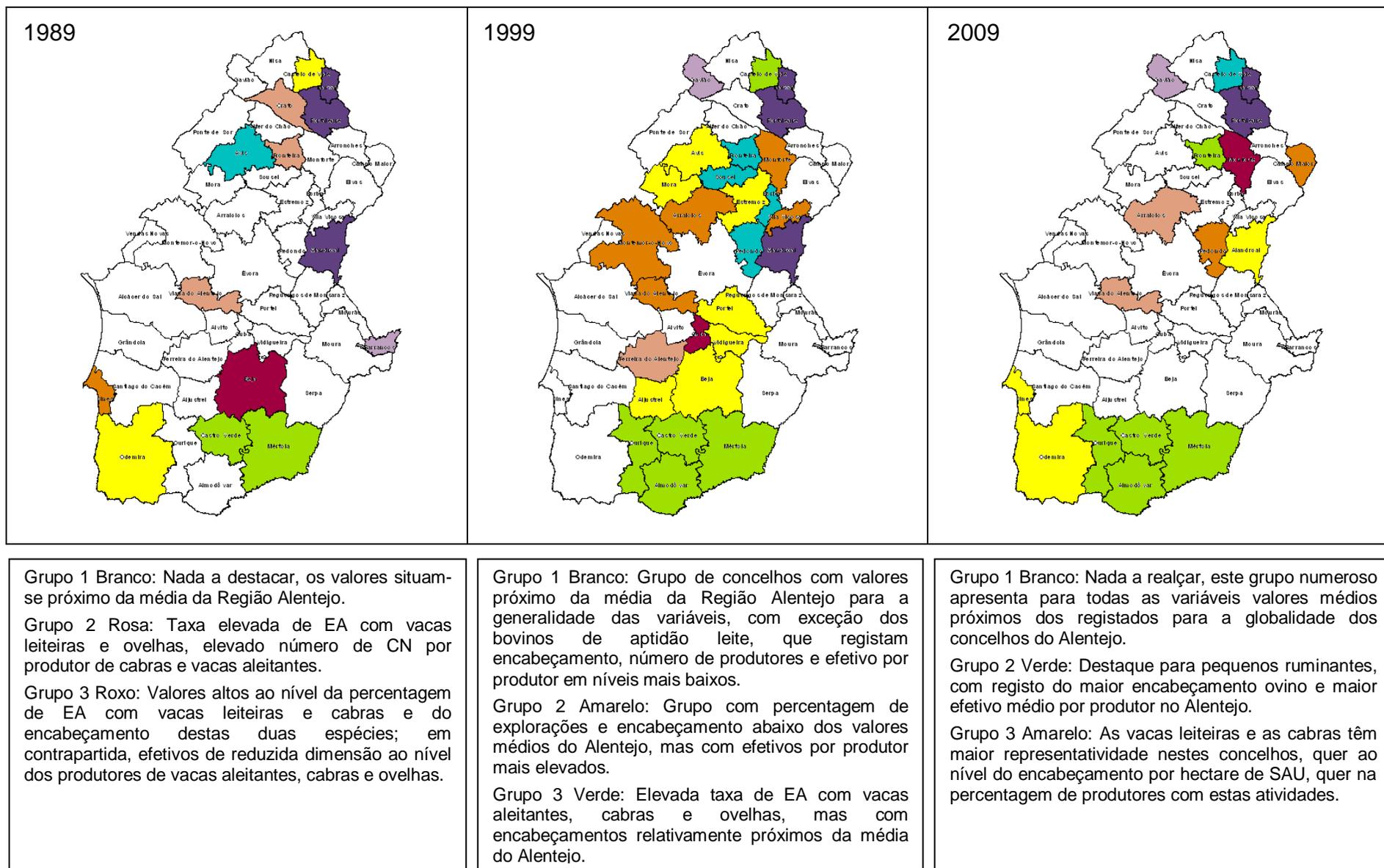
Para o Grupo 2 (marcado na Figura 6 a cor-de-rosa em 1989 e a amarelo para os restantes RA), verificou-se que existem alterações significativas quanto as suas características sendo que em 1989 destacava-se a taxa elevada de EA com vacas leiteiras e ovelhas e o elevado número de CN por produtor de cabras e vacas aleitantes, em 1999 a percentagem de EA e encabeçamento abaixo dos valores médios do Alentejo, mas com efetivo por produtor mais elevados e em 2009, como já foi referido anteriormente, são as vacas leiteiras e as cabras que têm maior representatividade nestes concelhos, quer ao nível do encabeçamento por ha de SAU, quer na percentagem de produtores com estas atividades.

Para o Grupo 3, (marcado na Figura 6 a roxo em 1989 e a verde para os restantes RA), inicialmente os valores eram altos ao nível da percentagem de EA com vacas

leiteiras e cabras, em 1999 destaca-se os valores mais altos para EA com vacas aleitantes, cabras e ovelhas e em 2009 o destaque é efetivamente par os pequenos ruminantes com registo de maior encabeçamento de ovinos e maior efetivo por produtor.

Repare-se que em 1989 os valores eram altos para o encabeçamento de vacas leiteiras e cabras e em 1999 estes valores começam a aproximar-se da média do Alentejo.

Consultar a média do Alentejo para «Pecuária com Terra» a base 1989, 1999 e 2009 no ANEXO 9, 10 e 11.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 5: Conjuntos resultantes da análise classificatória (base Pecuária com Terra).

Da análise classificatória referente ao RA 2009 para a base «Pecuária com Terra» e apresentada em mapa na Figura 6 resultaram nove agrupamentos de concelhos, cujas principais características são as seguintes:

Grupo 1: Nada a realçar, este grande grupo (30 concelhos) apresenta para todas as variáveis valores médios próximos dos registados para a globalidade dos concelhos do Alentejo.

Grupo 2: As vacas leiteiras e as cabras têm maior representatividade nestes concelhos, quer ao nível do encabeçamento por ha de SAU, quer na percentagem de produtores com estas atividades.

Grupo 3: Destaque para pequenos ruminantes, com registo do maior encabeçamento ovino e maior efetivo médio por produtor no Alentejo.

Grupo 4: Elevado número de EA com vacas aleitantes e cabras, mas com efetivos de dimensão inferior à média do Alentejo.

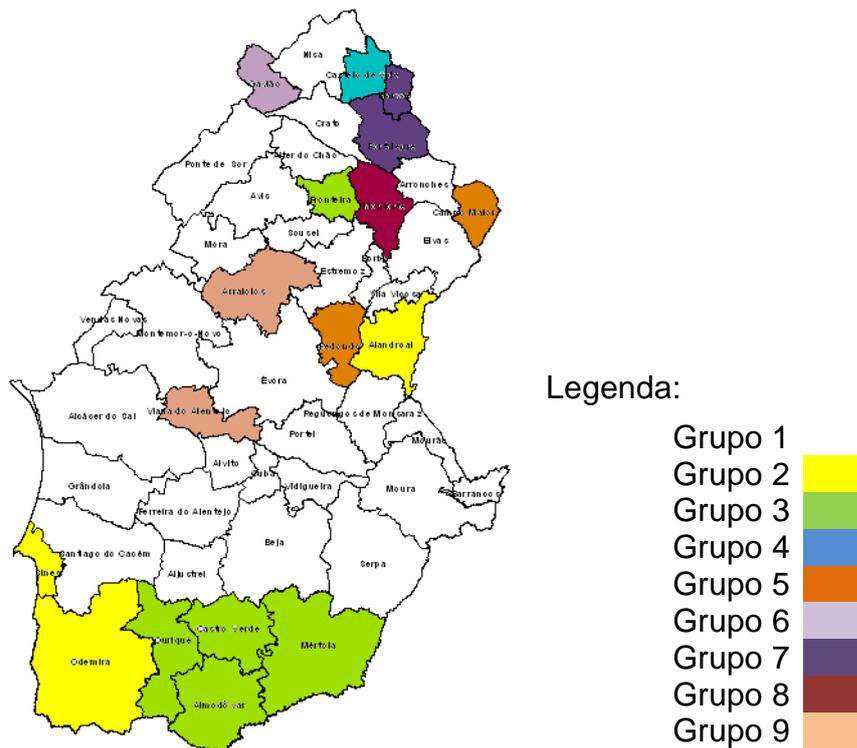
Grupo 5: Taxas baixas de EA com pecuária; grupo com maior encabeçamento de vacas leiteiras, concentrado em efetivos de grande dimensão em CN.

Grupo 6: Município com fraca expressão ao nível da pecuária; de realçar a alta percentagem de EA com cabras e relativamente elevado nível de encabeçamento, mas com efetivos de pequena dimensão.

Grupo 7: Tal como no Grupo 5 evidenciam-se os caprinos e ovinos, neste caso com destaque para o muito elevado encabeçamento de caprinos.

Grupo 8: Município do Alentejo com maior % de EA com vacas aleitantes e maior encabeçamento, apresentando também efetivo médio de vacas por produtor bastante elevado.

Grupo 9: Efetivos médios por produtor relativamente elevados (mais evidente em vacas leiteiras e caprinos); alta % de EA com ovelhas e vacas aleitantes.



Fonte: elaborado pela autora a partir do output do SPSS.

Figura 6: Análise classificatória «Pecuária com Terra» (base 2009).

2.4. Índice Multivariado RV

Da interpretação do Quadro 17 conclui-se que as maiores variações para as variáveis da base «Explorações Agrícolas» ocorreram entre 1999 e 2009, o que significa que as mudanças da PAC, certamente com destaque para a Reforma de 2003, terá contribuído mais fortemente do que a Reforma da PAC de 1992 para a alteração desta base de variáveis de natureza mais estrutural.

Quadro 17: Análise de dados multivariados, base «Explorações Agrícolas».

Coeficiente RV		
1989 e 1999	1999 e 2009	1989 e 2009
0.7482842	0.7212718	0.6782985

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: RV = 0 significa que em termos globais tudo se alterou.
RV = 1 significa que em termos globais nada se alterou.

Também do Quadro 18 relativo à base de variáveis no âmbito das atividades vegetais se depreende maior modificação no período entre 1999 e 2009 do que no decênio anterior.

Quadro 18: Análise de dados multivariados, base «Produções Vegetais».

Coefficiente RV		
1989 e 1999	1999 e 2009	1989 e 2009
0.8792163	0.7650383	0.718727

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: RV = 0 significa que em termos globais tudo se alterou.
RV = 1 significa que em termos globais nada se alterou.

Tal como nos quadros respeitantes às bases de dados anteriores, também em “Pecuária com Terra” as mudanças entre RA 1999 e 2009 são mais marcantes (Quadro 19).

Quadro 19: Análise de dados multivariados, base «Pecuária com Terra»

Coefficiente RV		
1989 e 1999	1999 e 2009	1989 e 2009
0.7159482	0.6845668	0.6172922

Fonte: elaborado pela autora a partir do output do R.

Nota: RV = 0 significa que em termos globais tudo se alterou.
RV = 1 significa que em termos globais nada se alterou.

Comparando resultados do coeficiente RV entre as três bases de dados analisadas conclui-se que as maiores alterações surgem notoriamente na base “Pecuária com Terra” (entre 1989 e 2009 com Coeficiente RV de 0,617), em segundo lugar a base “Explorações Agrícolas (Coeficiente RV de 0,678) e a distância mais curta a base “Culturas Vegetais” (Coeficiente RV de 0,719).

Os valores de coeficiente RV entre RA acompanham sempre a tendência anterior, com a base “Pecuária com Terra” apresentando os dois valores mais baixos (0,684 e 0,716), seguido da base “Explorações Agrícolas” (0,721 e 0,748) e com menores alterações e conseqüentemente RV mais alto a base “Culturas Vegetais” (0,765 e 0,879).

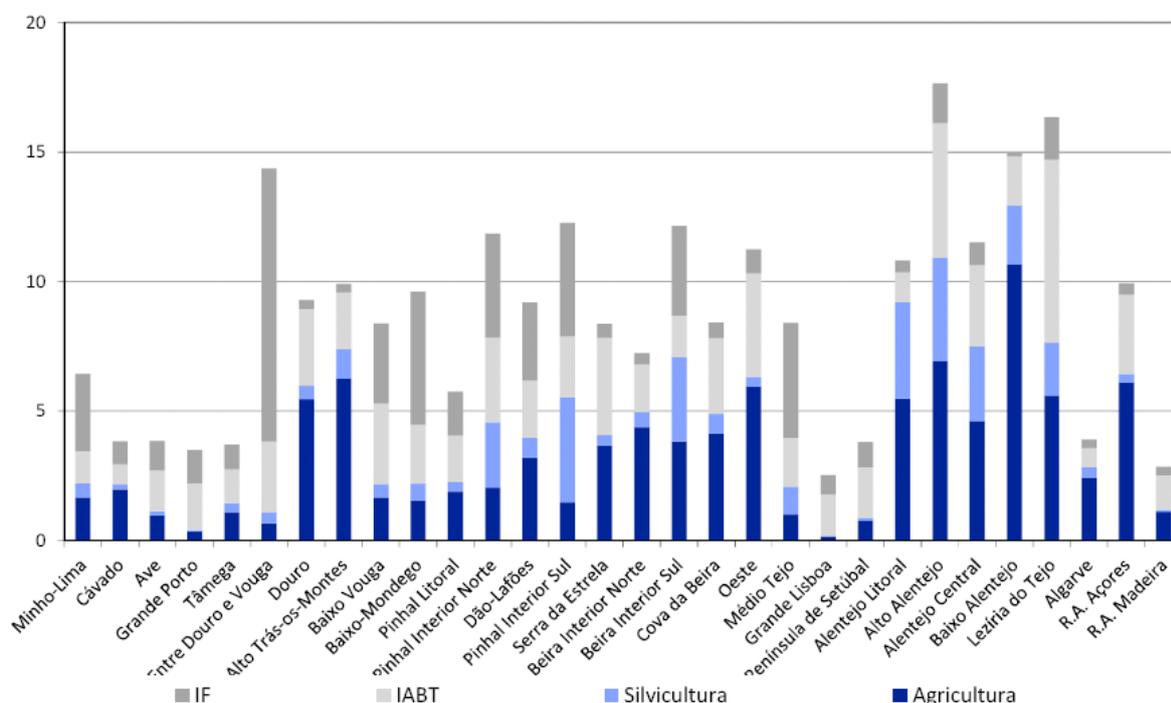
CAPITULO IV

Região Alentejo e PAC pós 2013.

1. Alguns Dados Sobre a Situação do País e do Alentejo

1.1. Valor da Produção e Trabalho no Complexo Agroflorestal (CAF)

O Alto Alentejo representa 18% do CAF e é nas sub-regiões Alentejanas que predominam as atividades primárias (Gráfico 78). No Entre Douro e Vouga é a indústria florestal a principal geradora de produto agroflorestal. O Baixo Alentejo encontra-se mais direcionado para a agricultura e o Alto Alentejo para a indústria alimentar, bebidas e tabaco. Grande parte da Silvicultura encontra-se nas sub-regiões Alentejanas, sendo que Pinhal Interior Sul, também, tem grande representatividade neste sector.



Fonte: GPP (2012), a partir de contas regionais INE

Nota:

IF – Indústria transformadoras de produtos florestais

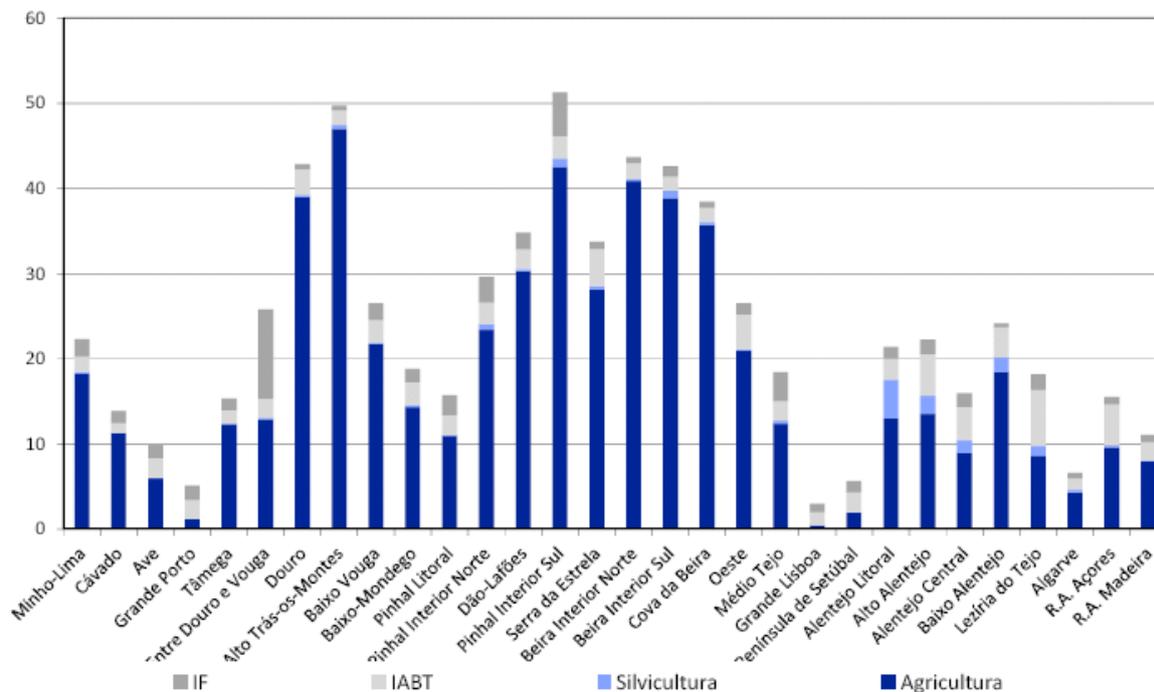
IABT – Indústrias alimentares, bebidas e tabaco

Gráfico 78: Peso do VAB⁷ do CAF na economia - NUT III (%)

Apesar das taxas elevadas na produção, na região do Alentejo, a empregabilidade é reduzida apresentando valores abaixo dos 25% comparativamente com sub-regiões

⁷VAB – VALOR ACRESCENTADO BRUTO - Resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio.

que se encontram próximo ou acima dos 50% (Gráfico 79). É no sector agrícola que mais oferta de emprego se verifica, sendo mais elevado no Baixo Alentejo, seguindo-se a silvicultura.



Fonte: GPP (2012), a partir de contas regionais INE

Nota:

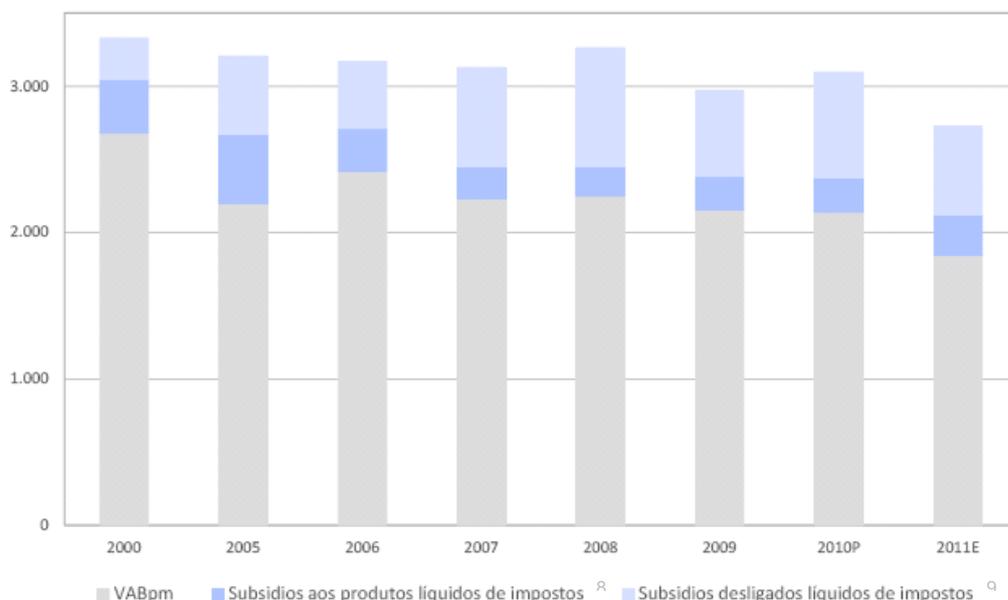
IF – Indústria transformadoras de produtos florestais

IABT – Indústrias alimentares, bebidas e tabaco

Gráfico 79: Peso do emprego do CAF na economia - NUT III (%)

O valor da produção tem vindo a cair ao longo do tempo (Gráfico 80) e isso reflete-se no rendimento líquidos das empresas comparativamente com outros estados membros (Gráfico 81), Portugal ocupava o 4º lugar em 1999 descendo para 9º em 2012 no grupo dos 12 países iniciais da UE. Relativamente a Portugal o Gráfico 82 representa bem as descidas que se têm feito sentir. Inicialmente a adesão à UE levou a um aumento do rendimento líquido das empresas agrícolas mas com a entrada de novos países e as medidas da PAC este foi baixando.

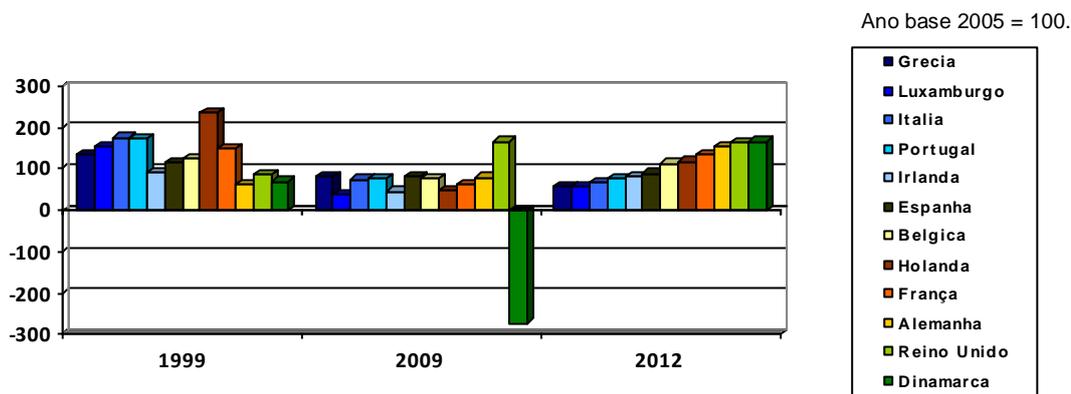
A introdução do RPU a partir de 2005, em substituição de ajudas diretas, foi o factor determinante do forte crescimento dos subsídios desligados e da redução dos subsídios aos produtos, com os correspondentes efeitos no aumento do peso dos primeiros e na redução do peso dos segundos no VAB_{cf} , bem visível no Gráfico 80.



Fonte: GPP (2012) a partir de contas económicas da agricultura (Base 2006), INE

Notas: VAB_{pm} - Valor Acrescentado Bruto a Preços De Mercado¹⁰
 VAB_{cf} - Valor Acrescentado Bruto a Custo De Fatores¹¹

Gráfico 80: Composição e evolução do VAB_{CF}, preços correntes (milhões de euros)



Fonte: elaborado pela autora a partir do EUROSTAT

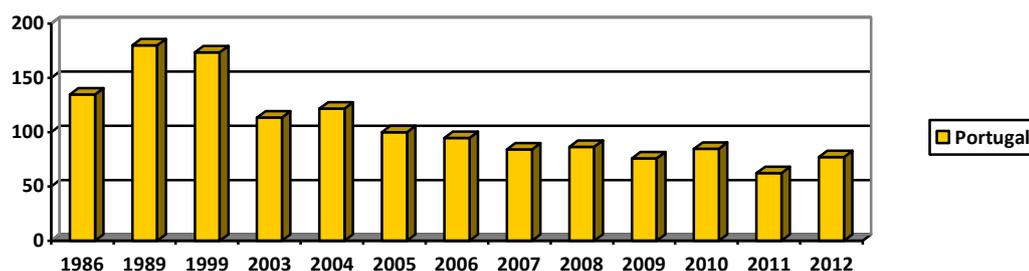
Gráfico 81: Rendimento líquido das empresas agrícolas dos doze Estados Membros.

⁸ **Subsídios aos produtos**, englobam as ajudas ligadas a produções específicas, consideram-se entre outros, os pagamentos aos produtores de cereais, os pagamentos aos ovinos e bovinos e as ajudas a produção de azeite.

⁹ **Subsídios desligados**, consideram-se os subsídios de que as unidades produtoras beneficiam devido as suas atividades de produção, mas que não são ligados nem a produções específicas nem ao volume da produção. Incluem, por exemplo, o regime de pagamento único (RPU), as bonificações de juros, as ajudas as retiradas de terras, as indemnizações compensatórias e as medidas agroambientais.

¹⁰ **VAB_{pm}** - Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado. Os preços de mercado resultam do confronto entre a oferta e a procura, mas refletem igualmente medidas de política como barreiras alfandegárias, incluindo tarifas, quotas de produção, intervenção, etc.

¹¹ **VAB_{cf}** - Valor Acrescentado Bruto a Custo de Fatores. A valorização a custo de fatores inclui o preço de mercado, os subsídios aos produtos (preços base) e os subsídios desligados da produção, de que são exemplos, o regime de pagamento único (RPU), as bonificações de juros, as ajudas as retiradas de terras, as indemnizações compensatórias e os pagamentos no âmbito das medidas agroambientais.



Fonte: elaborado pela autora a partir do EUROSTAT

Gráfico 82: Evolução do rendimento líquido das empresas agrícolas em Portugal.

1.2. Produto Interno Bruto e Valor Acrescentado Bruto

Segundo CCDR (2013), na última década, a Região Alentejo tem acompanhado a evolução dos ciclos de crescimento da economia nacional, representando o Produto Interno Bruto (PIB) e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) regionais cerca de 6,5% do total nacional.

O Produto Interno Bruto do Alentejo, na ordem de 11 mil milhões de euros em 2011, acompanhou, de forma relativamente próxima, os ciclos de crescimento da economia nacional.

O nível de vida regional, aferido pelo PIB *per capita* a preços correntes é inferior à médias europeia e nacional, registando entre 2000 e 2011 um crescimento real ligeiramente negativo, quando ponderado pelo impacto do Índice de Preços no Consumidor (IPC).

Por outro lado, é de salientar que numa perspetiva intra-regional, se verificam algumas disparidades ao nível das NUT III, evidenciando o Alentejo Litoral um PIB per capita superior à média nacional, contrastando com o posicionamento relativo das restantes sub-regiões do Alentejo.

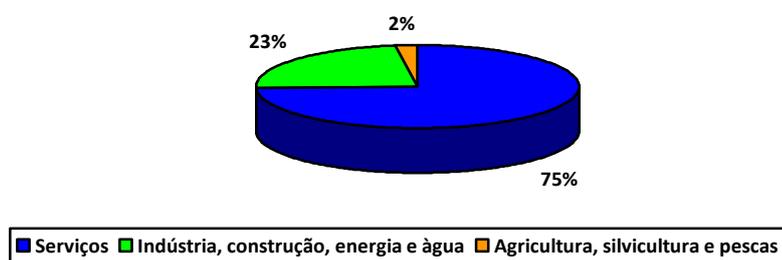
No que se refere ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Alentejo, o mesmo ascendeu a cerca de 9,7 mil milhões de euros em 2011, representando (tal como no PIB) 6,5% do total nacional.

A estrutura setorial do VAB tem sofrido uma transformação consistente do tecido económico produtivo regional, marcada pela perda de peso do setor da agricultura, florestas e pescas e por um crescimento do peso do setor dos serviços. Uma particularidade do Alentejo prende-se com o facto de a indústria manter o seu peso

na estrutura regional, com o VAB Industrial a crescer mais rapidamente que o total nacional.

A análise sub-regional da evolução do VAB no Alentejo permite evidenciar o crescimento mais rápido do Alentejo Litoral (mesmo relativamente ao crescimento do conjunto da economia portuguesa) e as piores performances relativas do Alto e do Baixo Alentejo.

Em comparação com os outros sectores da economia a agricultura, silvicultura e pescas contribuem com a menos fatia para o VAB (Gráfico 83).



Fonte: GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego

Nota: VAB – Valor Acrescentado Bruto

Gráfico 83: Distribuição do VAB - 2012

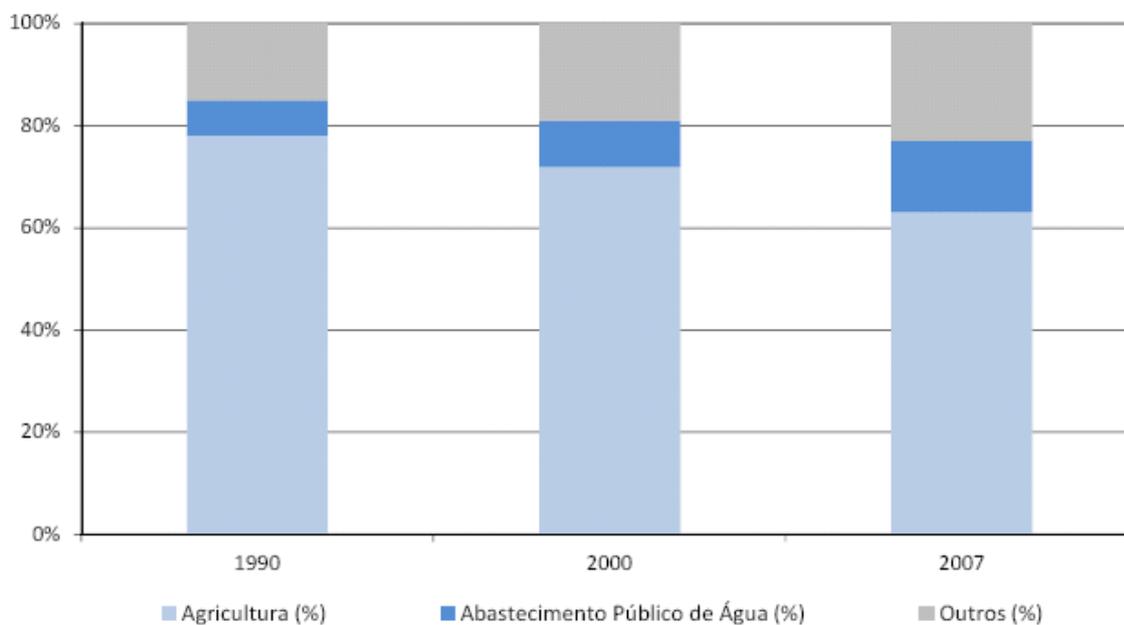
1.3. Qualidade de Vida e Ambiental

Segundo CCDR (2013), o Alentejo ocupa a sua melhor posição regional ao nível da dimensão “Coesão”, a qual nos permite, de uma forma geral, aferir a qualidade de vida das populações, e é também nesta componente que se tem verificado uma melhoria da sua posição relativa, ultrapassando os níveis médios de qualidade de vida do país. O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) permite-nos também assumir a posição de afirmação do Alentejo em termos de qualidade ambiental, sendo que num quadro de elevados padrões nacionais, a Região detém neste indicador uma importante valia.

Outro factor de importância para o equilíbrio ecológico é a ocupação do território com atividades agrícolas e florestais evitando, segundo GPP (2012) a suscetibilidade à desertificação que existe em 37% do território, sobretudo no sul, interior centro e norte, com tendência a agravar-se face aos cenários de alteração climática previsíveis para a região mediterrânica.

Outros factores de extrema importância no impacto ambiental são o consumo de água, energia e a produção de gases de efeito de estufa na agricultura. Segundo dados do GPP (2012) pode-se observar pelo Gráfico 84 a distribuição do consumo de água em três anos de referência (1990, 2000 e 2007) e concluir-se que é nas atividades agrícolas em que o consumo é maior, vindo a verificar-se descidas. Para o abastecimento público e outros começa a existir uma maior taxa de consumo.

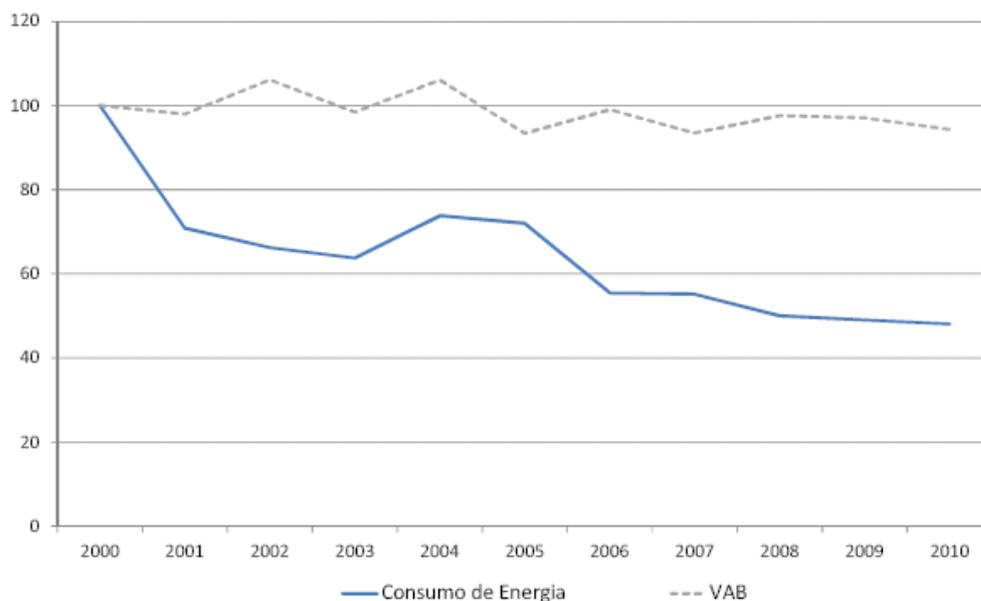
As estratégias para abastecimento de água nas explorações é um dos factores que contribui para este decréscimo, nomeadamente furos naturais e barragens mas também a preferência pelas culturas de sequeiro. Futuramente a continuação de pontos de retenção de água, como a Barragem do Alqueva, poderá trazer grandes benefícios e alterações à agricultura portuguesa.



Fonte: GPP (2012) a partir de INAG 2010

Gráfico 84: Consumo de água

Do mesmo autor o consumo de energia na agricultura tem vindo a diminuir (Gráfico 85), poder-se-á pressupor que a aquisição de estruturas de suporte à produção de energias renováveis tem surtido efeito e que cada vez mais será uma opção rentável para as explorações agrícolas.



Fonte: GPP (2012) a partir de Eurostat e CEA, INE.

Nota: VAB – Valor Acrescentado Bruto

Gráfico 85: Consumo de Final de Energia na Agricultura e VAB Agrícola, em Volume

Quantos à emissão de gases de efeito de estufa o Protocolo de Quioto refere os gases cujas emissões devem ser reduzidas:

- CO₂ - Dióxido de Carbono
- CH₄ - Metano
- N₂O - Óxido Nitroso
- CFCs - Clorofluorcarbonetos
- HFCs - Hidrofluorcarbonetos
- Cs - Perfluorcarbonetos
- SF₆ - Hexafluoreto de Enxofre

Tem-se verificado um esforço na diminuição destes gases. No sector agrícola foi onde mais se fez sentir esta diminuição e muito se deve ao facto do aumento das áreas de pastagem e pecuária ao extensivo, generalização de práticas mais sustentáveis em termos ambientais (produção biológica, produção integrada, sementeira direta e mobilização mínima), diminuição da utilização de fertilizantes sintéticos e as medidas de política aplicadas pela PAC (PAULINO, 2009).

2. Mudanças e Estratégias para o Alentejo

As mudanças e estratégias para o desenvolvimento da região Alentejo é tema que há muito se discute e tenta-se encontrar soluções eficazes.

Como já foi referido a PAC não está ajustada à realidade portuguesas, as diferentes reformas já são mais que suficientes para agricultores, associações e até o próprio Governo ter tomado consciência de que Portugal necessita de uma PAC específica para o país e para as diferentes regiões. Portugal deveria ser um país dedicado à agricultura, autossuficiente e exportador de produtos característico do país e de alta qualidade. Queremos defender uma Europa dos povos, das regiões, que seja o reflexo de cada país (CARDOSO, 2003).

Sendo um país com a qualidade e quantidade de terras que possui como foi possível aceitar uma política que obrigou os agricultores a diminuírem as suas terras aráveis para beneficiarem das ajudas comunitárias com a adesão à UE.

Onde esta a igualdade quando mais de 300 000 euros por exploração recebem 100 beneficiários do INGA, num horizonte de 270 000 agricultores que anualmente se candidatam.

Na região Alentejo 52% das ajudas vão para menos de 5% dos agricultores.

Segundo PIRATA (2003), uma estratégia importante é o associativismo na organização da produção e sua comercialização. Cada vez mais as pequenas e médias explorações vão deixando de existir, em meados de 80 a pequena e média agricultura familiar era responsável por 50% da produção agrícola nacional, era a base de sustentação económica de centenas de milhares de agricultores e o equilíbrio do tecido rural mantinha-se. O associativismo permite que os agricultores tenham um local de apoio para exercer as suas atividades agrícolas, pedindo aconselhamento profissional para o tipo de cultura a praticar, ter ao seu dispor ferramentas para as realizar e terem um local onde se dirigir para apresentar os seus produtos e fazer escoamento deles.

Segundo ANUÁRIO AGRÍCOLA (2012), numa economia em recessão, com uma acentuada contração da procura interna e com um *deficit* externo significativo, a opção de dar um forte estímulo político e económico às exportações de produtos alimentares portugueses e à internacionalização progressiva das empresas do setor, revela-se como estratégica numa visão de médio e longo prazo e crítica numa perspetiva, a curto prazo, de combater a diminuição de oportunidades do mercado

interno. Tendo em consideração o elevado nível de industrialização dos produtos consumidos e a reconhecida concentração da distribuição, a aposta no aumento da capacitação das empresas agroalimentares e da abertura dos mercados externos, transporta efeitos muito positivos para a agricultura portuguesa a qual, não tendo possibilidade de ser exportadora líquida e competitiva de matérias-primas, pode, todavia, ser uma fonte preferencial da indústria alimentar, designadamente a de primeira transformação qualificando a oferta e criando novas oportunidades de investimento e modernização.

Segundo GPP (2012), como corolário do contexto económico do sector e dos objetivos e medidas identificadas como prioritárias pelas entidades inquiridas, a visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural nacional, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural e no contexto de convergência com a UE27, pretende orientar para:

A AUTOSUFICIÊNCIA, EM VALOR, DO SETOR AGRO-ALIMENTAR EM 2020 PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE DE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Segundo GPP (s.d.), no plano externo, Portugal continuará a contribuir, juntamente com os parceiros europeus, na procura dos consensos que permitam que a PAC possa assegurar as funções que lhe são exigidas.

No plano nacional, assegurar-se-á que os instrumentos de política contribuam para o aumento do valor gerado pelo sector agrícola, florestal e agro-industrial em todo o território nacional, que contribuam para a coesão e equidade sociais, que assegurem, nomeadamente, a continuidade na produção de bens ambientais e na mitigação das alterações climáticas e da desertificação.

Segundo AGRO.GES (2011), são três os principais objetivos propostos pela CE para a PAC pós-2013:

- Promover a viabilidade da produção de bens alimentares.
- Promover uma gestão sustentável dos recursos naturais e a estabilidade climática.
- Promover um desenvolvimento territorial equilibrado.

Para assegurar uma concretização destes objetivos, a futura PAC deverá, de acordo com as propostas da CE, ser capaz de contribuir para:

- Uma regulação mais eficaz dos mercados agrícolas de forma a assegurar uma maior estabilidade dos preços e rendimentos agrícolas e um reforço da posição dos produtores agrícolas nas respetivas fileiras agroalimentares;
- A adoção de um sistema de pagamentos diretos aos produtores mais equitativos e com maior legitimidade social;
- O reforço e simplificação dos apoios às práticas agrícolas e aos sistemas de agricultura fornecedores de bens públicos ambientais;
- A promoção da inovação e da competitividade agrícola e florestal, com especial relevo para o combate às alterações climáticas;
- Uma maior eficácia e melhor articulação a nível comunitário do apoio ao desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais.

No que diz respeito ao sistema de pagamentos diretos aos produtores, as propostas da CE apontam para a necessidade de se proceder à sua alteração de forma a assegurar, simultaneamente, a sua equitativa repartição entre estados membros e dentro de cada estado membro e uma maior legitimidade social. Neste contexto, as propostas de reforma apresentadas estão orientadas para (Quadro 20):

Quadro 20: Sistema de pagamentos diretos à produção do 1º Pilar da PAC

<p>PAC Atual</p> <p>Pagamentos diretos ligados à produção (PLP). Regime de Pagamento Único (RPU)</p>	<p>PAC pós- 2013</p> <p>Pagamento Base de apoio ao rendimento (PB). Pagamento Verde (PV). Pagamentos específicos aos produtores em zonas desfavoráveis naturais (PZDN). Apoio aos pequenos agricultores (APA). Ajudas aos jovens agricultores (AJA). Possibilidade de manutenção dos pagamentos ligados à produção. Pagamentos sujeitos a ecocondicionalidade e a tecto máximo por exploração.</p>
<p>↓</p> <p>Pagamentos baseados em valores históricos, desigualdade entre e dentro de estados membros.</p>	<p>↓</p> <p>Pagamentos baseados numa repartição mais equitativa entre e dentro de estados membros.</p>

Fonte: AGRO.GES (2011)

Quanto aos instrumentos de política propostos no âmbito do 2º Pilar da PAC, são definidas seis prioridades futuras (Quadro 21), para substituir os atuais três eixos estratégicos, baseados em medidas orientadas para a promoção da competitividade e da inovação em geral e relacionadas com o combate às alterações climáticas em particular, para o reforço dos apoios às práticas agrícolas e sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais orientadas para o fornecimento de bens públicos ambientais e para as ações de âmbito agrícola e não-agrícola visando o reforço da vitalidade das zonas rurais.

Quadro 21: Prioridades definidas para as políticas de desenvolvimento rural (2º Pilar da PAC).

- Favorecer a transferência de conhecimentos na agricultura e na floresta.
- Reforçar a competitividade de todos os tipos de agriculturas e a viabilidade económica do setor agrícola.
- Promover a organização da cadeia alimentar e a gestão de riscos nos mercados agrícolas.
- Preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da floresta.
- Encorajar uma utilização eficiente dos recursos naturais e uma transição adequada para uma economia de baixo carbono.
- Responder às necessidades de emprego e ao desenvolvimento das zonas rurais.

Fonte: AGRO.GES (2011)

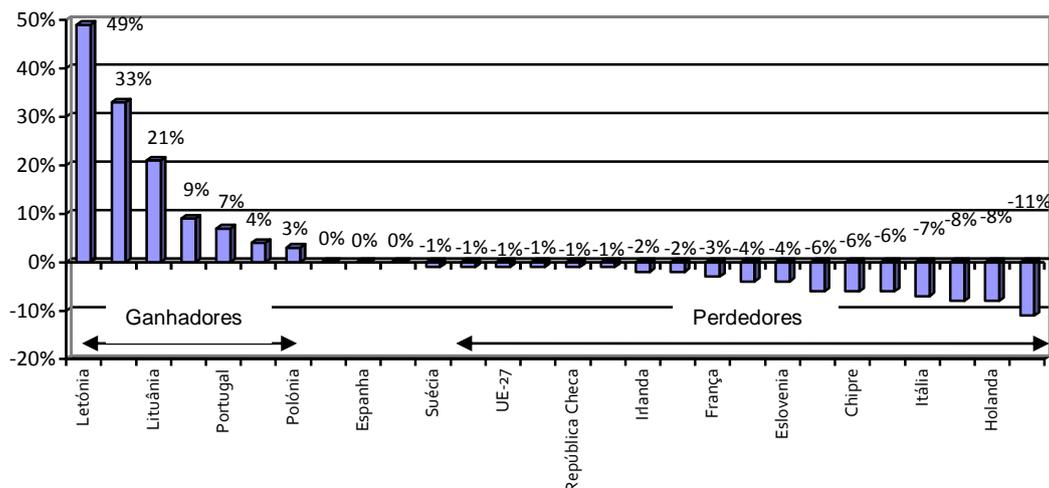
Segundo AGRO.GES (2011), o novo sistema de pagamentos diretos aos produtores (PDP), propostos pela CE para o período 2014-2020, do 1º Pilar proposto pela CE para o período 2014-20 tem os dois seguintes principais objetivos:

- Substituir o modelo histórico em vigor de repartição dos pagamentos diretos aos produtores (RPU e PLP), por um modelo mais equitativo de repartição entre Estados Membros e dentro de cada Estado Membro dos pagamentos diretos aos produtores;
- Assegurar uma maior legitimidade económica, ambiental e social para o novo sistema de pagamentos diretos aos produtores.

O modelo de convergência em causa baseia-se numa classificação dos 27 Estados Membros de acordo com os respetivos valores unitários, em 2013, dos PDP por ha de superfície agrícola potencialmente elegível e num processo de aproximação dos PDP entre Estados Membros que prevê:

- Para cada Estado Membro com um pagamento direto ao produtor por ha de superfície agrícola potencialmente elegível, em 2013, **inferior** a 90% da média da UE-27, um **aumento** do pagamento direto ao produtor por ha de superfície agrícola elegível correspondente a 1/3 do diferencial entre o valor unitário atual e 90% do valor médio da UE-27;

- Para cada Estado Membro com um PDP por ha de superfície agrícola potencialmente elegível, em 2013, **superior** a 90% da média da UE-27, mas **inferior** à média em causa, uma **manutenção** do valor unitário atual; para cada estado membro com um PDP por ha de superfície agrícola potencialmente elegível, em 2013, **superior** à média da UE-27, uma **redução** proporcional do respetivo valor unitário futuro. Visto isto termos países que irão ganhar e outros que irão perder, futuramente, com esta repartição dos PDP nomeadamente ver Gráfico 86.



Fonte: elaborado pela autora a partir da AGRO.GES (2011) a partir dos dados do IFAP-2009 e da RICA-2009.

Gráfico 86: Os Estados Membros ganhadores e perdedores com a futura repartição dos pagamentos diretos aos produtores.

Quanto à viabilidade futura das explorações agrícolas estas dependem de vários factores como se pode ler no Quadro 22.

Quadro 22: Viabilidade futura das explorações agrícolas

Fatores de que depende a viabilidade das explorações agrícolas	Fatores determinantes da sua evolução futura
Produtividade dos fatores de Produção. Preços no produtor dos produtos e dos fatores de produção. Apoios diretos aos produtores. Diversificação das atividades dentro das explorações agrícolas e pluriatividade em meio rural.	Enquadramento macroeconómico. Evolução tecnológica. PAC pós-2013 (incentivos à inovação e competitividade). Alterações climáticas. Preços nos mercados internos e externos. Ronda de Doha da OMC (acesso aos mercados). PAC pós-2013 (medidas de estabilização de preços e de regulação de mercados). PAC pós-2013 (pagamentos diretos aos produtores). Desenvolvimento socioeconómico das Zonas Rurais. PAC pós-2013 (Apoios ao desenvolvimento local).

Fonte: AGRO.GES (2011)

Resumindo, a existência de documentos de orientação, simulações de perspectivas do que será mais ou menos vantajoso para Portugal e para as regiões, opiniões do que deve mudar e possíveis soluções são de extrema importância para perspetivar e tentar melhorar o sistema agrícola implementado no país e que muito depende da PAC, conclui-se que Portugal necessita de optar por novas estratégias produtivas e competitivas, rentáveis ao produtor e que aumentem a economia Nacional.

A região Alentejo tem potencial para investir e contribuir positivamente para o complexo agro-florestal. A indústria transformadora seria uma mais-valia para esta evolução não só por apresentar preços mais apetecíveis ao consumidor como exportar a preços mais elevados aquilo que são hoje apenas matéria-prima.

A PAC é a grande geradora do desenvolvimento agrícola Nacional, os apoios são fundamentais para a instalação de jovens agricultores, evolução de pequenas e médias empresas promovendo a estabilidade, a qualidade dos produtos e o aumento da produção tendo em conta as medidas ambientais, com o objetivo de tornar o país mais competitivo e autossuficiente.

As ajudas a certas culturas que se encontram em défice poderiam reduzir a dependência ao exterior, caso dos cereais, não só através de apoios mas também na construção de infraestruturas necessárias ao aumento da produção, conservação e transformação, permitindo a redução de preços no consumidor final.

A aposta nos produtos regionais certificados com Denominação de Origem (DOC) ou Denominação de Origem Protegida (DOP) e o incentivo à produção de raças autóctones (na região Alentejo são de destacar a raça bovina Alentejana e Mertolenga, nos caprinos a Charnequeira e Serpentina, nos ovinos o Merino branco o Merino preto e nos suínos o porco Alentejano, também estas portadoras de produtos certificados, como o queijo, enchidos, entre outros) caracterizariam cada região permitindo a diferenciação e qualidade de produtos sem que houvesse concorrência entre regiões mas sim competitividade com os outros países.

É importante que o país instale novas tecnologias de ajuda à produção e controlo de qualidade e bem-estar animal, tornando as produções mais rentáveis e competitivas com o exterior.

Quanto à região Alentejo a especialização em culturas mediterrânicas como o olival, vinha, culturas arvenses, fruticultura, hortícolas entre outras e na pecuária ao extensivo, tanto para carne como para leite, são opções que deveriam ser tomadas

em conta devido a estruturação das explorações agrícolas que tudo têm para obter altas produções e rendimentos.

Existe a necessidade de ajudas a pequenas e médias explorações no que concerne a maquinaria agrícola através de prestação de serviço, muitos agricultores não têm posses nem dimensão de exploração que justifique adquirir tratores e alfaias, por esse motivo optam por atividades que não necessitem deste tipo de máquinas quando poderiam tirar mais proveito das suas terras. O aconselhamento técnico é outro setor que deveria de ter mais peso perante os agricultores, o conhecimento por parte dos técnicos ajudaria a definir, para cada exploração, qual a atividade mais rentável consoante o tipo de solo, localidade geográfica, dimensão, entre outras características importantes para a instalação de uma atividade agrícola.

A região Alentejo necessita de apostar na agricultura e mudar a mentalidade do agricultor para maior união, mais trabalho maioritariamente ou exclusivamente na exploração, consulta de técnicos para implantar na exploração a opção mais rentável, investir na indústria de transformação de matérias-primas típicas da região (caso da transformação da cortiça, entre outras) e aumentar a empregabilidade com o objetivo de aumentar a população residente.

CONCLUSÕES

No período entre RA 1989 e 2009 a região Alentejo apresentava evolução diferente das restantes NUTS II do Continente no respeitante a SAU e a explorações agrícolas. No caso da SAU era a única região que mostrava acréscimo (cerca de 10%) e em número de explorações a taxa de decréscimo era muito inferior à registada nas restantes regiões. Daqui resultava que apesar de representar $\frac{1}{3}$ do território do Continente, o Alentejo detinha em 2009 cerca de 55% da SAU do Continente.

O Alentejo registava em 2009 somente cerca de 11% das explorações agrícolas do Continente, no entanto nas classes entre 20 e 50 ha e superior a 50 ha detinha as quotas de 30% e 65%, respetivamente. Consequentemente a SAU média por exploração atingia 61,5 ha, enquanto nas restantes NUTS II ficava aquém de 10 ha. Quanto à composição da SAU a forte redução de terras aráveis compensada pelo grande aumento de pastagens permanentes verificou-se quer no Alentejo, quer no Continente; ao nível das culturas permanentes observou-se ligeira redução ao nível do Continente, enquanto no Alentejo se verificou quase estagnação entre 1989 e 1999, mas entre 1999 e 2009 com aumento superior a 37% (quase mais 60 mil ha). A SAU pertencente a explorações na forma jurídica de sociedades quase triplicou na região Alentejo entre 1989 e 2009, representando neste último ano 37,8% da SAU total da região. Este crescente aumento de importância das sociedades é evidente sobretudo no Alentejo e também em Lisboa e Vale do Tejo.

Na orientação técnico-económica o maior destaque durante o período analisado reporta à atividade bovinos aptidão carne no Alentejo, cujas explorações especializadas duplicaram e a SAU destas explorações sextuplicou. Esta situação decorre do forte aumento de vacas aleitantes, cujo efetivo no Alentejo em 1989 se situava em cerca de 100 mil animais, duplicou na década de 90 e em 2009 atingia cerca de 300 mil animais.

A população agrícola familiar decresceu 36% entre 1989 e 2009, determinado pelo desaparecimento de 27% das explorações e também pela diminuição dos agregados familiares que passaram de 3,0 para 2,7 indivíduos. O envelhecimento dos produtores foi muito forte em todo o país, com a relação entre a classe etária de 65 e mais anos e a classe inferior a 35 anos a passar de $\frac{4}{1}$ em 1989 para $\frac{21}{1}$ em 2009. O

Alentejo acompanha esta tendência, o que mostra que o objetivo de rejuvenescimento que estava implícito na adesão à CEE foi falhado.

Esta região sempre registou a maior percentagem de indivíduos com cursos agrícolas/florestais secundários/pós-secundários e superiores relativamente ao Continente, em 2009 a região Alentejo representava 34% dos produtores com secundário/pós-secundário agrícolas/florestais e 33% dos agricultores com ensino superior agrícolas/florestais.

O Alentejo tem apenas 6% dos produtores singulares a obter o seu rendimento exclusivamente da atividade agrícola. É ainda de realçar que 64% dos produtores agrícolas recebem pensões ou reformas, enquanto apenas 7% complementam o seu rendimento agrícola com atividades empresariais.

Quanto ao valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA), o Alentejo apresenta o maior valor com cerca de 29 mil euros, seguido de Lisboa e Vale do Tejo próximo de 27 mil, montantes muito superiores ao do Continente com cerca de 12 300 euros. No Alentejo os valores são claramente mais elevados na classe de SAU por exploração superior a 100 ha, onde atinge quase 48 mil euros por UTA.

No programa PRODER a região Alentejo (nestes dados estatísticos inclui Lezíria do Tejo) aprovou 1 173 projetos de jovens agricultores e financiou 52 499 mil euros, no entanto só representou 18% do total do Continente (40% na região Norte e 34% para o Centro), o que parece serem valores baixos para uma região que detém cerca de 60% da SAU do Continente na base NUTS-2002.

Quanto a ajudas diretas do 1º Pilar, o Alentejo é claramente dominante, o que se justifica pela sua importância nas atividades de culturas arvenses e de pecuária com terra, apesar do número de beneficiários se situar somente em cerca de 12% relativamente ao total do Continente. Já quanto ao 2º Pilar domina fortemente o Interior Norte e Centro, o Alentejo não atinge, sequer, 20%.

A análise estatística a nível de concelho mostra coeficientes de variação (CV) relativamente elevados para a generalidade das variáveis das três bases de dados estudadas e relativamente a qualquer dos Recenseamentos Agrícolas envolvidos, o que levanta a questão da normalmente referida homogeneidade do Alentejo. Por exemplo, e reportando ao RA 2009, (i) a % de superfície irrigável na SAU tem CV de 0,87, (ii) a % de área com frutos, a % de área de vinha e a % de área com culturas industriais e leguminosas tem CV superior a 1,5 e mesmo a % de área de cereais

registra 0,79 de CV, (iii) as variáveis relacionadas com bovinos de leite e caprinos (% de explorações, encabeçamento e dimensão média dos efetivos), assim como a % de explorações com vacas aleitantes apresentam CV relativamente elevados.

Para o melhor conjunto de cinco variáveis verifica-se na base “Explorações Agrícolas” que a V12 (% de produtores com tempo de atividade agrícola na EA $\geq 50\%$) se mantém presente nos três RA; para além da V12, também as variáveis V4 (pastagens permanentes) e V5 e V6 (trabalho agrícola) se repetem nos RA 1989 e 2009. A variabilidade explicada é crescente, começando em 1989 por 76,45% e atinge o valor de 82,74% em 2009.

A base “Produções Vegetais” caracteriza-se pela estabilidade nas variáveis integrantes do melhor grupo de cinco, coincidindo integralmente nos RA 1989 e 1999 (V3 – % de área de culturas permanentes, V4 – % de área de culturas temporárias, V6 – % de área de olival, V10 – % de área com batata e hortícolas e V11 – % de área de culturas forrageiras e pastagens temporárias) e permanecendo V3, V4 e V11 também no RA 1999. A variabilidade explicada é a mais elevada das três bases, aumentando de 82,89% em 1989 para 85,48% em 2009.

Na base “Pecuária com Terra” em 1989 predominam as variáveis relacionadas com % de explorações com atividades pecuárias, já nos anos de 1999 e 2009 há maior incidência em variáveis referentes a densidade animal na SAU, com percentagem de variabilidade explicada relativamente estável entre anos (cerca de 73%, a mais baixa das três bases avaliadas).

Na análise classificatória hierárquica surge em 4 situações (RA 1989 e 1999 na base “Produções Vegetais” e RA 1989 e 2009 na base “Pecuária com Terra”) um grande grupo maioritário, registando valores próximos da média do Alentejo para a generalidade das variáveis. Nos grupos formados surgem vários casos constituídos por um ou dois concelhos, tendo normalmente associada uma ou duas variáveis onde os valores são muito específicos e divergentes dos restantes concelhos.

Globalmente observa-se alguma tendência para continuidade de grupos entre diferentes RA, no entanto é notório o forte desequilíbrio entre grupos no número de concelhos para qualquer dos anos e bases de dados analisados.

Os resultados do índice multivariado RV mostram que para qualquer das bases as alterações entre 1999 e 2009 são mais marcantes do que as verificadas na década anterior; comparativamente entre bases, as maiores transformações verificaram-se

na “Pecuária com Terra”, seguindo-se as “Explorações Agrícolas” e, com mudança mais atenuada a base “Produções Vegetais”.

As perspetivas não são positivas. Um país cuja balança comercial com o exterior é muito deficitária em bens agrícolas e alimentares está obrigado a utilizar os recursos existentes de forma racional na ótica da sustentabilidade e com eficiência e eficácia na ótica económica. Só assim a vertente económica, ambiental e territorial preconizadas na estratégia da PAC pós 2013 poderão prevalecer como objetivos exequíveis. Neste cenário o Alentejo terá sempre um papel prioritário. De facto, o razoável contributo do complexo agro-florestal para o VAB da região Alentejo e a produtividade por UTA com níveis bastante mais elevados do que a maioria do território nacional, a par de diversas vantagens comparativas (boas condições ambientais, estrutura fundiária mais vantajosa, muitos produtos de qualidade certificados pela UE, diversas raças autóctones, sinergias com atividade turística de natureza, monumental, antropológica e gastronómicas) são pontos fortes da região. Para se conseguir avançar no desenvolvimento regional com a agricultura presente e ativa será necessário que os objetivos operacionais mencionados no PDR 2014-2020 – competitividade, organização estrutural, sustentabilidade –, complementados pela simplificação de processos, sejam implementados de forma eficaz.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CADIMA**, Jorge; CERDEIRA, Jorge Orestes; MINHOTO, M. (2004), “Computational aspects of algorithms for variable selection in the context of principal components”. *Computational Statistics & Data Analysis*, vol. 47pág. 225-226.
- CADIMA**, J.F.C.L; JOLLIFFE, I. T. (2001), “Variable selection and the Interpretation of principal subspaces”. *Journal of Biological, Agricultural and Environmental Statistics*, vol. 6, p. 62-79
- CARDOSO**, Manuel, (2003). “Reforma da Política Agrícola Comum” in “A PAC e o futuro do Alentejo, 1000 ideias para o Alentejo”. Montemor-o-Novo XXI, edições Colibri, p.15 a 20.
- ESTÁCIO**, Fernando (1983). “O sector agrícola em Portugal: Evolução Passada e Perspectivas Futuras”, in *Portugal on the Brink of Europe (Proceedings of Conference, June 28 and 29, Oeiras, M.A.F.A., O.I.C.D., U.S.D.A.)*, p. 5 a 25.
- FERNANDES**, Luís S. (1999). “Campos do Sul: Da História e Agro-Economia do Porco Alentejano ao Desenvolvimento Sustentável da Sua Agricultura”. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora, 518 pp.
- FERNANDES**, L, M. Minhoto e F. Marques (2013). “Análise da Evolução de Resultados dos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009 e Relação com as Reformas da PAC - Explorações agrícolas, culturas temporárias e pecuária com terra”. In *Actas de ESADR 2013 – 1º Encontro Lusófono de Economia Sociologia Ambiente e Desenvolvimento Rural*. Universidade de Évora, 5041-5060.
- JOLLIFFE**, I.T. (2005), “Principal Components Analysis”. Wiley online Library.
- MARQUES**, Carlos, (1999). “A evolução da agricultura Portuguesa no Seio da Comunidade Europeia”, in “(Des)Equilíbrio Económico & Agronegócio”. Capítulo 10, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Brasil, p. 161 a 176.
- MURTEIRA**, António, (2003). “PAC e o futuro do Alentejo” in “A PAC e o futuro do Alentejo, 1000 ideias para o Alentejo”. Montemor-o-Novo XXI, edições Colibri, p.21 a 28.
- PIRATA**, Alexandre (2003). “A problemática do mundo rural e a importância do associativismo na sua revitalização” in “A PAC e o futuro do Alentejo, 1000 ideias para o Alentejo”. Montemor-o-Novo XXI, edições Colibri, p. 45 a 50.

ROBERT P. & Escoufier (1976). "A Unifying Tool for Linear Multivariate Statistical Methods: The RV-Coefficient. Appl. Statist". 25, No. 3, 257-265.

SAMPAIO, Joaquim A. (1990). A Cultura do Trigo. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Lisboa.

SAMPAIO, Joaquim A. (1992). A Cultura do Girassol. Ministério da Agricultura. Lisboa.

SILBERT, A. (1966). "Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIII^e – Début XIX^e siècle" in "Contribution à l'histoire agraire comparée". 2 volumes, École Pratique des Hautes Études, Paris : 1200 p. (Publicação pelo INIC da 2^a edição, Lisboa 1978, 3 volumes, 1214 p.)

SOARES, Fernando B. (1985). "The Portuguese Agricultural Sector: A brief review of its economic situation" in "Prospective evolution of EEC Common Agricultural policy: its relevance for mediterranean members". Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência, p. 7 - 17.

UNIÃO EUROPEIA (2010). "Tratados Consolidados. Carta dos Direitos Fundamentais". Serviço das publicações da União Europeia, Luxemburgo, 410 p.

VIEIRA, J. N. (1991). "Arborização e desarborização em Portugal". Informação, 8, Direcção Geral das Florestas, p. 8 – 15.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS WEB

AGRO.GES (2011). “O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrente da reforma da PAC”. Publicado por Gabinete de Planeamento e Políticas.

[Online] disponível em

http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/Impacto_reforma_PAC_Dez2011.pdf [acedido em 27-08-2013]

ANUÁRIO AGRÍCOLA (2012). “Anuário Agrícola 2012 Informação de mercados”. Publicado por Gabinete de Planeamento e Políticas.

[Online] disponível em <http://www.gpp.pt/pbl/Monog/anuario2012.pdf> [acedido em 02 -08-2013]

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2013). “Alentejo 2020 Plano de Ação Regional. Proposta”.

[Online] disponível em http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/desenv_regional/2014_2020/plano_acciao_regional_alentejo2020_CP.pdf [acedido em 02 -08-2013]

DG AGRÍ - Direcção-Geral de Agricultura (2003). “Situação da agricultura em Portugal”. Publicado por Comissão Europeia.

[Online] disponível em

http://ec.europa.eu/agriculture/publi/reports/portugal/workdoc_pt.pdf

[acedido em 17-02-2013]

EUROSTAT, Estatísticas Agrícolas.

[Online] disponível em

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/agriculture/introduction>

[acedido em 01-08-2013]

FAO (a) - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

“TOP dos produtos e valores em Portugal (2011)”.

[Online] disponível em

<http://faostat.fao.org/DesktopDefault.aspx?PageID=339&lang=es&country=174>

[acedido em 01-08-2013]

FAO (b) - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, “TOP dos produtos e valores das exportações em Portugal (2011)”. [Online] disponível em

<http://faostat.fao.org/site/342/default.aspx> [acedido em 03-03-2014]

FAO (c) - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, “TOP dos produtos e valores das importações em Portugal (2011)”. [Online] disponível em <http://faostat.fao.org/site/342/default.aspx> [acedido em 03-03-2014]

FERREIRA, Denise de Brum (s.d.). “Evolução da paisagem de montado no Alentejo Interior ao longo do século XX: Dinâmica e incidência ambiental”. Finisterra, XXXVI, 72, pp. 179-193.

[Online] disponível em

http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_16.pdf

[acedido em 11-03-2013]

Gabinete de Planeamento (1985 a), Ministério da Agricultura. “Actos de Adesão da República Portuguesa às Comunidades Económicas Europeias, Capítulo 3 - Agricultura”. Publicado em **MARQUES**, Carlos A. F. (s.d.), “As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa”. [Online] disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O319.pdf> [acedido em 19-06-2013]

Gabinete de Planeamento (1985 b), Ministério da Agricultura. “Preços dos Produtos Agrícolas: Aproximação dos Preços Portugueses aos da Comunidade”, Textos de Divulgação, Adesão da República Portuguesa às Comunidades Europeias. Publicado em **MARQUES**, Carlos A. F. (s.d.), “As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa”.

[Online] disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O319.pdf>

[acedido em 19-06-2013]

GEE, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego, 03/03/2014 - Indicadores de Atividade Económica.

[Online] disponível em <http://www.gee.min-economia.pt/> [acedido em 03-03-2014]

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas (2012). “Programa de desenvolvimento rural 2014-2020”. Documento de orientação.

[Online] disponível em

http://www.gpp.pt/pac2013/Programacao/Doc_orientacao_PDR2014-20.pdf

[acedido em 26-08-2013]

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas (s.d.). “Futuro da PAC pós – 2013”

[Online] disponível em <http://www.gpp.pt/pac2013/> acedido em 27-08-2013

Instituições/Organizações Agrícolas

[Online] disponível em www.ifap.min-agricultura.pt/ [acedido em 06-01-2013]

[Online] disponível em www.portaldocidadao.pt/ [acedido em 06-01-2013]

INE (1989). “Recenseamentos Geral Agrícolas 1989”.

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESp_ub_boui=71501760&PUBLICACOESTema=55505&PUBLICACOESmodo=2

[acedido em 16-01-2012]

INE (2001). “Recenseamentos Geral da Agricultura 1999, Portugal Principais Resultados”.

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESp_ub_boui=140496&PUBLICACOESTema=55505&PUBLICACOESmodo=2

[acedido em 16-01-2012]

INE (2007). “Portugal Agrícola 1980-2006”, edição 2007, p. 25.

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESp_ub_boui=7480029&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

[acedido em 16-01-2012]

INE (2011). “Recenseamento agrícola 2009. Análise dos principais resultados”

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESp_ub_boui=119564579&PUBLICACOESTema=55505&PUBLICACOESmodo=2

[acedido em 16-01-2012]

INE (2013a). Estatísticas da Produção Vegetal.

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000019&contexto=bd&selTab=tab2 [acedido em 30-09-2013]

INE (2013b). DESTAQUE Comunicação à Comunicação Social de 02 de abril de 2013, “Abastecimento Alimentar em Portugal”, p. 1 a 27.

[Online] disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=151610731&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

[acedido em 16-01-2012]

Jornal Oficial da União Europeia (2003). “Regulamento (CE) nº 1782/2003 do conselho de 29 de Setembro de 2003”, nº L 270 de 21.10.2003, p. 1 a 69.

[Online] disponível em

<http://eur->

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:270:0001:0001:PT:PDF

[acedido em 19-06-2013]

MARQUES, Carlos A. F. (2004), “As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa”, CD - artigos completos do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiaba - Mato Grosso [Online] disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O319.pdf> [acedido em 19-06-2013]

PAIS, José Machado, Aida Maria Valadas de Lima, José Ferreira Baptista, Maria Fernanda Marques de Jesus, Maria Margarida Gameiro, (1978). “Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38”, *Análise Social*, vol. XIV (54), 321-389.

[Online] disponível em

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989053Q5hNW8wm8Db11DB9.pdf>

[acedido em 03-05-2013]

PARLAMENTO EUROPEU (s.d.). “Instrumentos da PAC e respetivas reformas”.

[Online] disponível em

http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.2.3.html [acedido em 08-09-2013]

PAULINO, Alberto Neto Paulino (2009), “Agricultura e Alterações Climáticas” Instituto Nacional de Administração. [Online] disponível em

http://www.gpp.pt/ambiente/alteracoes_climaticas/Trabalho_final_DEPA.pdf

[acedido em 05-03-2014]

PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO RURAL.

[Online] disponível em <http://www.programa-agro.net/> [acedido em 19-12-2012]

[Online] disponível em

www.atahca.pt/website/index.php?iAction=Home&iArea=4&iSubArea=94

[acedido em 19-12-2012]

[Online] disponível em www.qca.pt/fundos/feoga.asp [acedido em 19-12-2012]

PROGRAMA LEADER (1991)

[Online] disponível em www.qca.pt/iniciativas/leader.asp [acedido em 06-01-2013]

Reg. (UE) 1257/99, Jornal Oficial da União Europeia (1999). “Regulamento (CE) nº 1257/1999 do conselho de 17 de Maio de 1999”, nº L160/80 de 26.6.1999, p. 1 a 23.

[Online] disponível em

<http://eur->

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:160:0080:0102:PT:PDF

[acedido em 19-06-2013]

Reg. (CEE) 3638 a 3660 e 3808 a 3827. “Regulamentos (CEE) N° 3638 a 3660/90, Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 362 de 27.12.90, p. 1 a 44”. Publicado em MARQUES, Carlos A. F. (2004), “As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa”.

[Online] disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O319.pdf>

[acedido em 19-06-2013]

VOZ DA TERRA, nº 23, maio de 2002.

[Online] disponível em http://www.cna.pt/vozdaterra/03_vtmaio2002.pdf

[acedido em 02-08-2013]

ANEXOS

Anexo 1

Ajudas comunitárias INGA - campanhas 1997 a 2007.

Ajudas	Campanhas				
	1997/98	1998/99	1999 a 2004	2004 a 2005	2005 a 2007
Bovinos machos	✓	✓	✓	✓	✓
Abate precoce de vitelos	✓	✓	✓	✓	✓
Transformação de vitelos	✓	✓	✓	✓	✓
Vacas aleitantes	✓	✓	✓	✓	✓
Ovinos e caprinos	✓	✓	✓	✓	✓
Produtores de leite	✓	✓	✓	✓	✓
Manutenção do efetivo de vacas leiteiras	✓	✓	✓	✓	✓
Ic's animais	✓	✓	✓	✓	✓
Ic's áreas	✓	✓	✓	✓	✓
Tabaco	✓	✓	✓	✓	✓
Tomate	✓	✓	✓	✓	✓
Azeite	✓	✓	✓	✓	✓
Culturas arvenses e arroz	✓	✓	✓	✓	✓
Cofinanciada	✓	✓	✓	✓	✓
Intempérie	✓	✓	✓	✓	✓
Azeitona de mesa	----	----	✓	✓	✓
Banana	----	----	✓	✓	✓
Erradicação da BSE	----	----	✓	✓	✓
Poseima - produção – vegetais/animais	----	----	✓	✓	✓
Prémio à qualidade trigo duro e proteaginosas	----	----	----	✓	✓
Frutos de casca rija	----	----	----	✓	✓
Produtos lácteos	----	----	----	✓	✓
Medidas agro-ambientais	----	----	----	✓	✓
Culturas energéticas	----	----	----	----	✓

Anexo 2

Ajudas comunitárias IFAP - campanhas 2010 a 2012.

Ajudas	Campanhas			
	2010	2011	2012	2013
Medidas Agro e Silvo Ambientais	✓	✓	✓	✓
Manutenção Atividades Agrícolas Zonas Desfavorecidas	✓	✓	✓	✓
RPU	✓	✓	✓	✓
Prémios Específicos	✓	----	----	----
Tomate	✓	✓	✓	✓
Ajuda Transitória Tomate	----	✓	----	----
Frutos casca rija	✓	✓	----	----
Forragens Secas	✓	✓	----	----
Sementes Certificadas	✓	✓	----	----
Pagamentos Complementar Azeite	✓	✓	✓	----
Pagamento Complementar Arvenses Arroz e Trigo Duro	✓	✓	✓	----
Pagamentos Complementar MAA	✓	✓	✓	✓
Apoio aos Regimes de Qualidade	✓	----	----	----
Pagamentos Complementar. Animais	✓	✓	✓	✓
Pagamentos Complementar Leite	✓	✓	✓	✓
Ovinos e Caprinos	✓	✓	✓	✓
Prémio ao Abate	✓	✓	----	----
Vacas Aleitantes e Medida Específica Leite e Produtos Lácteos	✓	----	----	----
Vacas Aleitantes	----	✓	✓	✓
Pagamento Específico Arroz	----	✓	----	----
Prémio Proteaginosas	----	✓	----	----

Fonte: elaborado pela autora a partir do IFAP.

Anexo 3

Variáveis base «Explorações Agrícolas» ano 1989

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13
	SAUmédiaExpl	TAravSAU	CultPSAU	PastPSAU	UTA100SAU	UTAmédiaExpl	CNhaSAU	Tract100SAU	SlrrSAU	Dir<35an	Dir≥65an	Pr≥50%Tem	Pr≥50%Ren
	nº 1989	% 1989	% 1989	% 1989	nº 1989	nº 1989	nº 1989	nº 1989	% 1989	% 1989	% 1989	% 1989	% 1989
Concelhos													
Alter do Chão	69,4	81,0	11,4	7,5	200	1,4	0,2	0,8	3	6,4	32,3	49,3	49,0
Arronches	46,5	79,5	10,7	9,4	270	1,2	0,26	0,6	4	5,6	38,2	30,6	28,5
Avis	77,6	68,9	14,3	16,8	250	1,9	0,17	0,8	9	6,8	36,5	35,1	45,8
Campo Maior	31	76,8	19,4	3,7	430	1,3	0,14	1,4	16	6,4	26,4	27,3	29,1
Elvas	55,7	70,0	10,5	19,3	330	1,8	0,28	1,1	14	7,5	27,5	41,6	49,4
Fronteira	75,2	83,1	15,1	1,7	340	2,5	0,22	0,9	7	7,0	23,4	52,8	52,8
Monforte	127,8	66,2	7,4	26,4	160	2,1	0,23	0,5	5	6,3	29,0	44,1	47,3
Mora	43,8	90,2	5,5	4,2	290	1,3	0,19	0,6	8	6,9	34,4	20,8	20,4
Alandroal	31,3	73,8	9,5	16,6	370	1,1	0,27	0,8	4	6,3	34,2	33,1	25,3
Arraiolos	91,5	79,8	5,2	14,9	270	2,5	0,24	0,7	6	5,9	29,4	34,7	25,0
Estremoz	31,8	70,5	13,6	15,8	350	1,1	0,3	1,1	5	5,7	30,9	27,8	29,6
Évora	72,5	74,1	5,1	20,7	300	2,2	0,23	0,8	5	5,7	33,5	46,5	25,6
Montemor-o-Novo	78,3	83,9	4,1	11,8	380	3	0,42	0,8	5	6,3	27,7	44,8	32,2
Mourão	41,3	63,8	13,0	23,1	260	1,1	0,23	0,7	1	6,6	34,5	26,8	28,9
Portel	53,9	83,9	10,0	6,0	170	0,9	0,17	0,5	2	5,4	33,8	13,2	15,1
Redondo	43,8	80,6	12,9	6,4	380	1,7	0,25	1,1	3	4,5	34,8	33,5	34,8
Reguengos de Monsaraz	26	68,8	16,8	14,3	520	1,3	0,23	1,4	5	5,8	31,8	27,6	24,3
Sousel	36,2	72,3	21,3	6,4	390	1,4	0,25	1,1	6	6,5	28,8	20,0	20,4
Viana do Alentejo	72,3	81,1	5,1	13,7	300	2,2	0,32	0,7	3	6,4	30,9	49,8	40,2
Almodôvar	29,9	90,3	1,7	7,8	260	0,8	0,19	0,5	1	4,3	38,0	28,8	48,8
Alvito	42,4	80,8	12,2	6,9	320	1,3	0,22	1	4	4,9	34,4	37,0	34,5
Cuba	23,5	85,7	10,9	3,2	370	0,9	0,21	1,5	1	4,0	39,3	47,1	36,2
Moura	38,3	39,5	23,7	36,7	350	1,3	0,17	1,5	1	7,7	28,6	45,1	44,6
Serpa	30,3	56,1	22,0	21,9	310	0,9	0,17	1,3	1	8,6	33,9	28,0	36,4
Vidigueira	30,7	69,2	21,5	9,3	380	1,2	0,18	1,6	3	6,1	31,8	32,4	30,3
Castelo de Vide	42,7	38,7	11,0	49,9	260	1,1	0,25	0,6	4	5,3	40,4	48,2	35,4
Crato	48,6	28,2	12,6	59,1	240	1,2	0,27	0,6	5	2,8	43,4	38,9	24,4
Ponte de Sor	22,8	40,2	9,8	49,8	510	1,2	0,21	0,8	14	5,2	35,5	23,0	15,1
Vila Viçosa	48,1	50,0	11,6	38,3	260	1,3	0,27	0,6	5	5,7	30,1	31,2	27,1
Barrancos	39,5	12,6	7,2	80,2	210	0,8	0,28	0,3	1	6,3	32,3	20,1	20,4
Grândola	18,4	49,8	4,4	45,1	630	1,1	0,37	1,5	10	4,4	31,2	51,3	40,0
Odemira	20	72,9	1,4	25,0	640	1,3	0,39	1,1	17	6,5	29,3	55,0	48,8
Santiago do Cacém	31,2	77,3	2,9	19,6	400	1,2	0,38	1,1	9	7,8	26,3	44,2	41,5
Sines	30	78,5	1,0	20,4	480	1,4	0,38	1,1	3	5,4	28,9	57,3	33,0
Alcácer do SAU	85	51,8	2,6	45,5	260	2,2	0,19	0,9	10	12,3	22,0	64,9	67,7
Aljustrel	54,4	94,0	2,5	3,5	280	1,5	0,15	1,3	11	16,3	20,5	52,9	62,8
Beja	63,3	87,5	5,2	7,3	230	1,4	0,13	1,4	2	9,2	25,8	39,1	49,6
Ferreira do Alentejo	46,7	81,2	8,5	10,3	340	1,6	0,21	1,7	13	11,1	22,9	51,8	63,6
Gavião	6,7	41,7	35,5	22,2	1130	0,8	0,25	1,2	18	2,7	44,8	22,0	9,4
Marvão	10,9	20,8	25,1	52,7	770	0,8	0,4	0,9	9	5,3	41,5	39,9	28,3
Nisa	13,8	34,2	31,0	34,4	470	0,7	0,24	1	9	3,0	47,1	21,9	11,9
Portalegre	13,9	36,7	21,5	41,3	700	1	0,34	0,9	11	5,0	35,0	34,8	22,1
Borba	16,3	55,3	27,6	17,0	710	1,2	0,6	1,5	8	4,9	31,0	31,3	22,2
Vendas Novas	15,2	76,5	7,4	15,9	630	1	0,37	2,1	19	5,8	23,9	7,5	9,0
Castro Verde	160,5	93,2	1,0	5,8	110	1,7	0,15	0,8	0	9,2	18,5	69,5	67,0
Mértola	74	58,6	1,7	39,6	150	1,1	0,16	0,5	0	7,7	39,9	54,7	44,5
Ourique	33,3	89,3	1,4	9,1	390	1,3	0,24	0,5	4	5,0	39,3	68,5	73,6
Média total	46,73	66,78	11,41	21,64	377,66	1,39	0,25	0,98	6,47	6,40	32,21	38,41	35,57

Anexo 4

Variáveis base «Explorações Agrícolas» ano 1999

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13
	SAUmédiaExpl	TAravSAU	CultPSAU	PastPSAU	UTA100SAU	UTAmédiaExpl	CNhaSAU	Tract100SAU	SirrSAU	Dir<35an	Dir≥65an	Pr≥50%Tem	Pr≥50%Ren
	nº 1999	% 1999	% 1999	% 1999	nº 1999	nº 1999	nº 1999	nº 1999	% 1999	% 1999	% 1999	% 1999	% 1999
Concelhos													
Grândola	43,6	40,3	2,3	57,2	270	1,2	0,37	1,3	8	4,7	41,1	54,6	46,4
Alter do Chão	86,4	32,5	11,0	56,4	160	1,4	0,3	0,7	5	3,5	44,2	33,3	25,8
Arronches	54,5	72,5	7,5	19,9	190	1	0,39	0,7	3	4,6	45,9	40,8	25,1
Castelo de Vide	68,1	16,4	9,2	74,4	190	1,3	0,22	0,7	2	5,3	45,7	57,7	23,5
Crato	55,4	19,1	10,5	70,4	160	0,9	0,35	0,8	4	4,7	47,4	32,0	29,1
Marvão	18,7	13,0	20,8	66,0	440	0,8	0,3	1,1	7	3,7	51,5	42,8	22,9
Mora	84,4	67,9	3,3	28,7	130	1,1	0,24	0,9	6	3,4	46,7	20,7	17,3
Nisa	18,4	16,8	21,5	61,6	440	0,8	0,26	1	2	2,2	54,8	39,5	11,0
Ponte de Sor	28,3	36,2	6,0	57,7	340	1	0,21	0,9	9	3,4	48,8	33,5	11,1
Portalegre	17,9	21,6	18,3	60,0	470	0,8	0,39	1,4	9	4,3	47,7	36,2	15,3
Alandroal	46,4	61,9	8,0	30,1	260	1,2	0,3	0,8	6	2,8	48,3	29,6	24,5
Estremoz	37,2	47,6	15,8	36,5	330	1,2	0,36	1,3	6	5,8	43,4	38,5	25,1
Mourão	74,5	43,7	7,2	49,0	140	1,1	0,26	0,9	3	5,1	44,4	29,4	19,1
Portel	50,3	25,7	11,0	63,2	190	0,9	0,22	0,9	9	4,8	45,9	25,9	12,5
Redondo	40,2	42,5	16,4	41,1	460	1,8	0,37	1,4	7	6,9	39,1	28,1	27,6
Reguengos de Monsaraz	38	62,9	15,2	21,8	430	1,6	0,25	1,7	6	4,2	42,3	41,7	35,9
Sousel	44,8	56,6	21,6	21,8	280	1,3	0,32	1,2	10	6,3	45,3	31,0	20,5
Vila Viçosa	40,9	60,0	10,3	29,5	260	1,1	0,37	1	4	3,7	41,4	35,4	22,2
Almodôvar	52,7	49,7	1,8	48,4	170	0,9	0,26	0,8	1	4,0	35,0	44,5	53,9
Moura	43,7	36,2	25,3	38,5	230	1	0,21	1,6	3	4,9	35,4	29,0	39,5
Ourique	64,4	37,4	1,7	60,9	140	0,9	0,3	0,7	3	4,0	41,8	38,0	38,0
Serpa	44,8	54,6	21,7	23,7	250	1,1	0,22	1,4	4	5,5	38,6	32,8	31,1
Vidigueira	46	47,5	19,2	33,3	280	1,3	0,17	1,4	10	5,0	40,1	34,0	57,2
Alcácer do SAU	103	24,9	3,2	71,9	180	1,9	0,26	1	11	5,8	28,3	65,4	52,4
Avis	91,6	42,5	12,2	45,2	190	1,8	0,21	0,8	11	6,5	41,9	44,6	34,3
Fronteira	70,3	44,5	18,5	37,0	250	1,8	0,35	1	13	5,9	33,6	54,7	44,4
Monforte	149,8	53,9	4,6	41,5	110	1,6	0,34	0,5	6	5,6	40,1	41,9	37,8
Arraiolos	136,7	59,9	3,1	37,0	150	2,1	0,41	0,7	10	5,7	33,9	46,5	33,9
Évora	93,4	51,9	4,2	43,9	180	1,7	0,27	0,9	8	5,3	36,2	42,9	26,3
Montemor-o-Novo	109,3	50,4	3,4	46,2	190	2,1	0,58	0,8	7	5,2	34,8	52,9	39,9
Vendas Novas	75,7	23,4	3,6	72,8	230	1,8	0,34	1,2	16	3,9	31,9	70,3	18,3
Viana do Alentejo	108,9	37,7	3,5	58,7	170	1,8	0,44	0,8	6	4,1	39,5	62,6	33,7
Alvão	67,6	50,7	10,3	38,9	220	1,5	0,25	1	6	6,5	41,1	48,8	36,3
Mértola	113	54,9	2,1	43,0	110	1,2	0,17	0,6	1	6,7	42,3	48,1	45,8
Odemira	40	55,9	1,6	42,1	320	1,3	0,32	1,1	20	4,6	38,1	41,0	47,0
Santiago do Cacém	42,3	61,2	2,4	36,2	260	1,1	0,59	1,3	15	4,9	38,9	42,3	38,4
Sines	39	80,6	0,6	18,4	210	0,8	0,47	1,4	10	3,7	34,7	33,3	68,1
Elvas	69,3	63,9	8,6	27,5	210	1,4	0,3	1	15	6,6	35,8	42,6	38,1
Aljustrel	80,5	93,1	2,0	4,8	160	1,3	0,19	1,2	13	8,4	28,0	48,4	72,8
Beja	74,6	75,4	4,7	19,9	180	1,3	0,16	1,3	10	6,7	36,5	44,1	48,8
Ferreira do Alentejo	65,2	73,4	6,5	20,1	200	1,3	0,22	1,6	23	7,8	34,6	41,5	60,6
Campo Maior	31	64,9	22,7	12,3	400	1,3	0,16	1,7	29	4,6	39,2	41,9	40,9
Gavião	8,2	32,2	34,3	32,5	1010	0,8	0,19	3,2	21	1,1	60,2	42,4	3,4
Borba	15,6	55,3	33,2	11,4	980	1,5	0,64	2,5	15	4,7	40,6	38,0	23,7
Barrancos	49,4	4,4	6,6	89,0	80	0,4	0,28	0,3	0	8,9	42,3	11,8	9,7
Castro Verde	173,5	86,5	1,7	11,8	90	1,6	0,21	0,8	1	6,5	29,1	62,6	59,4
Cuba	31	61,3	11,6	27,1	320	1	0,91	1,6	15	4,4	43,4	27,3	38,1
Média total	62,53	48,20	10,45	41,27	268,30	1,28	0,32	1,14	8,70	5,05	40,85	40,95	33,76

Anexo 5

Variáveis base «Explorações Agrícolas» ano 2009

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13
	SAUmédiaExpl	TAravSAU	CultPSAU	PastPSAU	UTA100SAU	UTAmédiaExpl	CNhaSAU	Tract100SAU	SlrrSAU	Dir<35an	Dir≥65an	Pr≥50%Tem	Pr≥50%Ren
	nº	%	%	%	nº	nº	nº	nº	%	%	%	%	%
	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Concelhos													
Alcácer do SAU	131	29,5	15,9	54,5	100	1,3	0,25	0,8	8	3,0	37,5	38,5	45,6
Alter do Chão	111,2	18,1	10,4	71,5	80	0,9	0,35	0,7	3	5,4	41,5	18,3	20,9
Arronches	64,8	23,9	7,4	68,6	130	0,8	0,41	0,8	2	3,5	52,9	19,7	17,8
Avis	118,2	21,0	18,1	60,9	150	1,7	0,27	0,7	14	6,3	39,8	16,2	22,1
Castelo de Vide	60,2	7,9	9,6	82,4	70	0,4	0,28	0,9	1	1,5	61,3	8,1	19,8
Crato	64,5	10,6	10,1	79,2	80	0,5	0,42	1	1	4,6	49,2	6,3	19,0
Elvas	62,4	27,5	12,1	60,3	190	1,2	0,37	1,2	15	4,1	44,5	33,1	19,0
Fronteira	81,4	29,9	14,9	55,2	140	1,1	0,28	0,9	11	5,3	41,3	20,6	22,3
Monforte	152,8	14,7	5,1	80,2	100	1,5	0,45	0,5	4	3,6	44,8	41,2	41,7
Mora	106,2	19,7	4,0	76,3	90	0,9	0,24	0,6	5	1,3	57,0	17,2	13,6
Ponte de Sor	36,2	20,6	7,7	71,6	210	0,8	0,2	1	7	2,2	56,3	22,4	5,6
Alandroal	52,8	23,0	7,7	69,3	190	1	0,33	1	5	4,3	51,2	30,2	17,8
Arraiolos	138,5	32,7	3,3	63,9	120	1,6	0,49	0,8	5	3,3	42,5	39,4	24,6
Évora	99,5	29,7	5,2	65,0	130	1,3	0,33	0,9	7	4,0	41,5	38,2	16,6
Montemor-o-Novo	121	15,7	4,2	80,1	130	1,6	0,54	0,8	5	4,4	42,1	45,8	22,9
Mourão	64,2	20,2	7,9	71,7	130	0,8	0,33	1	3	3,3	49,2	17,0	9,2
Portel	60,7	23,4	11,0	65,5	190	1,1	0,53	1	4	3,1	47,9	33,4	9,8
Viana do Alentejo	115,3	18,5	3,4	78,1	100	1,1	0,38	0,8	5	4,1	42,3	36,3	26,4
Vila Viçosa	58,9	20,4	11,7	67,9	170	1	0,38	1,1	4	3,4	44,4	31,5	6,5
Alvito	95,3	16,8	7,9	75,2	120	1,2	0,38	1	2	4,1	45,2	30,6	22,7
Barrancos	55,1	5,3	5,2	89,5	110	0,6	0,41	0,3	0	3,5	42,9	17,4	13,3
Mértola	127	31,9	1,9	66,1	90	1,1	0,19	0,6	1	4,8	46,4	38,9	30,9
Ourique	81	38,7	1,3	59,9	120	1	0,38	0,8	2	3,6	49,8	50,9	26,7
Campo Maior	28	37,5	24,8	37,8	320	0,9	0,3	2	23	3,9	43,6	29,8	14,8
Estremoz	40,7	44,7	16,8	38,5	280	1,1	0,32	1,5	8	3,3	48,5	30,3	14,5
Redondo	44,4	23,8	16,0	60,1	230	1	0,35	1,5	10	3,5	48,2	14,0	14,2
Reguengos de Monsaraz	36	27,6	20,3	52,1	330	1,2	0,26	2,2	8	3,5	46,5	28,5	15,8
Sousel	45,4	32,0	28,8	39,2	210	1	0,29	1,4	16	3,7	51,6	11,2	14,0
Cuba	37,9	31,2	13,7	55,0	260	1	0,62	1,7	16	6,3	42,2	18,6	11,1
Moura	44	19,0	28,4	52,5	220	1	0,27	1,8	7	3,0	41,7	26,0	22,2
Serpa	41,1	36,3	27,8	35,9	250	1	0,24	1,7	10	4,1	43,4	30,1	19,4
Vidigueira	39,6	34,8	32,3	32,8	350	1,4	0,18	1,9	22	4,0	45,3	27,7	13,5
Grândola	48,7	29,0	17,7	53,2	280	1,4	0,54	1,8	4	3,1	50,0	47,4	30,9
Odemira	50	43,9	2,9	53,1	350	1,7	0,35	1,6	15	2,8	47,1	43,9	36,6
Santiago do Cacém	56,4	44,6	7,2	48,1	230	1,3	0,44	1,6	11	3,6	48,0	43,4	33,5
Sines	53	52,8	0,9	46,2	170	0,9	0,29	1,7	3	4,1	44,4	44,8	42,3
Almodôvar	59,2	60,9	1,8	37,2	150	0,9	0,23	1,1	1	4,4	45,5	46,7	35,1
Gavião	26,6	5,2	9,2	85,4	180	0,5	0,14	1,8	3	1,9	67,5	7,0	3,2
Marvão	14,9	4,2	22,6	73,2	210	0,3	0,27	1,6	2	1,2	65,2	4,1	10,3
Nisa	26,1	5,1	15,6	79,2	130	0,3	0,26	2	1	1,1	63,3	5,5	5,6
Portalegre	17,8	8,6	17,5	73,6	300	0,5	0,39	1,9	2	2,8	61,2	11,0	10,7
Borba	17,6	36,6	32,4	31,0	650	1,1	0,43	2,8	10	2,3	54,1	23,3	11,7
Vendas Novas	79,1	20,2	9,0	70,8	220	1,7	0,91	1,3	10	2,0	41,9	38,1	19,9
Ajustrel	95,9	74,2	9,6	16,1	150	1,5	0,21	1,3	18	4,7	33,0	39,4	36,6
Beja	80,2	57,0	11,6	31,4	190	1,5	0,18	1,2	13	7,3	42,6	35,8	20,4
Castro Verde	155,2	68,2	2,5	29,3	80	1,3	0,23	0,8	2	5,2	39,4	51,2	43,2
Ferreira do Alentejo	80,1	50,5	21,3	28,1	410	3,3	0,24	1,4	29	11,4	34,5	36,2	34,8
Média total	69,69	28,67	12,27	58,99	193,40	1,11	0,34	1,24	7,62	3,83	47,24	28,62	21,05

Anexo 6

Variáveis base «Produções Vegetais» ano 1989

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11
	EAcul.Perm.	EAcul.Temp.	AreaPerm.	AreaTemp..	AreaFrutos	AreaOlival	AreaVinha	AreaCer	AreaLeg/Ind	AreaBatata/Hort	AreaForr/Prad
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	1989	1989	1989	1989	1989	1989	1989	1989	1989	1989	1989
Concelhos											
Alcácer do SAU	28,25	81,74	2,65	28,41	0,24	2,13	0,22	14,69	1,2	0,4	12,0
Odemira	25,01	82,46	1,42	33,85	0,29	1,03	0,08	22,40	1,1	1,2	8,8
Santiago do Cacém	51,71	75,83	2,93	34,98	1,01	1,41	0,52	19,24	2,1	1,3	12,3
Sines	25,99	80,87	0,97	35,38	0,59	0,06	0,19	24,13	3,6	0,2	7,2
Alter do Chão	76,72	71,73	11,41	30,95	0,03	11,11	0,23	20,14	1,1	0,4	9,3
Arronches	86,92	34,21	10,68	37,33	0,14	10,34	0,19	25,81	1,9	0,2	9,3
Avis	76,61	58,67	14,29	37,47	0,42	13,75	0,12	25,52	4,0	0,9	7,0
Campo Maior	89,59	44,51	19,40	52,20	0,51	18,54	0,35	43,42	3,5	1,1	4,2
Castelo de Vide	82,07	63,64	10,98	14,35	0,80	10,07	0,11	4,83	0,1	0,9	8,5
Crato	93,21	57,74	12,60	15,05	0,23	12,04	0,19	3,43	0,0	0,1	11,5
Elvas	73,26	59,36	10,53	37,20	0,69	9,58	0,26	29,25	3,2	1,1	3,6
Fronteira	80,47	77,34	15,05	46,49	0,03	14,99	0,03	36,34	2,9	0,4	6,9
Monforte	66,18	65,07	7,39	29,43	0,01	7,30	0,05	23,87	0,8	0,1	4,7
Mora	72,54	57,44	5,54	33,80	0,27	4,99	0,26	18,08	3,2	1,1	11,4
Alandroal	81,85	54,26	9,52	24,49	1,19	7,71	0,61	16,73	0,2	0,1	7,4
Arraiolos	60,00	74,24	5,18	41,96	0,40	4,06	0,72	23,07	6,4	0,6	11,9
Estremoz	69,04	65,64	13,57	39,50	0,25	12,22	1,10	27,09	2,9	0,5	9,0
Évora	58,59	78,69	5,14	47,77	0,34	4,08	0,71	28,67	8,4	0,5	10,2
Montemor-o-Novo	71,50	70,89	4,11	26,92	0,18	3,44	0,42	11,19	1,5	0,6	13,5
Mourão	87,07	52,24	13,04	34,04	0,33	11,53	1,18	22,70	1,7	1,5	8,2
Portel	82,60	26,88	10,05	23,07	0,07	9,71	0,27	13,45	4,8	0,0	4,8
Sousel	67,06	56,88	21,28	38,60	0,08	20,86	0,34	27,98	3,7	1,2	5,7
Viana do Alentejo	78,99	68,29	5,12	29,82	0,38	4,60	0,14	16,89	1,1	0,2	11,6
Vila Viçosa	84,48	43,88	11,65	26,61	0,73	10,83	0,09	20,71	0,3	0,3	5,3
Almodôvar	23,82	48,33	1,75	22,67	0,01	1,71	0,01	17,25	0,1	0,0	5,3
Alvito	76,11	47,37	12,23	46,88	1,10	10,76	0,37	34,04	8,0	0,2	4,7
Barrancos	91,09	46,53	7,21	8,95	0,12	7,08		1,86	0,2	0,1	6,4
Castro Verde	25,00	75,34	1,02	41,74	0,09	0,90		39,79	0,5	0,1	1,4
Mértola	28,84	56,61	1,74	23,03	0,98	0,75		16,41	0,3	0,0	6,3
Moura	88,39	55,03	23,74	29,72	1,48	20,50	1,75	21,60	2,2	2,6	3,4
Ourique	17,50	53,57	1,40	28,20	0,02	1,36	0,01	21,28	0,7	0,1	6,0
Serpa	79,15	41,02	21,96	40,80	0,43	21,41	0,07	28,12	4,8	0,9	7,0
Aljustrel	21,63	89,97	2,49	71,29	0,04	2,36	0,09	53,32	13,0	1,1	3,9
Beja	47,27	87,94	5,21	64,90	0,34	4,61	0,26	50,69	11,4	0,7	2,1
Cuba	72,46	74,87	10,95	62,70	0,40	8,49	2,04	41,60	19,7	0,1	1,3
Ferreira do Alentejo	32,09	89,49	8,48	63,96	0,10	7,50	0,88	39,04	16,1	1,6	7,2
Redondo	85,71	62,22	12,89	33,25	0,32	8,18	4,39	23,09	3,0	0,5	6,7
Reguengos de Monsaraz	83,85	42,25	16,77	41,40	0,41	10,14	6,21	30,80	3,1	0,2	7,3
Vidigueira	84,25	52,90	21,53	56,31	1,37	14,05	4,61	35,26	10,3	0,2	10,6
Grândola	55,33	67,63	4,37	30,62	1,13	2,50	0,74	9,75	1,3	3,3	16,2
Ponte de Sor	62,76	74,09	9,84	25,33	3,10	6,63	0,10	8,14	1,4	2,4	13,4
Nisa	97,41	48,48	31,01	25,32	1,16	29,26	0,59	4,04	0,1	0,4	20,7
Portalegre	88,94	56,68	21,47	22,40	1,28	2,40	1,69	4,47	1,8	2,2	15,7
Gavião	81,24	80,13	35,53	29,33	1,83	31,40	2,30	10,96	0,6	6,0	10,7
Marvão	59,72	42,87	25,13	15,98	4,02	20,89	0,22	3,58	0,1	2,0	10,3
Borba	83,43	46,86	27,58	37,97	1,81	16,48	9,29	27,40	1,1	1,9	7,5
Vendas Novas	80,33	80,33	7,40	42,51	3,64	1,81	0,95	12,05	0,1	1,4	28,5
Média total	66,92	61,34	11,41	35,42	0,73	9,65	1,04	22,43	3,38	0,91	8,66

Anexo 7

Variáveis base «Produções Vegetais» ano 1999

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11
	EAcul.Perm.	EAcul.Temp.	AreaPerm.	AreaTemp..	AreaFrutos	AreaOlival	AreaVinha	AreaCer	AreaLeg/Ind	AreaBatata/Hort	AreaForr/Prad
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999
Concelhos											
Alcácer do SAU	36,94	81,76	3,16	22,01	0,15	2,75	0,26	12,43	1,2	0,5	7,8
Grândola	64,31	58,10	2,34	17,57	0,32	1,69	0,33	5,07	0,9	0,9	10,6
Santiago do Cacém	69,17	53,81	2,43	28,12	0,81	1,43	0,19	15,76	3,7	0,8	7,8
Sines	64,84	62,56	0,63	33,22	0,41	0,08	0,07	24,19	2,9	0,0	5,9
Alter do Chão	76,74	55,23	11,05	22,28	0,03	10,67	0,35	11,00	0,9	0,1	10,3
Arronches	85,65	45,11	7,55	23,37	0,04	7,43	0,07	15,86	0,3	0,1	6,9
Avis	80,35	49,89	12,23	26,84	0,06	12,02	0,15	15,35	2,8	1,2	6,9
Castelo de Vide	95,07	63,49	9,17	12,85	0,24	8,77	0,16	1,09	0,0	0,5	11,3
Crato	90,60	60,04	10,50	15,87	0,04	10,27	0,13	2,22	0,1	0,0	13,5
Elvas	74,31	50,06	8,59	35,78	0,23	8,09	0,27	26,02	3,8	0,9	4,7
Monforte	70,24	55,56	4,64	22,57	0,01	4,47	0,16	15,03	2,9	0,0	4,3
Mora	63,86	56,98	3,32	19,88	0,09	3,03	0,19	9,99	1,3	0,6	8,0
Nisa	96,41	36,85	21,50	17,93	0,24	20,78	0,48	2,14	0,0	0,1	15,7
Ponte de Sor	72,82	72,18	6,04	19,96	0,81	5,13	0,10	7,16	1,9	1,1	9,8
Portalegre	90,34	51,15	18,28	18,16	1,05	15,79	1,45	3,64	0,0	0,9	13,5
Alandroal	81,90	40,84	7,99	21,45	0,77	6,52	0,69	15,00	1,6	0,2	4,6
Arraiolos	63,59	75,81	3,07	27,66	0,22	2,54	0,31	12,40	3,9	0,1	10,8
Estremoz	73,58	56,72	15,80	26,34	0,25	12,41	3,14	15,96	2,3	0,3	7,7
Évora	59,23	72,27	4,19	34,42	0,09	2,99	1,12	17,81	6,4	0,1	9,7
Montemor-o-Novo	66,14	68,20	3,41	24,17	0,06	2,91	0,38	7,83	1,1	0,2	14,9
Mourão	84,82	46,34	7,23	22,02	0,12	6,44	0,67	13,68	2,3	0,2	5,8
Portel	89,25	35,75	10,96	22,39	0,14	10,55	0,27	12,78	4,0	0,0	5,6
Vendas Novas	84,91	57,33	3,59	17,81	0,59	0,89	2,11	6,39	0,9	0,4	10,1
Viana do Alentejo	66,88	70,06	3,48	23,85	0,25	3,19	0,03	11,69	2,7	0,1	9,3
Vila Viçosa	81,00	36,45	10,35	25,94	0,53	9,28	0,54	12,93	1,0	0,3	11,7
Almodôvar	39,78	59,25	1,78	18,62	0,16	1,57	0,04	11,71	0,1	0,0	6,7
Alvito	71,43	57,14	10,31	37,47	0,53	9,52	0,23	20,54	7,2	0,4	9,4
Castro Verde	48,73	76,73	1,66	32,36	0,04	1,15	0,47	27,13	2,7	0,0	2,6
Mértola	41,32	52,80	2,07	19,79	1,21	0,84	0,02	15,65	1,0	0,1	3,0
Ourique	28,96	52,99	1,69	20,53	0,06	1,57	0,05	14,35	1,8	0,1	4,3
Campo Maior	68,95	33,58	22,70	41,72	0,67	21,77	0,26	31,63	7,0	1,5	1,0
Fronteira	75,10	71,15	18,46	38,43	0,05	18,38	0,04	25,45	4,0	0,2	8,2
Sousel	73,55	52,89	21,55	36,17	0,10	20,78	0,57	18,37	3,0	1,4	12,8
Nóvoa	89,06	43,87	25,27	24,82	0,98	23,04	1,26	15,20	2,9	1,5	5,1
Serpa	81,29	48,04	21,66	33,75	0,30	20,99	0,38	19,58	6,0	0,4	7,6
Redondo	81,91	48,68	16,44	29,23	0,13	9,56	6,75	14,76	4,5	0,4	9,2
Reguengos de Monsaraz	86,43	50,10	15,21	30,41	0,36	6,99	7,85	22,07	2,6	0,2	5,5
Cuba	70,90	62,36	11,61	52,05	0,19	7,37	4,01	32,22	11,1	0,5	7,9
Vidigueira	87,70	46,12	19,23	42,08	0,90	12,97	5,34	22,65	7,4	0,3	11,8
Aljustrel	26,34	84,16	2,03	62,79	0,01	1,92	0,09	46,43	10,9	1,4	4,1
Beja	51,77	64,91	4,75	64,91	0,20	4,27	0,28	42,97	17,3	0,6	3,7
Ferreira do Alentejo	32,08	86,98	6,48	54,83	0,29	5,43	0,76	32,78	14,2	2,0	4,9
Odemira	30,05	74,36	1,63	26,79	0,19	1,30	0,08	14,85	3,0	1,7	7,0
Gavião	92,75	54,55	34,27	42,35	0,76	31,80	1,69	7,67	1,5	1,5	31,7
Marvão	81,28	59,18	20,82	12,96	3,65	16,71	0,46	0,35	0,0	0,8	11,8
Borba	87,97	38,72	33,22	27,90	1,74	15,44	16,02	18,85	1,0	1,0	7,0
Barrancos	83,27	6,76	6,58	4,06	0,01	6,56	0,07	0,37	0,0	0,0	3,0
Média total	70,93	56,53	10,45	28,44	0,43	8,72	1,31	15,94	3,36	0,54	8,42

Anexo 8

Variáveis base «Produções Vegetais» ano 2009

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11
	EAcul.Perm.	EAcul.Temp.	AreaPerm.	AreaTemp..	AreaFrutos	AreaOlival	AreaVinha	AreaCer	AreaLeg/Ind	AreaBatata/Hort	AreaForr/Prad
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Concelhos											
Alter do Chão	73,24	50,17	10,38	13,07	0,09	9,88	0,42	2,32	0,1	0,0	10,7
Arronches	84,71	30,58	7,45	18,66	0,19	6,91	0,29	6,40	0,0	0,2	12,1
Avis	77,92	39,34	18,08	13,99	1,03	16,38	0,67	5,12	0,5	0,1	8,2
Castelo de Vide	87,20	23,21	9,64	7,11	0,33	9,23	0,08	0,40	0,0	0,0	6,7
Crato	75,06	29,54	10,06	7,33	1,66	8,06	0,35	0,39	0,0	0,0	6,9
Fronteira	61,74	53,41	14,92	24,85	0,12	14,26	0,54	12,75	0,3	0,0	11,8
Gavião	89,93	32,28	9,24	3,95	1,78	6,62	0,83	1,06	0,1	0,2	2,6
Marvão	86,31	12,48	22,55	3,41	5,07	16,59	0,90	0,12	0,0	0,3	3,0
Monforte	55,56	28,57	5,11	11,81	0,06	4,39	0,66	5,27	0,5	0,0	6,1
Mora	71,24	25,91	4,02	10,99	0,41	3,24	0,37	3,66	0,3	0,2	6,9
Nisa	93,64	16,17	15,58	5,05	0,52	14,66	0,40	0,54	0,0	0,0	4,5
Portalegre	89,08	17,26	17,49	6,61	1,04	14,27	2,18	1,08	0,0	0,1	5,4
Alandroal	80,12	34,58	7,69	17,00	0,91	5,41	1,37	9,25	0,2	0,4	7,2
Estremoz	74,55	40,68	16,80	23,16	0,67	11,22	4,91	9,42	1,0	0,2	12,5
Mourão	83,78	31,53	7,93	12,39	0,01	6,64	1,28	6,59	0,3	0,1	5,4
Portel	88,20	28,32	10,97	19,90	0,43	10,21	0,34	7,17	0,0	0,0	12,7
Redondo	83,46	28,84	16,02	16,41	0,36	8,57	7,10	6,98	0,3	0,7	8,4
Reguengos de Monsaraz	91,12	29,35	20,27	20,75	0,29	8,69	11,29	12,01	0,1	0,1	8,6
Vila Viçosa	80,97	29,48	11,67	15,22	0,48	9,06	2,13	6,43	0,0	0,1	8,7
Alvito	75,10	34,85	7,93	11,64	0,43	6,61	0,88	5,23	0,3	0,1	6,0
Barrancos	80,95	3,03	5,23	3,83	0,02	5,19	0,01		0,0	0,0	3,8
Cuba	72,40	39,06	13,72	26,70	0,14	8,03	5,54	15,50	5,8	0,2	5,2
Santiago do Cacém	52,53	72,28	7,23	25,69	1,75	5,11	0,37	9,81	0,5	1,1	14,2
Ponte de Sor	69,95	72,46	7,71	10,66	3,20	4,42	0,09	2,03	0,6	0,7	7,4
Arraiolos	47,73	60,86	3,32	19,99	0,24	2,03	1,05	6,03	0,4	0,4	13,2
Évora	44,55	54,99	5,21	22,23	0,10	3,14	1,97	10,74	0,3	0,3	10,9
Montemor-o-Novo	48,81	50,40	4,17	14,31	1,31	2,37	0,50	2,37	0,0	0,3	11,6
Vendas Novas	71,21	46,46	9,01	17,67	5,53	0,73	2,75	2,64	0,0	0,5	14,6
Viana do Alentejo	51,88	51,88	3,36	14,68	0,25	3,09	0,02	3,18	0,1	0,0	11,4
Almodôvar	41,67	44,55	1,76	15,41	0,30	1,40	0,06	8,74	0,7	0,0	5,9
Castro Verde	40,06	70,34	2,52	28,42	0,25	2,27	0,01	18,72	0,7	0,0	9,0
Mértola	51,20	41,63	1,95	15,35	0,80	1,07	0,07	9,12	1,0	0,0	5,2
Ourique	31,20	47,99	1,27	20,09	0,07	1,16	0,05	12,09	1,1	0,1	6,8
Sousel	52,54	36,48	28,77	23,01	0,46	26,96	1,34	8,97	1,9	1,1	11,0
Óbora	89,03	28,96	28,41	14,69	0,88	26,44	1,10	8,76	1,2	0,3	4,4
Beja	84,47	29,58	27,80	24,67	0,49	26,79	0,51	11,59	4,2	0,3	8,6
Andarves	84,63	24,89	32,32	24,09	0,55	23,76	8,02	11,50	3,2	0,3	9,2
Sines	25,44	76,92	0,88	37,34	0,74	0,11	0,03	8,00	0,4	1,0	27,9
Alcácer do SAU	53,86	61,43	15,93	17,43	13,21	2,34	0,37	8,81	0,4	0,1	8,1
Grândola	72,45	47,70	17,68	14,37	14,71	2,60	0,38	3,57	0,7	0,2	9,8
Campo Maior	81,45	21,02	24,76	30,09	0,42	22,44	0,42	20,28	3,3	2,4	4,1
Elvas	77,02	35,50	12,06	23,18	0,85	10,53	0,69	10,67	0,7	2,6	9,2
Borba	88,59	18,26	32,38	18,41	0,96	14,01	17,40	9,94	0,1	0,3	8,1
Odemira	25,87	68,16	2,89	24,60	1,56	1,18	0,09	5,40	0,9	2,5	15,0
Aljustrel	35,22	80,79	9,61	46,89	1,32	8,09	0,21	28,76	11,1	0,5	6,5
Beja	44,70	64,32	11,55	42,41	0,19	10,42	0,95	26,35	9,1	0,2	6,8
Ferreira do Alentejo	35,70	67,85	21,31	34,47	2,46	18,21	0,63	15,26	8,7	1,5	9,0
Média Total	67,71	40,75	12,27	18,60	1,49	9,04	1,74	8,28	1,30	0,41	8,75

Anexo 9

Variáveis base «Pecuária com Terra» ano 1989

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12
	EAVLeteiras	EAVAleitantes	EACab.Chib.	EA Ov.Bor.	V.L.SAU	V.A.SAU	Cap.SAU	Ov.SAU	V.L.Prod.	V.A.Prod.	Cab.Prod.	Ov.Prod.
	% 1989	% 1989	% 1989	% 1989	nº 1989							
Concelhos												
Alcácer do SAU	3,2	13,0	3,4	21,8	0,11	8,16	1,73	42,79	3	53	43	167
Grândola	4,4	3,5	7,1	19,7	0,74	3,35	5,96	63,32	3	17	15	59
Santiago do Cacém	1,3	20,8	7,4	30,8	0,56	8,13	5,43	66,66	13	12	23	68
Alter do Chão	4,0	7,1	6,7	41,6	0,65	4,00	4,46	60,97	11	39	47	102
Arronches	10,7	12,3	19,3	30,0	1,69	7,75	4,64	65,98	7	29	11	102
Campo Maior	1,0	2,7	5,0	12,7	0,05	3,14	3,32	34,11	2	36	21	83
Elvas	2,5	9,9	2,5	26,8	0,69	10,25	1,48	40,36	16	57	34	84
Gavião	5,6	3,1	25,9	8,3	2,08	3,38	21,75	42,94	3	7	6	35
Monforte	8,8	24,6	7,0	40,1	0,56	10,84	1,45	52,24	8	56	27	167
Mora	2,5	2,4	4,2	24,2	0,71	3,61	1,07	78,78	12	65	11	143
Nisa	6,7	4,1	20,7	20,0	1,33	2,78	21,24	63,32	3	9	14	44
Ponte de Sor	3,9	4,0	21,8	23,2	0,52	1,99	11,12	88,17	3	11	12	87
Arraiolos	5,4	12,2	5,4	44,3	0,87	6,69	1,72	66,10	15	50	29	136
Borba	5,4	3,3	3,0	29,4	1,25	4,75	6,75	109,43	4	24	37	61
Estremoz	7,8	3,6	3,2	37,3	2,66	3,91	6,26	101,99	11	34	63	87
Évora	6,7	6,5	6,0	40,2	2,09	6,66	1,46	49,00	23	74	18	88
Montemor-o-Novo	5,5	13,9	3,5	45,5	1,90	8,49	0,81	62,31	27	48	18	107
Mourão	3,3	9,0	13,6	19,8	0,96	4,35	10,12	43,84	12	20	31	91
Portel	1,0	4,9	9,0	27,5	0,48	4,14	7,96	40,60	25	45	48	79
Redondo	9,6	2,2	6,7	36,2	3,06	2,06	4,28	70,48	14	40	28	85
Reguengos de Monsaraz	3,1	1,2	20,1	22,6	0,79	1,64	9,42	58,65	7	37	12	67
Sousel	6,9	2,2	1,3	22,9	3,02	3,19	1,01	94,88	16	51	28	150
Vendas Novas	1,3	2,4	1,6	23,2	1,98	8,64	2,32	46,96	22	55	21	31
Vila Viçosa	5,4	8,4	4,8	36,7	1,85	7,01	6,40	69,47	17	40	65	91
Aljustrel	5,0	4,9	4,2	24,3	0,86	3,30	1,18	56,94	9	37	15	127
Almodôvar	4,0	17,9	20,7	32,2	0,18	3,27	9,49	71,83	1	5	14	67
Alvito	2,8	2,4	3,6	35,6	0,75	3,22	1,22	95,74	11	56	14	114
Cuba	0,8	1,1	4,3	24,1	0,14	0,47	2,55	47,86	4	10	14	47
Ferreira do Alentejo	3,0	3,7	5,2	19,7	1,81	3,46	3,25	64,52	29	43	29	153
Moura	2,3	8,2	7,7	15,5	0,33	4,24	7,67	30,80	6	20	38	76
Ourlique	3,3	19,0	15,2	38,2	1,58	5,11	6,53	67,71	16	9	14	59
Serpa	2,3	3,7	5,5	21,7	0,18	1,95	3,99	70,63	2	16	22	98
Vidigueira	1,0	1,6	9,4	20,4	0,16	2,20	8,62	71,25	5	41	28	107
Crato	15,7	11,7	13,2	34,3	1,67	10,39	18,12	65,77	5	43	67	93
Fronteira	10,2	10,9	3,5	39,5	0,93	8,34	3,77	78,79	7	57	81	150
Viana do Alentejo	16,7	13,2	2,9	41,8	3,50	11,05	4,45	55,66	15	60	110	96
Viarão	22,1	10,8	29,8	22,1	7,28	8,42	33,65	69,55	4	9	12	31
Portalegre	13,7	5,1	27,5	18,2	5,05	7,59	31,77	54,34	5	21	16	42
Alandroal	13,3	6,9	31,7	31,0	6,07	4,12	12,05	53,28	14	19	12	54
Odemira	3,9	37,5	11,5	22,2	2,04	12,60	10,39	54,61	11	7	18	49
Castelo de Vide	4,5	28,8	31,3	48,5	0,81	10,31	11,88	51,81	8	15	16	46
Sines	1,4	31,8	5,1	27,4	2,20	8,79	6,70	89,85	46	8	40	98
Avis	3,7	3,5	6,6	22,2	2,85	3,31	2,66	69,44	60	73	31	243
Barrancos	4,0	12,9	11,2	26,4	0,28	14,55	5,46	17,80	3	45	19	27
Beja	3,8	3,2	4,1	21,7	0,29	1,63	5,86	53,31	6	32	90	156
Castro Verde	9,2	26,4	17,8	57,5	0,52	4,63	1,70	54,45	9	28	15	152
Mértola	11,2	3,8	21,6	46,1	0,46	0,65	7,83	83,63	3	13	27	134
Média total	5,8	9,5	10,7	29,3	1,5	5,6	7,3	62,5	11,8	33,6	29,8	94,3

Anexo 10

Variáveis base «Pecuária com Terra» ano 1999

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12
	EAVLeiteiras	EAVAleitantes	EACab.Chib.	EA Ov.Bor.	V.L.SAU	V.A.SAU	Cap.SAU	Ov.SAU	V.L.Prod.	V.A.Prod.	Cab.Prod.	Ov.Prod.
	%	%	%	%	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº
	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999
Concelhos												
Alcácer do SAU	0,9	19,3	3,1	22,5	0,19	12,50	0,95	34,76	21	67	32	160
Grândola	0,9	6,4	8,5	27,4	0,03	5,94	4,80	61,89	2	41	25	98
Odemira	1,5	33,8	10,5	25,2	1,79	13,69	9,20	50,94	48	16	35	82
Santiago do Cacém	1,3	13,2	6,5	26,7	0,25	10,91	5,14	57,20	8	35	33	91
Sines	0,5	23,7	5,5	34,2		14,23	5,31	80,29		23	37	91
Alter do Chão	2,6	19,5	6,1	42,2	1,21	16,25	1,88	51,87	40	72	27	106
Arronches	5,2	12,9	13,1	27,9	1,66	21,68	2,72	58,63	17	92	11	115
Campo Maior	0,3	3,8	1,5	9,3		8,97	0,72	23,53		73	15	79
Crato	2,4	16,2	9,6	39,1	0,22	18,22	5,68	63,16	5	62	33	89
Elvas	1,4	10,9	3,9	27,9	0,98	16,60	1,60	40,47	47	106	29	101
Nisa	1,5	5,0	17,5	26,4	0,69	7,96	13,51	77,68	8	30	14	54
Ponte de Sor	0,8	2,3	18,9	19,5	0,25	3,16	4,79	76,34	9	39	7	111
Évora	2,1	12,1	5,3	35,7	1,21	13,53	0,89	44,55	53	104	16	116
Mourão	0,3	19,0	16,3	29,8		15,89	8,36	26,36		62	38	66
Reguengos de Monsaraz	0,5	4,8	13,9	20,5	0,24	8,64	9,28	55,45	18	69	25	102
Vendas Novas		5,6	2,6	40,5		9,52	0,10	49,13		129	3	92
Alvito		11,7	2,6	33,3		13,82	0,50	67,23		80	13	136
Barrancos	0,4	13,2	10,3	35,6		15,99	9,72	28,86		60	47	40
Moura	0,4	8,0	8,7	19,4	0,02	10,28	9,15	35,63	2	56	46	80
Serpa	0,6	5,7	7,0	29,8	0,06	5,41	4,33	85,32	4	43	28	128
Avis	1,7	6,7	3,9	29,2	1,62	6,86	1,07	74,90	86	94	25	235
Mora	1,1	6,9	3,4	21,6	0,70	7,78	1,98	65,05	52	95	49	254
Estremoz	3,5	3,6	5,3	36,7	2,31	8,08	7,47	97,28	24	83	52	99
Portel	0,4	6,0	8,2	28,8	1,01	9,01	10,33	49,99	131	76	64	87
Aljustrel	1,6	10,9	2,9	24,9	1,00	7,89	1,04	58,31	49	58	29	189
Beja	0,5	5,1	5,8	21,9	0,28	4,56	4,81	48,20	43	67	61	164
Vidigueira	0,6	3,7	6,5	22,2	1,47	4,77	9,96	53,74	104	59	71	111
Castelo de Vide	1,3	30,3	24,3	52,6	0,50	14,34	5,86	39,19	26	32	16	51
Almodôvar	1,3	16,4	23,9	50,2	0,04	5,13	10,96	88,05	2	16	24	92
Castro Verde	0,7	29,8	20,0	62,9		9,65	1,68	65,76		56	15	181
Mértola	1,0	7,6	18,6	58,5	0,05	2,66	4,83	102,61	5	40	29	199
Ourique	0,4	19,3	16,1	42,5	0,01	9,83	5,72	73,06	2	33	23	111
Fronteira	5,5	8,3	13,8	48,6	2,29	6,87	2,62	132,63	29	58	13	192
Borba	3,4	2,1	5,8	32,3	3,00	6,04	6,98	172,03	14	45	19	83
Redondo	2,2	5,0	8,8	34,4	5,67	8,29	4,69	96,04	103	67	21	112
Sousel	3,4	2,4	1,9	27,2	2,83	4,71	0,13	119,26	38	87	3	196
Gavião	1,2	1,9	22,5	9,3	0,57	1,67	26,66	48,92	4	7	10	43
Mianvão	8,9	10,2	29,9	32,8	2,95	10,71	26,30	70,50	6	20	16	40
Portalegre	6,6	5,3	26,1	25,6	4,44	14,27	34,92	63,99	12	48	24	45
Alandroal	6,1	6,3	23,1	30,2	4,06	9,96	16,80	54,93	31	73	34	84
Monforte	4,4	30,6	4,8	35,7	1,26	19,32	0,85	53,28	43	95	27	223
Arraiolos	1,7	23,4	7,0	44,9	1,06	16,11	2,83	52,87	83	94	55	161
Montemor-o-Novo	1,9	25,9	4,1	51,1	2,42	18,06	0,72	65,94	137	76	19	141
Viana do Alentejo	3,5	22,0	4,5	54,1	2,57	17,12	2,07	61,79	80	85	50	124
Vila Viçosa	0,9	10,0	7,8	38,0	2,37	19,02	8,97	60,99	104	78	47	66
Vale	0,2	3,0	3,9	21,5		24,78	3,84	51,77		256	30	75
Ferreira do Alentejo	0,8	5,4	2,4	22,7	2,78	5,30	0,94	59,94	225	64	25	172
Média total	2,0	11,8	10,1	32,6	1,4	11,0	6,5	64,9	44,0	66,4	29,1	116,3

Anexo 11

Variáveis base «Pecuária com Terra» ano 2009

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12
	EAVLeteiras	EAVAleitantes	EACab.Chib.	EA Ov.Bor.	V.L.SAU	V.A.SAU	Cap.SAU	Ov.SAU	V.L.Prod.	V.A.Prod.	Cab.Prod.	Ov.Prod.
	%	%	%	%	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº
	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Concelhos												
Alcácer do SAU	0,5	22,6	3,1	20,2	0,62	17,22	0,61	22,49	149	100	26	146
Grândola	0,5	6,3	8,2	26,5	1,11	7,30	2,10	61,70	106	57	13	113
Santiago do Cacém	0,5	17,0	8,4	25,7	0,75	17,83	3,02	47,00	93	59	20	103
Alter do Chão	1,3	23,1	6,0	40,8	1,48	21,17	2,61	50,87	123	102	48	139
Arronches	0,5	16,3	9,5	27,8	0,47	27,26	5,34	48,21	61	108	36	112
Avis	1,0	12,7	4,8	28,2	0,92	13,42	1,48	57,06	107	125	36	239
Crato	1,5	20,8	9,0	33,4	0,68	26,78	6,01	42,75	30	83	43	83
Élvas	0,5	11,8	1,6	21,7	1,14	24,08	1,32	38,11	148	127	53	110
Mora	0,5	8,8	2,8	18,9	0,61	13,87	1,38	45,74	125	167	51	257
Nisa	0,1	7,2	7,8	24,8	0,10	13,67	8,15	63,93	28	50	27	67
Ponte de Sor	0,1	2,8	11,5	14,9	0,01	7,56	2,96	46,47	2	97	9	113
Borba	0,6	3,7	3,1	22,4	0,76	12,37	1,39	83,73	22	58	8	66
Estremoz	0,4	4,9	3,5	31,6	0,65	11,61	4,32	84,64	63	97	50	109
Évora	1,0	17,3	4,3	32,4	0,73	21,32	1,09	33,29	71	122	25	102
Montemor-o-Novo	1,5	26,8	5,0	39,9	2,85	21,77	0,77	43,15	233	98	19	131
Mourão	0,3	12,0	7,8	21,9	0,94	20,23	8,27	23,85	200	108	68	70
Portel	0,7	9,1	6,6	27,9	2,76	14,32	7,27	59,27	228	95	66	129
Reguengos de Monsaraz	0,4	5,9	7,8	15,3	0,51	14,59	8,23	34,80	49	88	38	82
Sousel	1,1	4,6	1,5	20,7	2,03	10,71	0,17	84,41	84	105	5	185
Vendas Novas		7,6	4,5	36,4		12,06	0,61	28,10		126	11	61
Vila Viçosa	0,4	11,2	7,5	33,6	0,88	23,49	8,86	41,98	139	124	70	74
Aljustrel	1,5	14,5	7,9	22,9	1,83	10,23	2,34	36,84	119	67	29	154
Alvito	0,8	12,9	2,1	29,0	0,82	21,92	0,40	45,39	95	162	19	149
Barrancos		15,2	8,2	34,2		26,83	4,30	25,56		98	29	41
Beja	0,1	6,6	4,9	17,6	0,00	9,75	4,25	27,91	1	118	70	127
Cuba		4,2	2,9	18,0		14,78	6,18	42,36		135	82	89
Ferreira do Alentejo	0,3	7,6	2,7	15,9	1,19	9,38	0,65	34,24	322	99	20	173
Moura	0,1	9,2	4,9	14,6	0,10	15,86	6,81	28,53	37	76	61	86
Serpa	0,2	5,4	3,4	21,5	0,05	9,72	3,99	73,33	9	74	48	140
Vidigueira	0,2	3,6	4,0	14,0	0,05	9,27	6,67	43,43	12	101	67	123
Fronteira	1,5	11,0	8,7	47,0	1,67	12,90	2,55	89,75	90	96	24	156
Almodôvar	0,3	11,8	16,5	42,0	0,01	5,46	9,29	83,72	2	27	33	118
Castro Verde	1,2	28,4	13,5	46,8	0,01	12,52	2,16	59,84	2	68	25	198
Mértola		8,6	13,6	45,0		4,86	6,54	75,64		72	61	213
Ourique	0,4	17,9	15,7	43,4	0,08	11,56	4,73	73,58	17	52	24	137
Odemira	1,6	28,4	11,9	24,4	4,49	17,19	8,34	38,41	137	30	35	78
Sines	1,2	20,1	12,4	37,9	1,16	13,45	9,62	64,62	52	35	41	90
Alandroal	1,6	9,8	16,0	31,4	2,75	16,53	15,26	45,07	93	89	50	76
Campo Maior	0,3	4,9	0,5	6,2	4,84	18,86	0,15	17,68	445	108	9	81
Redondo	0,7	6,7	4,5	22,4	4,96	16,53	2,31	21,54	301	109	23	43
Castelo de Vide		30,4	16,4	33,0		21,83	5,84	34,45		43	22	63
Gavião		2,1	17,4	9,0		10,61	10,68	8,46		137	16	25
Marvão	0,5	7,8	14,7	27,6	0,03	14,98	22,48	72,62	1	29	23	39
Portalegre	0,8	6,9	12,7	23,2	2,31	21,44	25,88	65,58	49	56	36	50
Alentejo	0,4	26,5	2,0	26,6	0,06	34,80	0,72	25,17	25	146	56	145
Arraiolos	0,5	23,9	3,6	42,0	1,73	19,18	2,15	39,35	502	111	83	130
Viana do Alentejo	1,2	22,3	6,7	45,8	2,40	17,36	6,79	46,94	238	90	117	118
Média Total	0,7	13,0	7,5	27,8	1,2	16,0	5,3	48,1	112,3	92,1	38,8	113,5

